UNESP
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

IGOR FELIPE BENATTI

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA UNIVERSIDADE: um estudo fenomenológico

ARARAQUARA – S.P.
2023

IGOR FELIPE BENATTI

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA UNIVERSIDADE: um estudo fenomenológico

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Sexualidade, cultura e educação sexual

Orientador: Andreza Marques de Castro Leão

Coorientadora: Maria Alves de Toledo Bruns

Bolsa: CAPES

ARARAQUARA – S.P.
2023

B456v

Benatti, Igor Felipe
A Violência Contra a Mulher na Universidade : um estudo fenomenológico / Igor Felipe Benatti. -- Araraquara, 2023
114 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientadora: Andreza Marques de Castro Leão
Coorientadora: Maria Alves de Toledo Bruns

1. A Violência Contra a Mulher: que fenômeno é esse?. 2. A Violência Contra a Mulher na Universidade. 3. A Fenomenologia para o Desvelar na Violência Contra a Mulher na Universidade. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

IGOR FELIPE BENATTI

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA UNIVERSIDADE: um estudo fenomenológico

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Sexualidade, cultura e educação sexual
Orientador: Andreza Marques de Castro Leão
Coorientadora: Maria Alves de Toledo Bruns
Bolsa: CAPES

Data da defesa: 27/09/2023

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador:
Profa. Dra. ANDREZA MARQUES DE CASTRO LEÃO
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.

Membro Titular:
Profa. Dra. CÉLIA REGINA VIEIRA DE SOUZA LEITE
Programa de Pós-Graduação em Educação / Centro Universitário Moura Lacerda.

Membro Titular:
Profa. Dra. SELMA APARECIDA GERALDA BENZONI
Programa de Pós-Graduação em Práticas Institucionais em Saúde Mental / Universidade Paulista - UNIP.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Àquelas(es) que, assim como eu, conviveram por anos com
a violência contra a mulher em seus lares.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a minha mãe, pois é a história dela que me trouxe a inspiração para esta dissertação. Depois, agradeço a minha Orientadora Profa. Dra. Andreza Marques de Castro Leão que aceitou me conduzir de maneira sensível nesta caminhada juntamente da minha Coorientadora Profa. Dra. Maria Alves de Toledo Bruns, mulheres excepcionais. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradeço o apoio da CAPES para a realização dessa pesquisa, permitindo-me explorar outros espaços e conhecer pessoas que de maneira direta ou indiretamente contribuíram com esse estudo. Também agradeço ao Guilherme, a Viviane, ao Márcio, ao André, a Denise, a Ana Carolina e a Paloma (pessoas que utilizaram das suas vivências particulares e na pós-graduação para me acolher durante essa caminhada). Agradeço a banca de qualificação e de defesa que dispuseram de um olhar sensível para essa dissertação. Por fim, agradeço aos colaboradores desta pesquisa que aceitaram o convite em participar. Ao PPG em Educação Escolar da FLCAr-UNESP e o PPGNEIM-UFBA que vem lutando para a formação e a capacitação de docentes e de pesquisadoras(es) para atuarem e/ou utilizarem metodologias dentro da perspectiva de gênero em estudos, programas e práticas de desenvolvimento social e de implementação de políticas públicas pensado nas mulheres, de fato, estou muito feliz em fazer parte desta luta.

Questionar é uma arte,
questionar-se é a arte das artes

Mãe Stella de Oxóssi (2007, p. 6).

RESUMO

Segundo a literatura científica, a alta recorrência da violência contra a mulher no Brasil é oriunda da cultura patriarcal ainda presente no país que enaltece os padrões de dominância masculina, culminando nas relações de poder entre homens e mulheres em diferentes contextos, incluindo o universitário. Considerando a relevância da problematização deste tema, o objetivo deste estudo é conhecer a violência contra a mulher no âmbito da universidade à luz da perspectiva heideggeriana, por meio da voz de gestores universitários para compreender as suas vivências e os seus significados atribuídos à violência contra a mulher na universidade e, a partir disso conhecer sugestões de ações, visando intensificar o enfrentamento deste fenômeno nesse espaço. A pesquisa é de cunho qualitativa e interpretativa que empregou a entrevista como instrumento de coleta com 7 pessoas em postos de gestão na FCLAr–UNESP. A aplicação do instrumento foi de maneira online por meio do *Google Meet* conforme a disponibilidade e a voluntariedade de cada participante. Os relatos obtidos na pesquisa foram analisados à luz da fenomenologia ontológica-hermenêutica de Heidegger que revelou a predominância das violências psicológica e moral nesse contexto, sendo manifestadas, em sua maioria, de maneira simbólica através da ausência do espaço de fala da mulher e pelo discurso machista que utiliza de justificativas relacionadas ao corpo, maternidade e sexualidade feminina para desqualificar a mulher e naturalizar as violências cometidas contra elas, também para manter os privilégios e a dominação masculina presente na universidade. Nesse recorte, o espaço universitário ainda é atravessado pelo machismo, misoginia, sexismo e preconceito, acometendo a mulher independentemente da idade, raça, classe social, nível acadêmico e cargo ou função exercida na universidade, mas com maior acometimento às alunas em razão da relação de poder preestabelecida. Com isso, desvela a importância da ouvidoria para auxiliar no combate do fenômeno apesar da necessidade de intensificar e otimizar a publicidade desse dispositivo ao longo do ano letivo. Ademais, considerou relevante a atuação conjunta da universidade com a Delegacia de Defesa e o Centro de Referência da Mulher para campanhas, debates e ações afirmativas com o intento de coibir qualquer tipo de violência e garantir o atendimento psicológico e a orientação jurídica à mulher violentada. Atrelado a isso, considerou-se importante o desenvolvimento de cartilhas informativas e afirmativas sobre o tema, o oferecimento de disciplinas optativas e o envolvimento dos centros acadêmicos compostos tanto por estudantes quanto docentes engajados com a temática, mas que vivem e conhecem a realidade do campus, de maneira a instruir a mulher nesse contexto e auxiliar a comunidade universitária na atenção, no acolhimento e no encaminhamento das vítimas de violência. Por fim, expressou-se a necessidade de acompanhar os processos administrativos da instituição sobre os casos de violência contra a mulher e denunciar o companheirismo institucional vigente e as sindicâncias compostas pela maioria homens para avaliar casos dessa natureza, mediante a urgência de romper com o silêncio da universidade e dar notoriedade aos casos de violências, pensando na coibição e na punição do agressor, pois, somente assim e junto com mais estudos sobre a temática, que caminharemos para a transformação da realidade feminina na universidade brasileira.

Palavras-Chave: Violência de gênero; Violência contra a mulher; Universidade; Fenomenologia

ABSTRACT

Scientific literature has pointed to the high recurrence of violence against women in Brazil, which derives from the brazilian patriarchal culture, and highlights the patterns of male dominance that culminates in the way power relations between men and women are shaped through the discourse of gender roles. This phenomenon is present in several contexts, including the university. Given its relevance, this study aims to explore the violence against women within the university in the light of the Heideggerian perspective, giving voice to university actors in order to understand their experience and attributed meanings to the phenomenon. It is a qualitative and interpretive study that used an interview as a collection instrument with 7 university employees in management positions at FCLAr–UNESP. The interviews were conducted online via Google Meet and the participants were chosen based on their availability and interest in participating. The reports obtained in the research were analyzed in the light of Heidegger's ontological-hermeneutic phenomenology, which revealed the predominance of psychological and moral violence in this context, mostly manifested in a symbolic way through the absence of women's voice in the academia and through sexist discourse, anchoring such arguments in the women's bodies, motherhood and sexuality in a manner of disqualifying women and normalize the violence committed against them and to maintain male's privileges and dominance at the university. In this context, the university space is still permeated by machismo, misogyny, sexism and prejudice, affecting women regardless of age, race, social class, academic level and organizational role or position at the university, however, with a greater impact on female undergraduates due to the pre-established power imbalance. Such findings reveal the importance of the ombudsman to assist constantly in combating the diverse kinds of violence against women, but also to increase and improve the publicity of this device among the university community. It is also suggested the joint action of the university with the Police Department Defense and the Women's Reference Center for campaigns, debates and affirmative actions with the intention of curbing any type of violence and guaranteeing psychological care and legal guidance for abused women. Additionally, it would be recommended to develop educational material and offer optional cathedra on the topic, as well as demanding the involvement of academic centers composed of both students and professors, in order to instruct women in this context and assist university professionals in the care, reception and referral of victims of violence. Finally, the need was expressed to denounce the current institutional partnership and the investigations made up of the majority of men to evaluate cases of this nature, as well as to monitor the institution's administrative processes, given the urgency of breaking the university's silence, giving notoriety to cases of violence, in order to corroborate the punishment of the aggressor, as it is only in this way, and together with more studies on the subject, that we will move towards the transformation of female reality in Brazilian universities.

Keywords: Gender Violence; Violence Against women; University; Phenomenology.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Revisão Crítica dos Artigos Selecionados.	38
Tabela 2	As 5 Categorias de Análise	57
Tabela 3	As Situações de Violências nos Horizontes das Relações	67

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Retratos e mobiliário pessoal de Heleieth Saffioti expostos na Chácara Sapucaia	31
Figura 2	Acervo pessoal de Heleieth Saffioti.	31
Figura 3	Biblioteca Heleieth Saffioti na Chácara Sapucaia.	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CENPE	Centro de Pesquisas da Infância e da Adolescência da UNESP
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRMHS	Centro de Referência da Mulher Heleieth Saffioti
DDM	Delegacia da Mulher
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FAAC	Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design de Bauru
FCLAr	Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
NTAPES	Núcleo de Atenção Psicossocial da UNESP
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPG	Programa de Pós-graduação
PT	Partido dos Trabalhadores
STS	Sessão Técnica de Saúde, antiga UNAMOS
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIARA	Universidade de Araraquara
UNIP	Universidade Paulista
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Apresentação **13**

1 Introdução **16**

2 A Violência Contra a Mulher: que fenômeno é esse? **18**

2.1 A condição da mulher na sociedade brasileira 19

2.2 A relevância da Psicologia enquanto ciência e profissão 22

2.2 A importância dos Movimento'S' Feministas para o desvelamento do fenômeno 23

3 A Violência Contra a Mulher na Universidade **27**

3.1 A relevância de Heleieth Saffioti, feminista brasileira e militante acadêmica 29

3.2 A Universidade enquanto lócus privilegiado para à temática 33

4 A Fenomenologia Para o Desvelar do Fenômeno **35**

4.1 A violência Contra a Mulher à luz da Fenomenologia: uma revisão sistemática 37

4.2 Introdução à Fenomenologia Ontológico-Hermenêutica de Martin Heidegger 43

4.3 Martin Heidegger e a Fenomenologia-Ontológico-Hermenêutica 44

5 Procedimento e Trajetória Metodológica **47**

5.1 Investigação qualitativa e de campo 47

5.1.1 Riscos, benefícios e cuidados éticos 47

5.1.2 As(os) colaboradoras(os) universitárias(os) 48

5.1.3 O online como local de coleta 49

5.1.4 A entrevista: instrumento de pesquisa e de coleta 49

5.1.5 A Fenomenologia Ontológico-Hermenêutico de Heidegger 50

5.2 Caminhando para o desvelamento do fenômeno 53

5.2.1 Momentos de coleta dos relatos 54

5.2.2 Momentos de análise dos relatos 55

5.2.3 Perfil das(os) colaboradores de pesquisa 56

6 A Hermenêutica da Violência Contra a Mulher na Universidade **57**

7 Apontamentos Finais: o horizonte da violência contra a mulher na universidade **103**

Referências **107**

APRESENTAÇÃO

Prazer, sou o Igor, estou com 28 anos e sou um homem branco que performa como *cis* e *gay*. Possuo formação superior em Administração e em Psicologia e atualmente residente na cidade de Salvador/BA.

Minha motivação para esta dissertação parte da possibilidade de unir a minha militância acadêmica com a de outras(os) estudiosas(os) sobre a violência contra mulher, pois esta peleja vem da dor em ser filho de uma mulher que durante anos foi vítima de diferentes formas de violências, era doloroso demais presenciar as agressões que minha mãe sofria dentro do nosso lar durante as inúmeras discussões entre ela e meu pai.

Considero a minha formação de Psicólogo de grande importância para a ampliação do meu olhar para esta temática, pois foi possível olhar para além da minha vivência subjetiva à medida que fui compreendendo a Psicologia enquanto ciência e profissão, pautada nos direitos humanos e engajada com o enfrentamento desse fenômeno.

Então, diante da inquietação que me acompanha desde criança e inspirado em minha mãe, aceitei o convite da minha orientadora de TCC, Profa. Ms. Viviane Queiroz para realizar como Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia uma pesquisa de revisão bibliográfica acerca da violência contra a mulher na universidade, a fim de contribuir por meio da militância acadêmica para o bem-estar físico e emocional das mulheres.

Este estudo fundamentou a minha pesquisa de Iniciação Científica, em que fui contemplado com uma bolsa PIBIC-CNPq para desenvolver um estudo de campo acerca do discurso machista nos 4 cursos com predominância masculina da universidade da qual possuía vínculo, Universidade de Araraquara (UNIARA).

Ambas as pesquisas evidenciaram a alta incidência do fenômeno na universidade, também, a escassez de estudos no Brasil sobre a violência contra a mulher na universidade, em especial, na ótica de gestores universitários que exercem cargos ou funções de gestão, isto é, que possivelmente estão mais próximos do acesso às notificações e das tomadas de decisões acerca desta temática em razão da fluência dos seus cargos nas políticas administrativas e universitárias em relação ao fenômeno.

Com esta indagação, procurei o mestrado em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr-UNESP), mais especificamente na linha Sexualidade, Cultura e Educação Sexual, optando pela orientação da estudiosa na temática da violência, Profa. Dra. Andreza Marques de Castro Leão para buscar compreender este fenômeno na ótica de profissionais que atuam no Ensino Superior.

De fato, o meu intento se volta a conhecer o entendimento que eles apresentam acerca da violência contra a mulher, bem como as implicações deste fenômeno no âmbito da universidade, de maneira a identificar as situações e os tipos de violência contra a mulher que incidem no espaço universitário e, conhecer as ações de enfrentamentos já adotadas.

Pondero que a minha orientadora teve a sensibilidade de reconhecer a minha motivação em desenvolver a minha pesquisa dentro do paradigma fenomenológico, em razão da minha formação de Psicólogo e pela minha afinidade e identificação com essa epistemologia em razão da sua aproximação com a filosofia e a literatura, tecendo o convite para a coorientação da renomada estudiosa em fenomenologia, Profa. Dra. Maria Alves de Toledo Bruns, que aceitou prontamente.

No mestrado conheci e me encantei pela trajetória e a militância acadêmica da feminista brasileira Heleieth Saffioti, e por meio dela descobri o Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher (NEIM-UFBA), onde tive o prazer de estudar por um semestre sobre feminismos e saúde mental, além disso, realizar o sonho de conhecer e viver na cidade de Salvador - escrita por Jorge Amado e cantada por Clara Nunes e Gal Costa - minhas inspirações culturais.

Para tanto, foi necessário viver de maneira improvisada com apenas uma mala de roupas, uma mochila, meu computador e alguns livros, dentre eles, o *Poder do Macho* publicado em 1989 e a 10ª edição de *Ser e Tempo* publicado em 2015. Me inovar foi preciso para conseguir me adaptar aos recursos e aos utensílios disponíveis nos *Airbnbs* que fui residindo e resistindo conforme a disponibilidade de cada um deles, mas o desfecho não tinha como ser diferente.

Após esses quase 6 meses, fixei residência em Salvador com vista para o mar através do Largo dos Aflitos, nome esse poderosamente dramático e que me soa bastante amadiano. Segundo Jorge Amado (1970), as pessoas cheias de aflição, aquelas com o coração carregado de tristeza, dirigiam-se até o alto do morro e daqui olhavam o vasto mar que os convidavam para se aventurar. Afinal, se encontravam inebriados com a brisa que vem do mar, com o som dos atabaques e das canções dos marinheiros, logo suas aflições diminuíam e a tristeza não mais habitava aqueles corações.

Da janela do oitavo andar e de frente para esse mar finalizei a escrita dessa dissertação, tendo a felicidade de dizer que me desapeguei de muita coisa para me preencher da cultura soteropolitana, dos sabores e dos aromas da culinária baiana, da minha militância acadêmica e de outros conteúdos pertinentes à minha atuação de Psicólogo e à minha dissertação. Me apaixonei por um baiano, me senti acolhido por muitas pessoas, conheci

vários lugares e reconheci alguns personagens amadianos, colecionei momentos, histórias e fotos pela cidade negra da Bahia.

De acordo com Jorge Amado (1970), em seu livro *Bahia de Todos os Santos*, "estamos plantados sobre um grande passado, mas fitamos o futuro e para ele marchamos. Para o futuro sobem as ladeiras da cidade da Bahia". Dito isso, enalteço a escrita desta dissertação orientada para o futuro, a fim de contribuir para uma sociedade sem preconceito e sem violência de gênero e, por saber que ainda estamos longe, conclamo ao leitor, mãos-a-obra.

SEÇÃO 1

INTRODUÇÃO

Convido você - queridas(os) leitores - a mergulhar nessa dissertação, que tem como objetivo geral compreender a violência contra a mulher no âmbito da universidade à luz da perspectiva heideggeriana, por meio da voz de 7 profissionais em postos de gestão na FCLAr–UNESP para conhecer e compreender a vivência e os significados atribuídos por eles acerca da violência contra a mulher na universidade, para a partir disso conhecer sugestões de ações, visando intensificar o enfrentamento deste fenômeno na universidade.

Ao mergulhar na seção 1, poderá compreender o conceito de violência contra a mulher e as suas configurações, também, refletir acerca da condição da mulher brasileira oriunda da cultura patriarcal ainda existente no Brasil, que busca manter e naturalizar o poder que é macho, branco, *cis* e hétero, culminando na submissão e na inferiorização da mulher, o que contribui para o incremento da sua exposição às diversas violências.

Esse mergulho também te levará a conhecer a importância dos Movimentos Feministas e da Psicologia enquanto ciência e profissão, em razão das suas lutas e dos seus princípios fundamentados na igualdade. Por isto, tanto a Psicologia quanto os Movimentos Feministas são considerados de grande importância para a temática desse estudo, em razão da promoção da igualdade de direitos entre os gêneros e para o combate da discriminação e da violência contra a mulher independentemente da sua configuração.

Mergulhando pela seção 2, conhecerá a violência contra a mulher que ainda incide no espaço universitário apesar dos progressos obtidos pelas mulheres nesse contexto. Ademais, se deparará com a contribuição da exponente feminista brasileira e militante acadêmica Heleieth Saffioti, que enfrentou o machismo, o sexismo e a misoginia no espaço universitário, e, através da sua trajetória acadêmica e de suas obras, trouxe importantes apontamentos que auxiliaram na abertura dos caminhos para a transformação da condição da mulher nesse contexto.

Com isso, tomará consciência da importância da educação, em especial, da Universidade enquanto lócus privilegiado e propício para os estudos favoráveis a igualdade de gênero, raça, classe e sexualidade. Todavia, ainda são muitos os desafios enfrentados pelas mulheres na atual conjuntura em distintos espaços, entre estes, o universitário.

Portanto, há como pretensão nesta dissertação contribuir com os estudos científicos acerca desta temática atrelada a Universidade, pois ainda é considerado escasso na literatura

nacional, pesquisas e publicações acerca da violência contra a mulher nas instituições de Ensino Superior do país.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo compreender este fenômeno na ótica dos profissionais que atuam no Ensino Superior, de forma a conhecer a compreensão que esses colaboradores de pesquisa têm acerca da violência contra a mulher, bem como as implicações do fenômeno à universidade, de maneira a identificar as situações e os tipos de violência contra a mulher que incidem no espaço universitário, bem como, conhecer as ações de enfrentamentos já adotadas.

Outrossim, se vigora uma sistemática de recomendações para a elaboração de estratégias que possam contribuir para a discussão da política universitária de enfrentamento e de ações voltadas a auxiliar na diminuição da sua incidência. Para tanto, é necessário continuar o mergulho pela seção 3, a fim de obter alguns esclarecimentos acerca da Fenomenologia-ontológico-hermenêutica de Martin Heidegger que será utilizada na discussão dos resultados obtidos.

Nesse mesmo capítulo, caras(os) leitores, poderá também compreender a relevância e o motivo pela escolha do paradigma heideggeriano no desvelamento do fenômeno indagado (a violência contra a mulher na universidade). E caso sobre fôlego, convido-a(o) para conhecer a seção 4, em que poderá informar-se sobre toda a trajetória metodológica e os percalços enfrentados durante a coleta de dados que serão lhe apresentados e discutidos na seção 5.

A quinta e última seção é composta pela análise qualitativa dos relatos à luz da Fenomenologia Ontológico-Hermenêutica de Heidegger, desvelando a compreensão e a interpretação do fenômeno através das convergências e as divergências expressadas nas falas de cada entrevistada(o), divididos em 5 categorias que revelará as situações e os tipos de violência contra a mulher que acontecem na universidade, assim como, o olhar deles para o espaço universitário e para as relações que se estabelecem nele.

Também a compreensão sobre as mudanças e os avanços acerca do fenômeno que ocorreram nesse contexto ao longo do tempo, o reconhecimento das suas experiências e o olhar para a ouvidoria existente na universidade, por fim, a aspirações, os desejos e as expectativas, assim como, as ações que as pessoas gestoras consideram que deveriam ser adotadas pelas universidades para o enfrentamento da violência contra a mulher nesse contexto, pensando na importância e instância social da universidade de caráter equânime e equitativo no qual a mulher possa usufruir dos seus direitos, estando salvaguardada de qualquer tipo de violência. De sorte, desejo a você, querido leitora(o): ótimo mergulho!

SEÇÃO 2

A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: que fenômeno é esse?

Desde a década de 60, muitas mulheres vêm lutando até os dias de hoje para o enfrentamento da violência que sofrem em diferentes contextos. Assim, para conceituar a violência contra a mulher a ser desvelada nesta dissertação, utilizou-se do pensamento da feminista e militante acadêmica, Heleieth Saffioti. Essa escolha se deu em razão do seu ativismo e da sua relação com a FCLAr-UNESP, sobretudo, pelo seu enfrentando ao machismo que atravessa os muros da Universidade e pela sua contribuição para a transformação da condição da mulher nesse contexto.

Para Saffioti, (1987) e (2004) a violência contra a mulher no Brasil é um fenômeno complexo, de múltiplas causas e de alta incidência em razão da cultura patriarcal ainda existente nos país, e que reforça e mantém as assimetrias de poder entre os gêneros por meio de condutas e ações machistas, misóginas e sexistas que são manifestadas nas mais diversas formas e em diferentes espaços.

Ademais, a violência contra a mulher é compreendida como qualquer ação embasada na desigualdade de e entre os gêneros, causando danos e contribuindo para a subordinação, inferiorização e privação da liberdade da mulher. Em outros termos, é toda prática capaz de comprometer o desenvolvimento humano e a saúde física ou psíquica da mulher, independentemente da sua configuração (Saffioti, 1987; Aguiar, 2000).

Conforme o Artigo 7 da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), as cinco configurações de violência que atinge as mulheres são: I - violência física, compreendida como qualquer dano à integridade ou saúde corporal; II - psicológica, entendida como qualquer conduta que cause danos emocionais e diminuição da autoestima; III - violência sexual, compreendida como qualquer ato que constranja a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça ou uso da força; IV - violência patrimonial, entendida como qualquer ato que configure retenção, subtração, destruição de bens, objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, entre outros e V - moral, compreendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Brasil, 2006).

Essa lei é de expressivo significado para os progressos da condição feminina no país, pois representa grande marco na luta dos Movimentos Feministas que tem por objetivo coibir toda e qualquer forma de violências que são cometidas diariamente contra as mulheres brasileiras. Tamanha a expressividade desta Lei que promoveu, inclusive, alterações no

Código de Processo Penal e na Lei de Execução Penal, a fim de penalizar de maneira mais severa o agressor e não mais permitir as penas ou medidas alternativas, como exemplo serviços comunitários para crimes desta natureza (Almeida *et al*., 2013).

Todavia, ainda é necessário a ampliação da consciência da grande parte da população brasileira para a sensibilização e a mobilização da Lei Maria da Penha, de maneira a possibilitar maior transformação da mentalidade das pessoas acerca do fenômeno e da perspectiva de gênero, de maneira a alcançar a devida problematização desta questão, sem desconsiderar o cenário em vigor **ainda patriarcal** (grifo nosso) que perpassa diferentes contextos, inclusive, o universitário que é *lócus* desse estudo (Almeida *et al*., 2013; Negreiros; Andrade, 2020).

2.1 A condição da mulher na sociedade brasileira

Apesar dos progressos obtidos pelas mulheres ao longo da história, como exemplo a Lei Maria da Penha conforme supracitado, é notória a posição que ainda é atribuída à mulher na sociedade brasileira, culminando na sua condição de submissão e de inferiorização que eleva a sua exposição às diversas formas de violências que lhe são cometidas diariamente em razão da cultura e da moral patriarcal presente no país (Almeida *et al*., 2013).

Para Zanello (2018) essa posição e essa condição são reforçadas e mantidas por meio de dois dispositivos: o materno e o amoroso. O primeiro está alicerçado na necessidade e na exigência da mulher, em que apenas ela deve exercer as funções de cuidado com os filhos e com o lar. Já o segundo está mediado pelo ideário estético que é exigido em sua maioria apenas das mulheres para poder conquistar e/ou seduzir os homens, porém, com expressivas regulações dele, afinal, ele está lançado no mundo com muitos privilégios, os quais as mulheres jamais tiveram acesso desde todo o processo colonizador e **civilizatório** (grifo da autora), culminando na normatização e na repressão delas.

O dispositivo amoroso culmina na vulnerabilidade da mulher em razão da necessidade do casamento que foi imposta pelo patriarcado, se intensificando com o passar dos anos à medida qua a idade vai aumentando e as amigas ou mulheres próximas vão se casando. Diante desse cenário, na maioria das vezes, a mulher tomada pela necessidade, aceita casar-se e não é incomum passar a viver uma relação indesejável na esperança que o tempo transforme essa realidade, já que a separação também é algo que acarreta inúmeros estigmas negativos a ela na sociedade vigente (Zanello; Miranda, 2022).

Isto posto, para o macho[1] ela não é um sujeito desejante, mas sim o objeto de desejo que depende completamente da aceitação dele, de forma a manter essa cultura machista que insiste em querer silenciá-la (Saffioti, 1987; Young, 2018). Uma vez que, o ideal de mulher segundo o patriarcado possui a representação da figura da dona de casa e responsável pela criação dos filhos, pela limpeza do lar e pelo preparo do alimento, em contrapartida, pela mulher objeto sexual e incumbida dos cuidados estéticos para encantar e/ou excitar os homens. “Em qualquer dos casos, o da dona de casa e o da mulher objeto sexual, a mulher está obedecendo os padrões estabelecidos pela sociedade brasileira” Saffioti (1987, p. 30).

Zanello (2018) e Benatti *et al*. (2022), discorrem que a normatização incidente sobre a mulher brasileira, se dá de maneira a manter as relações de poder previamente estabelecidas para regular o seu corpo, o seu comportamento e a sua forma de existir, a fim de ajustá-la dentro dos padrões patriarcais e favorecer o controle do homem acerca da autonomia e das suas possibilidades de escolhas.

Para a estudiosa e pesquisadora sobre a temática, Whitaker (1997) - que faleceu este ano - enquanto as mulheres ainda forem vítimas dessas ações normativas e disciplinares que advém da estrutura patriarcal dominante, elas continuarão expostas as diferentes formas de violências e de violações dos seus direitos, se deparando com a dificuldade de seguir com a busca particular em romper com esse ideário passivo feminino. Afinal, essa condição reforça a hipervalorização e a dominação do masculino, conforme citação de Saffioti (1987, p. 29) “mulher dócil é a contrapartida de homem macho. Mulher frágil é a contraparte do macho forte. Mulher emotiva é a outra metade do homem racional. Mulher inferior é a outra face da moeda do macho superior”.

Todavia, é importante salientar que a luta das mulheres para transformar essa conjuntura não diz respeito apenas a elas, mas também aos homens, pois não há possibilidade de transformação da condição da mulher sem a redefinição do masculino. Para tanto, é necessário que os homens reconheçam os seus privilégios, também o processo discriminatório que incide sobre a mulher ao longo da história em razão do poder que é macho e branco (Saffioti, 2004; Zanello, 2018).

Perante essa **normatividade** (grifo nosso) empregada pelo homem, assim como, pelo branco, heterossexual e rico, Saffioti (1987), aponta para a necessidade de considerar a questão de classe e raça dentro da perspectiva de gênero, de modo a construir alianças entre os

[1] A utilização de macho neste estudo é embasada na escrita de Heleieth Saffioti, que utilizou desta terminologia para referir-se ao homem hegemônico que utiliza do machismo para manter os privilégios, os padrões e os valores alicerçados na cultura patriarcal.

minoritários para a construção de uma sociedade que possibilite o desenvolvimento pleno das potencialidades dos **menos abastados** (grifo de Saffioti).

Em respeito ao limite do tempo e do espaço, hoje se faz necessário transcender o pensamento de Saffioti e considerar também a importância da sexualidade nesta aliança, pois as possibilidades e a aceitação acerca das vivências sexuais e das manifestações do desejo sexual e de prazer variam conforme a cultura e a moral patriarcal, podendo culminar na violência e no sofrimento psíquico (Ribeiro, 2004; Paraíso; Caldeira, 2021; Benatti, *et al*., 2023).

Nesta linha, utiliza-se para melhor compreensão a perspectiva de interseccionalidade dentro do conceito feminista, para Akotirene (2018) e Ribeiro (2018), é uma instrumentalidade teórica e metodológica pensada por feministas pretas, a fim de desvelar a condição da mulher de maneira não universal, articulando e sobrepondo a questão de gênero, raça, classe e sexualidade por meio das experiências e reinvindicações intelectuais de mulheres pretas e pobres que não foram representadas nos movimentos feministas pautados no essencialismo de mulheres brancas, tampouco no movimento antirracista de pautas essencialmente masculinas.

> A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem (Akotirene, 2018, p. 24).

Rosa e Campos (2012), apontam o Brasil como um país ainda atravessado pelo machismo, sexismo e misoginia que acomete as mulheres de norte a sul, em especial, as mulheres pretas e pobres que historicamente foram marcadas pela dinâmica da sociedade brasileira como as bases fundante das desigualdades, logo, as mais expostas à violência e ao feminicídio.

Assim, cabe reforçar que a luta pela igualdade de direitos não é e nem deve ser restrita às mulheres, então, é de suma importância para essa temática enaltecer a Psicologia como forte instrumento de transformação dessa conjuntura em razão do seu caráter ético, científico e profissional orientado para o combate das violências e para a igualdade dos direitos de toda e qualquer pessoa, sem distinção de gênero, raça, classe, sexualidade ou de outra natureza (Almeida *et al*., 2013; Andrade *et al.*, 2013).

2.2 A relevância da Psicologia enquanto ciência e profissão

Diante do exposto, denota-se a importância da Psicologia como ciência e profissão, alicerçada nos princípios prescritos no Código de Ética da(o) Profissional e comprometida com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de modo a contribuir de maneira ativa para o enfrentamento das implicações a saúde mental que são causadas pelo machismo na sociedade brasileira (Praun 2011; Andrade *et al*., 2013).

O compromisso social da Psicologia ganhou força no Brasil na década de 80 com as Psicólogas Silvia Lane e Ana Bock, ao contribuírem para o rompimento desta ciência pautada apenas na saúde emocional e mental do indivíduo (Sá, 2007). A partir disso, fica evidente que a Psicologia se compromete com o coletivo, intervindo de maneira crítica e transformadora nas diferentes realidades e auxiliando no enfrentamento da desigualdade social no país (Bock, 1999; Sá, 2007).

Bock (1999, p. 327) afirma:

> Assumir compromisso social em nossa ciência é buscar estranhar o que hoje já parece familiar; é não aceitar que as coisas são porque são, mas sempre duvidar e buscar novas respostas. Compromisso social é estranhar, é inquietar-se com a realidade e não aceitar as coisas como estão. É buscar saídas.

Para Gomes e Castro (2010), a Psicologia é a ciência que estuda os processos mentais, emocionais e comportamentais do ser humano, e, através da arte se dedica ao alívio do sofrimento oriundo dos conflitos emocionais. Os autores consideram a arte nesta ciência em razão do envolvimento com o manuseio de técnicas e de teorias pautadas no compromisso ético que são mediadas pela competência exclusiva da(o) psicóloga(o). Nesta perspectiva, destaca-se dois Princípios Fundamentais no Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o) (2019, p. 14) que norteiam a sua prática profissional:

> I. A(O) psicóloga(o) baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos;
> II. A(O) psicóloga(o) trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

É importante o posicionamento e o compromisso da Psicologia na formação de Psicólogas(os) e no fortalecimento de Sindicatos e de Conselhos orientados para a luta e para o desvelamento das violações de direitos na sociedade contemporânea que ainda são

atravessadas pelos estigmas de gênero, classe, raça e sexualidade, a fim de limitar as expressões de existência, marcar os corpos e acometer o emocional daqueles que estão posicionados abaixo da linha da **normatividade** (grifo nosso), buscando beneficiar, em primeiro lugar, o homem *cis*, hétero, branco e rico (Almeida *et al*., 2013; Andrade *et al*., 2013).

A normatização culmina no preconceito e na violência, então, é nesse campo que a Psicologia deve engajar-se do seu caráter científico e profissional para agir. Nesta direção, destaca-se a necessidade da ampliação do olhar e da compreensão acerca do sofrimento e do adoecimento psíquico da mulher como uma categoria gendrada[2] e relacional, pois dependendo o modo como a mulher e o homem performam dentro da cultura vigente, traz consigo impactos a saúde mental de ambos os gêneros, em destaque, do feminino pela questão dos valores culturais de base patriarcal, os quais foram construídos e seguem sendo reforçados ao longo da história (Zanello *et al*., 2015).

Benatti *et al.* (2022) corroboram dizendo que a normatização produz grande sofrimento do feminino perante as opressões e as imposições que visam ajustar a mulher aos modelos de base patriarcal, impactando à saúde emocional delas por meio da coibição ou retalhação de toda e qualquer expressão existencial que a distancie desse modelo. Assim, reforça-se novamente a importância da Psicologia para auxiliar no rompimento desta lógica machista e promover a saúde mental, considerando a perspectiva de gênero de maneira gendrada, a fim de atenuar através do seu exercício, os atravessamentos do machismo à saúde mental das mulheres (Pedrosa; Zanello, 2016; Zanello; Miranda, 2022).

Contudo, cabe destacar que as mulheres não são e não querem ser iguais aos homens, mas sim, é necessário que elas tenham igualdade de direitos e de acessos, não devendo de forma alguma renunciar nenhum deles (Zanello; Miranda, 2022). Isto posto, é papel da Psicologia e dos seus profissionais atuarem dentro desta lógica para auxiliar no processo de mitigação do preconceito, da desigualdade e das violências que advém do machismo e atravessa os diferentes espaços (Zanello, 2018; Almeida *et al.*, 2013).

2.3 A importância dos Movimento'S' Feministas para o desvelar do fenômeno

[2] Um acionamento interpretativo e ideológico atravessado pelas especificidades de gênero que perpassa as relações sociais por meio da experiência, no intento de reconhecer e destacar os mecanismos de controle dos símbolos culturais de dominação, isto é, "um ser gendrado é um ser inserido na dinâmica social e cultural relacionadas à experiência sexuada e aos valores, normas, regras e configurações vinculados a essa experiência" (Leiro, 1999, s/p.).

Todos os progressos e transformações relatados até o presente momento são frutos dos diversos Movimentos Feministas. Para a antropóloga e feminista Segato (2021), esses movimentos são plurais e cada um tem a sua importância contextualizada na sociedade em que se instauraram e com foco nas problemáticas pertinentes.

Longe de querer esgotar os percursos desses movimentos, a também antropóloga e socióloga Scavone (2004) afirma que as lutas feministas pelos direitos são muitos e igualmente relevantes, pois são fundamentadas no ideal da igualdade, justificando então, o ‘S’ presente no título desse tópico.

Saffioti (1987), explica que o feminismo não é uma guerra contra os homens, e sim, uma proposta de humanização que abarca inclusive o masculino. Então, tais movimentos encontram-se longe de ser ressentido e amargo, pelo contrário, é a maneira de estabelecer a igualdade entre os gêneros e possibilitar o desfrute de ambos nos acessos sociais e de maneira igualitária.

No cenário nacional, Teles e Melo (2002) salientam a Constituição Federal de 1988 como um dos marcos dos movimentos feministas, pois empregou a igualdade de gênero como um dos seus princípios básicos, objetivando o rompimento do sistema legal que corroborava ainda mais para a discriminação da mulher. Além disso, nessa mesma década, a utilização do conceito de gênero nos estudos científicos tornou-se foco no país em contraposição ao termo sexo, que se mantém como uma especificidade anatômica, ou seja, para classificar os indivíduos conforme a sua anatomia ao nascer (Aguiar, 2000; Praun, 2011).

Em outras palavras, o conceito de gênero representa (até os dias de hoje) o rompimento com os modelos de estudos científicos que se limitavam às diferenças anatômicas entre os sexos para justificar o poder do homem sobre a mulher. Ademais, tal conceito corroborou para o fortalecimento dos estudos acerca da violência contra a mulher, bem como dos progressos obtidos ao longo da história pelos Movimentos Feministas e de mulheres acerca das novas condições de cidadania voltada à figura feminina (Praun, 2011; Dorlin, 2021).

Desse modo, é de suma importância a conceituação de gênero mesmo que envolva diferentes perspectivas teóricas nos estudos feministas e de gênero. A historiadora norte-americana e grande expoente nos estudos de gênero, Scott (1990), salienta que esse conceito é uma maneira de categorizar as relações sociais entre os sexos e desaceitar as justificativas biológicas que corroboram para a subordinação da mulher. Nessa ótica, a também historiadora e professora brasileira, Louro (1997), aponta que o conceito de gênero não pretende negar a biologia, mas enfatizar a construção social e histórica da mulher, evitando que as relações

desiguais sejam justificadas pelas diferenças biológicas, e, sim, pelos arranjos sociais, pela história e pelas condições de acesso aos recursos da sociedade.

Segundo Saffioti (1987) e (2004), o conceito em questão é um conjunto de normas modeladoras entre homens e mulheres que são expressas no campo social e remete as pessoas à uma categoria previamente construída. Contrapondo a ideia de Scott (1990), Saffioti (1994) afirma à luz da perspectiva marxista, que o conceito de gênero é uma maneira de atribuir significado às relações de poder, tanto quanto a questão de raça e classe, pois também são parâmetros de organização destas relações sociais e de poder.

Segato (2021) aponta para as compreensões sobre o conceito de gênero que partem de lócus enunciativos muitas vezes distintos entre as(os) pesquisadores desta temática, pois há um direcionamento e entendimento embasados em suas realidades, então, reduzir as compreensões em apenas um tipo de episteme, é, por vezes, negligenciar a pluralidade de entendimentos acerca deste tema.

Apesar da pluralidade dos Movimentos Feministas, a socióloga e professora Whitaker (1997) destaca a importância de considerar as dimensões históricas e sociais, bem como ressaltar a consideração da linguagem e do discurso para a construção da subjetividade e para enfrentamento da manutenção das relações de poder alicerçada na desigualdade de gênero. Nesse sentido, aponta-se para a relevância da definição de poder segundo Foucault (1988, p. 89): “poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada”.

Para Scavone (2004), Foucault (1988, p. 98) apresenta relevante interlocução com o feminismo, em razão da associação que ele faz sobre as manifestações de poder com a redução das sexualidades, em que os homens utilizam da sexualidade para subalternizar as mulheres: “nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas é um dos dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio e de articulação às mais variadas estratégias”.

Sendo assim, considera-se o machismo como uma estratégia de manutenção dos privilégios do homem na sociedade, incidindo sobre a condição da mulher e sobre o corpo feminino por meio de uma construção discursiva que seguem sendo reduzidos como meros objetos de prazer ou de reprodução, resultado de um sistema patriarcal e sexista que visa inferiorizar e subalternizar a mulher em qualquer manifestação social (Saffioti, 1999; Benatti *et al.*, 2022).

Em suma, Almeida (2007) e Leão (2017) discutem que a condição da mulher (até então apresentado), bem como, os papéis, os comportamentos e as funções determinadas ao masculino e ao feminino conforme a sua anatomia ao nascer, não são inerentes ao sexo biológico, mas sim, resultado de uma construção cultural, patriarcal e histórica, que mantém as relações de poder de modo a legitimar, relativizar e naturalizar a violência contra a mulher, independentemente da sua configuração, na intenção de culpabilizar a mulher, incluindo enquanto vítima de agressão.

Deste modo, destaca o pensamento de Saffioti (1987), pois a desigualdade entre os gêneros é de fato produto de diferentes formas históricas e de organização entre as pessoas, uma vez que não é algo natural, e sim, construído socialmente e institucionalizado na condição de gênero, tornando a mulher mais suscetível à violência em diferentes contextos, dentre eles, o universitário conforme será explanado na próxima seção.

SEÇÃO 3

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA UNIVERSIDADE

A violência contra a mulher nas universidades é um fenômeno também de alta complexidade e de grande incidência que afeta o feminino nas mais diferentes idades, etnias, raças, classes, culturas e níveis acadêmicos, podendo ocorrer dentro da própria Universidade ou fora dela como, festas e/ou eventos acadêmicos (Michetti; Mettenheim, 2019; Valls *et al.*, 2007).

Nesse contexto, o Instituto Avon (2015) realizou um estudo para dimensionar a incidência do fenômeno nas universidades do país e identificou que 67% das estudantes universitárias afirmaram ter sofrido algum tipo de violência cometida por um homem na universidade ou em festas acadêmicas, desvelando que a incidência do fenômeno é de fato muito alta e reforça a necessidade de compreensão de sua real prevalência.

Michetti e Mettenheim (2019) corroboram dizendo que a violência contra a mulher nas instituições de educação superior incide em sua maioria por meio do poder simbólico, isto é, por meio da manutenção da naturalização da reprodução de condutas machistas e de padrões de dominação social em razão do tratamento desigual entre os gêneros.

Autores como Negreiros e Andrade (2019); Souza *et al*. (2018) e Callou *et al*. (2016) concluíram por meio de estudos realizados com estudantes universitários que, a violência contra a mulher ainda tem seu reconhecimento predominante apenas na configuração do tipo física. Já a violência do tipo psicológica é de difícil identificação neste contexto, apesar da sua alta recorrência nas universidades, como refere Godinho *et al*. (2018).

Então, quanto menos visíveis aos olhos forem as marcas da agressão, menor é a sua identificação, denotando assim, a falta e/ou a limitação do conhecimento acerca da violência contra a mulher no âmbito universitário, sobretudo acerca das diferentes formas dela se manifestar. Saffioti (1999) alerta que as violências físicas não ocorrem isoladamente, sendo comum a presença da violência psicológica e moral em qualquer forma de agressão.

Especificamente sobre a violência psicológica, o artigo 7 da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) afirma que é a violência de maior recorrência e de difícil identificação na prática, apesar das suas consequências avassaladoras, pois atravessa os prejuízos à saúde emocional, abrangendo o desenvolvimento humano e a autoestima da mulher (Brasil, 2006). Por isto, Carvalho e Rabay (2015) e Maito *et al.* (2019) chamam a atenção para a importância de ampliar a compreensão sobre o conceito de gênero e sobre a Lei Maria da Penha na educação superior, a fim de romper com a atual conjuntura que limita a discussão deste assunto.

Também se destaca a relevância de mais pesquisas acerca do fenômeno nas instituições universitárias para desconstruir os padrões que corroboram para a primazia do homem, que se dá por meio dos estereótipos acentuados e/ou embutidos nos discursos e performances de gênero, utilizando como justificativas a fragilidade emocional e corporal da mulher, também a questão da maternidade (Michetti; Mettenheim, 2019).

Do mesmo modo, além da importância da ampliação e da viabilização ao acesso à Lei Maria da Penha nas Universidades, se faz necessário a implementação de políticas universitárias que possibilitem a notificação de situações e tipos de violências contra a mulher, também, o acolhimento às vítimas, a adoção de medidas administrativas e a promoção de ações educativas e de sensibilização enquanto formas de enfrentamento (Maito *et al*., 2019; Montrone *et al*., 2020).

Diante desta problemática algumas universidades brasileiras estão promovendo campanhas de conscientização e de enfrentamento a este fenômeno, como exemplo, a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) que instituiu normas e procedimentos a serem adotados em casos de violência contra a mulher no espaço universitário em 2019; a Universidade de Brasília (UNB) que apresentou em 2016 propostas à comunidade acadêmica para a conscientização, prevenção e enfrentamento à esta violência na própria instituição e o Gelédes, Instituto da Mulher Negra, que promoveu ações contra a omissão das universidades brasileiras sobre o fenômeno em questão no ano de 2014.

A Universidade de São Paulo (USP) formou em 2016 a *Rede Não Cala*, composta hoje por aproximadamente 200 professores e pesquisadores com o objetivo de reagir às denúncias de violência sexual e de gênero sofridas por membros da comunidade universitária. A atuação desse grupo é pautada na criação de um centro de referência dentro da universidade com profissionais capacitados para atender, de forma integral, as vítimas de violência e acompanhar as sindicâncias e os processos administrativos da instituição na ampliação da discussão e de desenvolvimento de ações educativas e de conscientização acerca do tema para a comunidade universitária.

Ainda que tenha a realização de alguns movimentos, programas e políticas de visibilização, de mobilização e de enfrentamento sobre esta temática, Valls *et al.* (2007) e Bellini e Mello (2018) enaltecem dois pontos ainda fortes no atual cenário: 1) a escassez na literatura científica sobre o fenômeno no contexto universitário e 2) a atenção minimizada das universidades brasileiras em relação à temática. Dessa maneira, evidencia-se os desafios ainda enfrentados pelas mulheres no contexto universitário, podendo trazer à tona possíveis prejuízos psicológicos advindos do axioma, entre outros agravos.

Diante deste cenário, ponderar acerca da Universidade trouxe consigo, a consideração da importância das vivências e dos significados dos colaboradores de pesquisa que desfrutam de cargos de gestão e que respondem pela mesma: chefes de departamentos, coordenadores de curso, ouvidoria, bem como a sua direção. Afinal, a forma como a Instituição conduz as discussões que envolvem este tema, retrata se há abertura para tanto, bem como o nível de efetividade das ações voltadas ao enfrentamento do fenômeno indagado.

3.1 A relevância de Heleieth Saffioti, feminista brasileira e militante acadêmica

Para Motta e Bezerra (2021) é preciso enaltecer a trajetória universitária e as produções acadêmicas de Heleieth Saffioti, na finalidade de conhecer significativamente as transformações da condição da mulher no contexto universitário. Uma vez que, Saffioti precisou enfrentar o machismo, o sexismo e a misoginia pelo fato de ser uma mulher falando e pesquisando sobre a condição dela e de outras mulheres naqueles tempos.

Heleieth Iara Bongiovani Saffioti nasceu em 1934 em Ibirá (cidade interiorana de São Paulo). Na década de 60, graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) e nesse mesmo período iniciou a sua trajetória acadêmica com seus estudos acerca da condição da mulher numa sociedade de classe, enfrentando a predominância masculina no espaço acadêmico com o intento de investigar os estreitos laços que unem a opressão feminina e o modo de produção capitalista (Stein *et al*., 2011).

Numa entrevista publicada por Gonçalves e Branco (2011, p. 75), ela narra a sua dificuldade em conseguir um orientador unicamente pela questão de gênero e sobre a sua limitação de acesso a estudos acerca da temática em razão da escassez de traduções para o português, sobretudo, as suas dificuldades durante o período militar por motivos da sua condição de mulher e por ser considerada comunista: “agora eu tenho que parir uma tese; porque sendo mulher e marxista, eles vão me botar na rua, é obvio. Os homens não precisam fazer e os não marxistas tampouco, mas eu tenho que fazer!”.

E complementa dizendo:

> E eu era muito metida, isso eu sempre fui, acho que já nasci assim, porque se não teria me recolhido à minha santa ignorância e ao meu destino de gênero e de classe. A única coisa que me favorecia era ser branquinha, porque o resto era uma tragédia. Mas eu resolvi mudar as coisas (GONÇALVES; BRANCO, 2011, p. 75).

Apesar de toda truculência enfrentada, Saffioti tornou-se livre docente em 1967 pela Universidade Paulista de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr-UNESP) com a tese *A*

mulher na sociedade de classe: mito e realidade. Stein *et al*. (2011) e Silva (2011), expressam que essa tese quando publicada pela editora Vozes em 1969, foi considerada na época um *best-seller* e até hoje é utilizada como grande referência pela comunidade científica em razão da sua relevância para os estudos de gênero e de violência contra a mulher.

Todavia, naqueles tempos, houve a negação da academia predominantemente masculina e branca, alegando que essa produção "não tinha nenhuma legitimidade, feito por uma mulher e ainda comunista que metia a lenha na Igreja católica" (Gonçalves; Branco, 2011, p. 80). Porém, mesmo diante da dificuldade, Saffioti demonstrou e comprovou que o rigor teórico-metodológico é compatível com a ousadia e a criatividade científica, logo, de maneira perspicaz, deu continuidade à docência a aos seus estudos e produções científicas, realizando também importantes orientações de pesquisas que contribuíram e ainda contribuem para o desvelar do conceito de gênero e para o enfrentamento da violência contra a mulher (Silva, 2011; Motta; Bezerra, 2021).

Além dessa obra, Saffioti publicou outros 9 livros acerca desta temática: *Profissionalização feminina: professoras primárias e operárias* em 1969; *Emprego doméstico e capitalismo* em 1978; *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher: um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unido*s em 1981; *O fardo das trabalhadoras rurais* em 1983; *Mulher brasileira: opressão e exploração* em 1984; *Poder do macho* em 1987; *Mulher brasileira é assim* em 1994; *Violência de gênero: poder e impotência* em 1995 e *Gênero, patriarcado, violência* em 2004 (Stein *et al.*, 2011).

As primeiras e diferentes edições de todas as suas obras, assim como, todo o seu acervo pessoal pode ser encontrado na Chácara Sapucaia, localizada na cidade de Araraquara (interior de São Paulo). Essa chácara ficou nacionalmente conhecida, pois foi durante uma visita a um familiar e na época proprietário da chácara, Senhor Pio Lourenço, que Mário de Andrade escreveu grande parte do seu romance Macunaíma em 1926 (Unesp, 2015).

No início da década de 70, essa mesma chácara foi comprada por Saffioti e seu marido Waldemar Saffioti (químico, também, docente e pesquisador da UNESP), onde viveram até os anos 2000. Após a morte de Waldemar, ela doou a chácara para a FCLAr-UNESP, sendo transformada num espaço cultural e acessível para visitação (Unesp, 2019).

A figura 1 ilustra um dos cômodos da casa em que Saffioti residiu e hoje encontra-se disponível para visitação. As figuras 2 e 3 ilustram a Biblioteca da autora, contendo o seu acervo pessoal.



Figura 1: Retratos e mobiliário pessoal de Heleieth Saffioti expostos na Chácara Sapucaia.
Fonte: Autores.

Saffioti veio a falecer em 13 de dezembro de 2010, aos 76 anos de idade. Em 2015 foi inaugurada neste espaço a biblioteca pessoal de Heleieth Saffioti com 7238 livros disponíveis para consultas, estudos e pesquisas sobre a temática gênero, feminismos e violência contra a mulher, mantendo vivo e preservado (até os dias de hoje) a sua militância acadêmica, contribuindo para o enfrentamento do machismo, da misoginia e do sexismo que são manifestados nas mais diversas formas, culminando na violência contra a mulher em diferentes espaços (Stein *et al.*, 2011; Motta, 2020; Unesp, 2015).



Figura 2: Acervo Pessoal de Heleieth Saffioti. Fonte: Autores.



Figura 3: Biblioteca Heleieth Saffioti na Chácara Sapucaia. Fonte: Autores.

Saffioti também foi uma das pesquisadoras feministas responsáveis pelo surgimento do Programa de Pós-graduação Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1983. Através desta iniciativa, buscou-se de maneira pioneira no país, romper por meio da academia, a condição de inferiorização e subordinação imposta a mulher pela sociedade patriarcal, bem como, visibilizar a produção acadêmica de e sobre mulheres brasileiras e internacionais (Mona; Sandenberg, 2021; Neim, 2022).

Nesse sentido, o NEIM é considerado até a atualidade como um dos programas de pós graduação de maior renome para a temática, em razão do seu objetivo de formar e de capacitar docentes e pesquisadoras(es) para atuarem e/ou utilizarem de metodologias na perspectiva de gênero através de estudos, programas e práticas de desenvolvimento social e de implementação de políticas públicas pensado nas mulheres e nas relações de poder e de gênero, classe, raça e sexualidade para além do binarismo (Neim, 2022).

Contudo, reforça a importância da militância por meio da academia de Saffioti para romper as barreiras construídas pelo machismo e contribuir de maneira efetiva com a luta pela igualdade de gênero, classe e raça no Brasil, possibilitando que outras mulheres possam seguir lutando e dando continuidade na transformação das diferentes realidades das mulheres

brasileiras. No entanto, ela mesma afirma em entrevista[3]: “considerando no sentido *lato*, eu fui uma militante de primeira categoria. Mas no sentido *stritu*, não fui não, não fui porque não tinha tempo” (Gonçalves; Branco, 2011, p. 79).

Tamanha a dedicação de Saffioti culminou na sua indicação ao Prêmio Nobel da Paz em 2005 com o intento de reconhecer o papel feminino nos esforços pela paz. Bem como, no ano de 2009 recebeu o título de Professora Emérita pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara e em 2012 a Câmara Municipal de São Paulo criou o Prêmio Heleieth Saffioti, dedicado às mulheres e entidades que obtiveram destaque no combate à discriminação social, sexual e racial (Stein *et al.*, 2011; Motta, 2020).

Inspirado nela, evidencia-se por meio desta dissertação, a continuação da luta contra o machismo estrutural, afinal, essa luta está longe de ter fim. Sobretudo, é necessário lutar de maneira aliada às questões de raça, classe e sexualidade, de maneira a continuar o enfrentamento do poder que é macho, branco, *cis* e hétero.

3.2 A Universidade enquanto lócus privilegiado para à temática

Para Ribeiro (2004) e Benatti *et al*. (2023), a educação é considerada *lócus* privilegiado e propício para os estudos favoráveis a igualdade de gênero, raça, classe, sexualidade e corpos, pois a maneira como a sociedade está organizada reflete nas universidades. Pensando nisso, esse estudo optou pelo contexto universitário para conhecer as situações de violência que atravessam os muros das universidades em razão de uma sociedade ainda conservadora e preconceituosa que valoriza e mantêm os padrões de dominância do homem branco, *cis* e hétero (Leão, 2017; Montrone *et al*., 2020).

Bedin e Muzzeti (2016) também afirmam que apesar da importância e da legítima instância social, a universidade é um espaço em que ocorre a propagação e a perpetuação dos estigmas, dos preconceitos, do sexismo e da hierarquização do machismo. Isto posto, o presente estudo busca contribuir com as reflexões que possam subsidiar novas formas de diálogo acerca desta temática, de maneira a compreender como estas relações perpassam o espaço universitário.

Dado a escassez na literatura científica acerca da temática, a baixa atenção das Universidades Brasileiras sobre o fenômeno e a urgência da implementação e de revisões de políticas universitárias como forma de enfrentamento. Considerou-se relevante aqui, conhecer

[3] Entrevista dada por Heleieth Saffioti em março de 2008 e publicada como artigo científico com o título Entrevista – Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de “A mulher na sociedade de classes” por Gonçalves e Branco em 2011.

as percepções dos profissionais universitários que desfrutam dos cargos de gestão. Diante disso, o presente estudo busca compreender este fenômeno na ótica destes profissionais, de forma a conhecer o sentido e os significados que estes atribuem ao mesmo, para poder contribuir no esboço de estratégias de ações para otimizar o seu enfrentamento.

Sendo assim, o estudo contou com a participação dos coordenadores dos cursos de graduação, também pós-graduação e outros cargos de gestão da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr-UNESP), instituição na qual a pesquisa foi realizada. Essa escolha se dá pelo interesse em conhecer e compreender a violência contra a mulher que adentra as instituições de ensino superior em diferentes perspectivas, isto é, na ótica de diversos profissionais institucionais que exercem postos de gestão, pois são considerados agentes de transformação e de grande importância para o desvelar do fenômeno nas universidades, principalmente no que tange ao implemento de ações de enfrentamento.

SEÇÃO 4

A FENOMENOLOGIA PARA O DESVELAR DO FENÔMENO

Conforme mencionado, a Psicologia enquanto ciência e profissão têm oferecido crescentes contribuições para os estudos acerca do fenômeno aqui indagado, pois contribui para o seu desvelar do ponto de vista emocional e dos processos subjetivos. Para tanto, é necessário considerar a promoção da saúde mental dentro da perspectiva de gênero, atrelado às questões de classe, raça e sexualidade. Pois assim, possibilitará a expansão da consciência, trazendo um novo olhar e compreensão do fenômeno (Almeida *et al*., 2013; Zanello, 2018).

De maneira a fazer sentido, vale pontuar que a Psicologia foi dividida em três forças, sendo a primeira delas representada pela Psicanálise através da sua epistemologia pautada na hipótese do inconsciente, a segunda pelo Behaviorismo que se atém aos processos mentais sob as influências da análise do comportamento e a terceira pela Fenomenologia (Kleiman, 2015; Collin *et al*., 2016).

Segundo Colpo (2013), esta última surgiu no final do século XIX e teve como precursor o filósofo e psicólogo alemão Franz Brentano (1838-1917), com a finalidade de criticar a concepção dualista que visa a separação mente-corpo e pessoa-mundo. Para Brentano (1874), citado Aranha e Martins (2009), a ciência assume o caráter de auxiliar na composição da visão de mundo com a intenção de usar fatos particulares para prever outros fatos particulares.

Entretanto, foi no século XX com o filósofo alemão Husserl, que a Fenomenologia teve o impulso para se tornar um método de estudo do fenômeno, visando compreender o fluxo da consciência humana perante a apresentação de um determinado objeto e/ou fenômeno (Aranha; Martins, 2009; Bruns, 2011).

O conceito de fenômeno conforme a sua etimologia de origem grega *phainesthai*, significa aquilo que se apresenta ou se mostra, e o sufixo *logos* quer dizer explicação ou estudo. Desse o modo, o modelo de Husserl afirma que toda consciência é intencional, ou seja, a consciência é sempre de algo: “não há consciência desvinculada de um mundo para ser percebido nem um mundo sem consciência para percebê-lo ou, em outras palavras, não há ‘consciência pura’ separada do mundo” (Bruns, 2011, p. 68).

Além disso, Husserl corroborou para a construção de uma Psicologia eidética, a fim de conhecer o desvelar do objeto ou do fenômeno a partir da experiência vivida pela pessoa por meio dos seus significados atribuídos, pois para ele, a prioridade da Fenomenologia não está

nem na pessoa e nem no fenômeno, mas sim, na relação pessoa-fenômeno-mundo (Bruns, 2011).

Como modelo de análise, Husserl construiu a *epoché* ou redução fenomenológica que significa suspensão do juízo de valores, em termos mais conhecidos, colocar entre parênteses as crenças, os preconceitos e a moralidade para que todo julgamento imediato e preconcebido seja eliminado. Para Bruns (2011), é por meio da *epoché* ou da redução fenomenológica que se retorna ao mundo da experiência original, isto é, retornar as coisas as mesmas para compreender os significados que foram atribuídos num determinado momento da história acerca de si mesmo, da relação com as pessoas e do mundo.

Nessa linha, Amatuzzi (2011) e Colpo (2013) compreendem a Fenomenologia como um modelo de estudo dos fenômenos, ou melhor, um paradigma, pois o lugar em que se chega é próprio e o caminho percorrido se dá pela investigação de como determinado fenômeno se mostra e/ou se apresenta à consciência. Com isso, a Fenomenologia se aproximou da Psicologia, sendo considerada uma abordagem Psicoterápica em razão da sua epistemologia que possibilita a análise da realidade dedicada ao cuidado das emoções (Gomes e Castro, 2010).

> A fenomenologia possibilitou à Psicologia uma nova postura para inquirir os fenômenos psicológicos: a de não ser ater somente ao estudo de comportamentos observáveis e controláveis, mas procurar interrogar as experiências vividas e os significados que os sujeitos lhe atribuem, ou seja, o de não priorizar o objeto e/ou sujeito, mas centrar-se na relação sujeito-objeto-mundo (Bruns, 2011, p.69).

Para Amatuzzi (2009), a Fenomenologia possibilita um olhar próprio para o fenômeno, a fim de conhecer a sua apresentação à consciência por meio da interpretação ou da suposição da realidade, ainda que provisória através da relação dialética pessoa-fenômeno-mundo. Sendo assim, esse paradigma investiga o sentido e os significados atribuídos pela pessoa, de modo a compreender a sua realidade mediada pelas suas experiências vividas (Aranha; Martins, 2009).

Bruns (2011, p. 72) complementa dizendo que:

> quando o olhar instigante do pesquisador se dirige à busca da compreensão de um fenômeno, baseando-se na premissa de que o homem é sujeito e objeto do conhecimento e vivencia intencionalmente a sua existência, atribuindo-lhe sentido e significado, ou seja, quando não há um ser "escondido", uma realidade "em si mesma", objetiva e neutra atrás das aparências do fenômeno (uma vez que a intencionalidade da consciência

> permite as mais variadas perspectivas acerca do objeto) nesse momento, o paradigma fenomenológico está presente.

Então, indagar o fenômeno da violência contra a mulher à luz da fenomenologia é conforme Davi e Bruns (2017), uma maneira de não limitar o olhar ao comportamento, mas sim, interrogar e investigar as experiências de pessoas e o seu sentido e os significados atribuídos por meio da descrição acerca do fenômeno. Frente ao exposto, foi necessário indagar a maneira como o fenômeno da violência contra mulher é visto no paradigma fenomenológico, em especial, no contexto universitário que é *lócus* dessa dissertação.

Desse modo, buscou-se por meio de uma revisão sistemática conhecer este fenômeno e a sua incidência à luz da fenomenologia, bem como, quais os fenomenólogos utilizados nesta temática.

4.1 A violência Contra a Mulher à luz da fenomenologia: uma revisão sistemática

Para Sampaio e Mancini (2006), a revisão sistemática é um método que corrobora para a sintetização das evidências disponíveis na literatura, possibilitando a avaliação crítica e sintética dos resultados de diferentes estudos e a maximização do potencial de busca, de maneira a encontrar, de modo organizado, o seu maior número. Para tanto, requer a elaboração de uma pergunta clara, o delineamento de uma estratégia de busca, também, dos critérios de inclusão e exclusão dos materiais, por fim, a análise da qualidade e dos resultados obtidos (Sampaio; Mancini, 2006; Zerbinati; Bruns, 2017).

Nesse sentido, foram necessárias 7 etapas consideradas norteadoras para essa revisão: 1 - Formular a pergunta científica; 2 – Elaborar a estratégia de busca, ou seja, definir as bases de dados e as palavras-chave empregadas; 3 – Estabelecer os critérios de inclusão e exclusão; 4 – Selecionar os estudos; 5 – Avaliar a qualidade desses estudos encontrados; 6 – Considerar, analisar e interpretar os resultados relevantes e 7 – Discutir e apresentar uma conclusão sobre os dados evidenciados.

A partir da indagação: *como o fenômeno da violência contra mulher é visto no paradigma fenomenológico, em especial, no contexto universitário*. Foi realizada uma busca nas bases de dados *Google* Acadêmico, *Scielo* e *PePsic*[4], empregando as palavras-chave e cruzamentos: violência contra a mulher *and* “fenomenologia”, violência de gênero *and* “fenomenologia” e universitárias *and* “fenomenologia”. Como critério de inclusão, priorizou-

[4] Além das plataformas de dados reconhecidas, cabe mencionar a utilização do site www.sexualidadevida.com.br do grupo de estudo em Fenomenologia Gênero e Sexualidade, empregando as mesmas palavras-chave e cruzamentos.

se os últimos cinco anos, ou seja, 2017 a 2022, bem como, o idioma português e os artigos nacionais.

Ademais, as produções também deveriam abordar, de maneira direta ou indireta, o fenômeno da violência contra a mulher à luz da fenomenologia. Em contrapartida, as obras que estiveram fora destas bases de dados, também, fora do período supracitado e dos objetivos do presente estudo, foram excluídas. Na busca empreendida, foi realizada a leitura dos títulos, assim como, a leitura cuidadosa dos resumos dos trabalhos, de maneira a identificar a adequação de cada material com os objetivos do presente estudo.

Diante disso, encontrou-se 153 artigos, todavia, vale frisar que muitos deles se repetiram em diferentes bases de dados. Contudo, apenas 15 publicações foram consideradas relevantes a este estudo, por estarem de acordo com os seus objetivos, ou seja, foram descartados 138 artigos. Assim, os 15 artigos selecionados foram lidos na íntegra conforme as etapas 5 e 6, porém, após tal leitura, 2 deles foram descartados por não demonstrarem relevância para com a temática deste estudo, então, foi realizada uma revisão crítica com o total de 13 estudos, de fato, selecionados e elencadas no quadro 1, que está apresentado a seguir:

Tabela 1 – Revisão Crítica dos Artigos selecionados

Título	Revisão Crítica	Referência
A questão de gênero na percepção do processo saúde-doença de pessoas privadas de liberdade em delegacias	O artigo se mostrou relevante, pois explana acerca das assimetrias entre os gêneros dentro do cárcere privado sob a ótica da fenomenologia hermenêutica de Ricouer, possibilitando uma análise de textos e discursos que reconhecem as crenças, os valores e a temporalidade do pesquisador/a, possibilitando maior coerência e profundidade na interpretação do fenômeno indagado	(Oliveira *et al*., 2021)
Assédio moral no trabalho em enfermagem	O estudo teve por objetivo compreender as vivências dos enfermeiros resultantes da exposição ao assédio moral no trabalho por meio de uma pesquisa de campo com nove profissionais. Para compreender o fenômeno indagado, ele apoiou-se na fenomenologia sociológica de Alfred Schutz. Apesar dos autores terem usado pronomes e vocativos apenas no masculino, foi possível identificar por meio da transcrição das entrevistas, que as entrevistadas eram mulheres, enquanto vítimas de tal violência, expressando prejuízos emocionais e físicos.	(Hagopian *et al*., 2017)
Atendimento a mulheres em situação de violência: a experiência de profissionais de um CREAS	É um artigo de natureza fenomenológica que objetivou compreender a experiência de 8 profissionais do CREAS no atendimento às mulheres em situação de violência, sendo 2	(Incerpe; Cury, 2020)

	psicólogas e 6 assistentes sociais (todas mulheres). Para tanto, as autoras utilizaram o método fenomenológico de Husserl (redução fenomenológica, redução eidética e redução transcendental).	
Biografias de homens e mulheres autores de violência: uma revisão bibliográfica sobre o uso de métodos com trajetória para o entendimento do fenômeno sociológico	Neste artigo foi possível identificar por meio de trabalhos empíricos dentro do paradigma fenomenológico, a trajetória de homens e mulheres que cometeram crimes ou violência, de maneira a compreender o fenômeno por meio da experiência e dos significados atribuídos pelos/as agressores/as. Apesar dos autores não citarem um fenomenólogo, eles advogam que o uso da fenomenologia tem o intento de questionar a pessoa com relação a sua experiência sobre determinado fenômeno e consideram uma boa maneira de encontrar a realidade. Além disso, o artigo se mostrou relevante por trazer a tônica da violência contra a mulher.	(Reif; Marco, 2019)
Impedimento? Possibilidades da relação entre a mulher e o futebol	A pretensão deste artigo foi explanar e discutir à luz da fenomenologia de base Heideggeriana (Dasein/ser-aí) o papel que as mulheres ocupam e a relação que elas estabelecem na vivência de ser torcedoras, atletas, árbitras, técnicas e dirigentes de clubes de futebol.	(Souza *et al*., 2019)
Meninas e adolescentes e a autopercepção sobre a vulnerabilidade e riscos: uma revisão sistemática	Partindo do pressuposto que muitos ingressantes da educação superior ainda são jovens, o artigo mostrou-se relevante, pois explana a vulnerabilidade dessas jovens a diversas situações de violências. Diante do exposto, o objetivo do estudo foi verificar a maneira como o campo científico tem abordado as jovens em condições socialmente vulneráveis. Para tanto, utiliza-se da fenomenologia para a compreensão sobre o existir e quando tal existência é exposta à violência há uma tendência de limitar as possibilidades de escolhas de um futuro melhor.	(Anacleto *et al.*, 2021)
Não adesão ao surgimento ambulatorial por mulheres que experienciaram a violência sexual	O artigo explana a violência sexual contra a mulher e o seu objetivo é compreender os motivos da não adesão ambulatorial dessas mulheres. O método empregado é fundamentado na Fenomenologia Social de Alfred Schütz, pois tem como referencial filosófico a ação social da pessoa no mundo, buscando alcançar a estrutura intersubjetiva do sentido dessas mulheres.	(Trigueiro *et al.*, 2018)
O casal face as finanças: revisão da literatura	Este estudo apresentou relevância, pois a variável dinheiro também foi considerada um acusador da violência contra a mulher. Diante disso, o objetivo deste estudo foi analisar a maneira como psicólogas(os) atuam e as suas intervenções no que concerne a finanças/dinheiro na terapia de casais. Para tanto, os autores utilizaram alguns conceitos e definições do teórico Sartre para embasar a pesquisa.	(Cardoso; Bucher-Maluschke, 2017)
O enfrentamento ao fenômeno discriminatório em uma	É de relevância o presente estudo, pois além de desvelar o espaço universitário, aborda também a	(Badalotti *et al*., 2019)

população de adultos	temática de gênero dentro do processo discriminatório sob o olhar da fenomenologia. Sendo assim, o objetivo do mesmo foi explorar a discriminação e as suas formas de enfrentamento por servidores universitários. Para tanto, empregou-se a técnica bola de neve para a realização de entrevistas semiestruturadas e os resultados obtidos foram interpretados à luz heideggeriana.	
Participação de mulheres na produção do conhecimento em ciências: revisão de literatura	Este estudo tem por objetivo discutir a produção de conhecimento realizado por mulheres, considerando a sua trajetória e os seus modos de existir numa perspectiva humanística. O mesmo foi considerado relevante em razão da produção cientifica de mulheres, dialogando mesmo que indiretamente com o contexto do presente estudo. Ademais, não utilizou nenhum fenomenológico específico para analisar as experiências dessas mulheres encontradas na literatura científica.	(Casellato, 2021)
Postura e intervenções do Gestalt-Terapeuta frente à violência psicológica contra a mulher por parceiro íntimo	O artigo utilizou o método fenomenológico com a abordagem gestáltica para realizar um estudo teórico sobre a violência psicológica por parceiro íntimo pautado em pesquisas de periódicos gestaltistas no país. Os resultados obtidos foram discutidos à luz da teoria Gestalt-terapia, como forma de intervenção para as mulheres vítimas de violência psicológica.	(Augustin; Bandeira, 2020)
Um olhar fenomenológico para mães de crianças vítimas de abuso sexual: uma revisão da literatura	O objetivo deste estudo que empregou a Analítica da Existência de Heidegger, é lançar um olhar fenomenológico para como as mães de crianças vítimas de violência sexual são apresentadas na literatura científica nacional. O mesmo se mostrou relevante, pois o lugar dessas mães é em sua maioria de inferiorização e de culpabilização da violência em razão da cultura patriarcal.	(Cunha; Dutra, 2019)
Violência obstétrica: revisão integrativa de pesquisas qualitativas	Dentro da perspectiva de gênero, o artigo tem como objetivo explorar a violência obstétrica, por meio da experiência de mulheres dentro da literatura científica. Apesar dos autores não destacarem um fenomenólogo, utilizam-se da fenomenologia para compreender a vivência dos sujeitos por meio da descrição da experiência acerca de determinado fenômeno.	(Barbosa *et al*., 2017)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Após a classificação e a análise dos artigos, reforça-se a alta incidência do fenômeno da violência contra a mulher no país, atravessando diferentes espaços e contextos, bem como, a relevante e necessária contribuição das(os) profissionais de Psicologia no cuidado da saúde mental acometida pelo machismo e no acolhimento às mulheres vítimas de violência, de modo a conhecer e enfrentar tal incidência do fenômeno e promover maior compreensão e

identificação dos tipos de violência contra a mulher que vão além de ações físicas, deixando marcas não visíveis aos olhos.

Dito isto, o Art. 7 da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) aponta para a violência psicológica como a mais recorrente, também, a mais difícil de ser identificada na prática. Em congruência, Benatti *et al*. (2023), consideraram por meio de uma pesquisa de revisão bibliográfica sobre a violência contra a mulher no contexto universitário, que o fenômeno indagado ainda possui seu reconhecimento predominante apenas na configuração do tipo físico, sendo que a violência do tipo psicológica apresenta difícil identificação no contexto universitário, apesar da sua grande recorrência nas universidades. Além disso, identificou-se a alta incidência da violência simbólica contra a mulher nesse contexto.

Sendo assim, expressa-se a importante contribuição da Psicologia e de seus profissionais perante esta temática, por conseguinte, dentro desta ciência e profissão evidencia-se a relevância da pesquisa fenomenológica para o desvelamento do fenômeno indagado, pois é reconhecida como um método qualitativo e pertinente para a compreensão da realidade por meio do seu paradigma ancorado na descrição da experiência e do sentido atribuído pelos colaboradores de pesquisa (Anacleto *et al.*, 2021; Casellato, 2021; Reif; Marco, 2019; Barbosa *et al.*, 2017).

Para Barbosa *et al.* (2017) e Casellatto (2021) é importante ressaltar a descrição da experiência das pessoas em relação ao tema, no intento de manter-se o mais fiel possível ao fenômeno indagado e ao contexto em que ele aparece, pois é uma forma de ampliar a compreensão da realidade vivenciada pela pessoa e dar maior visibilidade aos direitos da mulher neste contexto. Afinal, a pesquisa fenomenológica por meio do seu método de questionar acerca da experiência da pessoa é considerada uma boa maneira de encontrar a realidade e possibilitar o reconhecimento das violências (Reif; Marco, 2019).

Amatuzzi (2011) e Bruns (2011), corroboram dizendo que este modelo de pesquisa busca compreender e/ou conhecer como determinada coisa incide pela construção da compreensão acerca do fenômeno indagado e mediado pela experiência vivida. Em concordância com Amatuzzi (2009), as autoras também destacam o esforço mútuo entre pesquisadora(or) e entrevistada(o), indo além das estruturas ou dos modos habituais de pensar, buscando maior conexão com a experiência sobre o fenômeno. “A pesquisa fenomenológica sonda o vivido. Mas o vivido não se manifesta sozinho ou puro. Ele sempre se mostra já compondo-se com concepções, percepções, construções da consciência” (Amatuzzi, 2011, p. 22).

De acordo com Amatuzzi (2011), muitas vezes o que é vivido pela pessoa não foi acessado de maneira consciente, então, pode ser durante a comunicação entre pesquisadora(or)-participante que ocorre a oportunidade de ser surpreendido pelo vivido. Em suma, a pesquisa fenomenológica pretende tornar presente a experiência vivida pela pessoa e ampliar a sua consciência sobre o fenômeno, e, com isso, denota-se a relevância deste modelo de pesquisa para o desvelar da violência contra a mulher (Cunha; Dutra, 2019; Souza *et al.*, 2019).

Embora evidencie-se as contribuições da Fenomenologia e da pesquisa fenomenológica para o desvelamento do fenômeno, considerou-se por meio da revisão sistematizada, grande escassez na literatura científica nacional sobre o tema à luz deste paradigma, em destaque, no contexto universitário (*lócus* desta dissertação). Porquanto somente dois dos artigos encontrados abordaram o fenômeno indagado nesse contexto.

O primeiro deles objetivou discutir a produção de conhecimentos realizados por mulheres diante de suas trajetórias e das suas maneiras de existir numa perspectiva humanística. Cabe ressaltar que Casellato (2021) não menciona nenhum fenomenólogo ao considerar que apesar do aumento do número de mulheres na produção científica, elas ainda são menos contempladas com bolsas de estudos e apresentam menores chances de ascensão na carreira profissional, quando comparadas aos homens, em razão de discursos e justificativas ainda ancoradas na diferença biológica e na maternidade.

Nesse sentido, reforça a questão da desigualdade que culmina nas relações de poder entre os gêneros e que ainda são mantidas nos dias de hoje, atravessando inclusive os muros da universidade, além disso, evidencia-se a retaliação da mulher na sociedade ao ocupar um cargo de liderança ou uma posição de destaque social, ou seja, quando ela destoa dos padrões impostos pela cultura machista que corrobora para manutenção da submissão e da inferiorização da mulher (Saffioti, 2004; Casellato, 2021).

O segundo artigo utilizou o fenomenólogo Martin Heidegger para explorar a discriminação e as formas de enfrentamento de servidores universitários na ótica heideggerana, enaltecendo o pensamento em que o ser só pode ser compreendido quando lançado e existindo no mundo que ele vive. Com isso, reforça-se a prevalência da incidência da discriminação e a desigualdade de e entre os gêneros na universidade e ressalta-se a importância das políticas administrativas e universitárias neste contexto como forma de romper com o processo discriminatório e desigual advindo da sociedade patriarcal que acomete a saúde da mulher neste espaço (Badalotti *et al*., 2019).

Dessa maneira, ratifica-se a afirmação de Leão (2017), Maito *et al*. (2019) e Montrone *et al*. (2020), ao discorrerem que apesar da legítima e da grande importância social, a Universidade é também um espaço atravessado por ações e narrativas machistas, sexistas, misóginas e preconceituosas. Além disso, a alta incidência deste fenômeno nesta instância social é ainda pouco pesquisada no Brasil, em razão da escassez de experiências publicadas sobre o enfrentamento desse fenômeno pelas universidades brasileiras (Badalotti *et al*., 2019; Casellato, 2021).

Embora a universidade seja considerada *lócus* privilegiado de pesquisas desta natureza, cabe aqui reforçar a real necessidade de mais estudos sobre este tema à luz da fenomenologia como forma expor as experiências das universidades do país perante a temática, a fim obter maior atenção na literatura acadêmica da área e contribuir para otimizar as ações de combate, pensando no enfrentamento da sua incidência.

4.2 Introdução à Fenomenologia Ontológico-Hermenêutica de Martin Heidegger

Tendo em vista que Martin Heidegger foi o fenomenólogo mais utilizado, pois 3 dos artigos encontrados por meio da revisão sistematizada apresentada anteriormente utilizaram o paradigma heideggeriano, optou-se pelo emprego deste paradigma nesta dissertação. Para Badalloti *et al*. (2019) o ser humano não existe fora do mundo em que ele vive, porém, esse mundo é mediado por uma determinada cultura que pode culminar no fenômeno discriminatório, no caso, a cultura machista culmina na condição de submissão e de inferiorização que é atribuída à mulher, elevando a sua exposição às diversas manifestações de violências contra ela.

Badalloti *et al*. (2019) e Souza *et al*. (2019), compreendem que as contingências culturais e sociais promovem expressivo sofrimento na pessoa, pois limita o seu habitar no mundo. Os autores citam Heidegger (2015) para explicitar o habitar como uma construção, então, se há prejuízos nesse habitar, há dificuldades de construir possibilidades no mundo. A partir disso, Souza *et al*. (2019) aponta para o corpo feminino segundo o patriarcado de menor capacidade e de valor no contexto futebolístico, ou seja, com menos possibilidades nesse contexto.

Na mesma direção, Cunha e Dutra (2019) evidenciam a cultura machista por de trás do dispositivo materno, em que a existência do corpo feminino é vista como uma das únicas maneiras adequadas e possíveis da mulher existir, com isso, culpabilizar a mulher e isentar o homem da responsabilidade na criação dos filhos. No entanto, as autoras chamam a atenção para o caso de violência sexual em crianças ao evidenciar o sofrimento, a frustração e a culpa

atribuída apenas às mães, que aparecem (na maioria das vezes), como protagonistas ao receber/assumir a culpa diante da situação de abuso sexual dos seus filhos, representando a incapacidade da sua existência.

De tal maneira, ainda que o paradigma heideggeriano não tenha sido pensado para as questões de gênero e sexualidade, por meio deste, abre-se a possibilidade de conhecer e de compreender como o atravessamento do patriarcado afeta o existir autêntico da mulher, seja na forma de estigmas ou de violências, a título exemplificativo.

O emprego desse paradigma contribui para identificar e contrariar as contingências morais e sociais construídas ao longo da história que limitam esse modo-de-ser autêntico da mulher e mantém o poder do macho, na medida que se preocupa com as questões cotidianas, amplia-se a consciência que desarranja e reorganiza as imposições atribuídas à condição do feminino, muitas vezes de modo irrefletido (Cunha; Dutra, 2019; Souza *et al*., 2019; Badalotti *et al*., 2019).

4.3 Martin Heidegger e a Fenomenologia Ontológico-Hermenêutica

Ante a emergência da temática, Martin Heidegger (1889-1976) foi um filósofo e docente universitário de origem alemã que deu continuidade aos estudos do filósofo Husserl, porém, voltado para o esclarecimento do ser por meio da análise da existência humana. Com isso, tornou-se reconhecido em razão da sua grande contribuição ao esclarecer o verdadeiro sentido do ser, considerando a sua posição no mundo, para tanto, Heidegger construiu a teoria Fenomenologia Ontológico-Hermenêutica (Amatuzzi, 2009; Bruns, 2011).

Santos e Bruns (2006) e Aranha e Marins (2009) elucidam que Heidegger elaborou o ontológico na tentativa de recuperar o sentido do ser que foi esquecido pela filosofia. Em seu livro *Ser e Tempo*, publicado em 1935, ele apresenta o sentido do ser de maneira não conceitual, apontando o ser como algo indefinível: “ser é o conceito mais universal e mais vazio”. Como tal, resiste a toda tentativa de definição. Esse conceito mais universal e, por isso, indefinível, prescinde de definição” (Heidegger, 2015, p. 37).

O sentido do ser não pode ser atribuído por outra pessoa a não ser por ele mesmo, apesar do ser se manifestar ou se fazer presente no ente[5], ele não pode ser determinado e/ou atribuído a esse último, pois apenas o ser é munido da presença que é interpretado pelo reconhecimento do seu poder-ser no mundo, ou seja, pela sua capacidade de questionar o

[5] O ente não possui uma definição lógica, mas pode ser compreendido como tudo aquilo que é ou que se manifesta na sua concretude e de maneira não relativa do ser, como: a pessoa na sua mediocridade, os objetos, a natureza, os animais etc. (Heidegger, 2015).

mundo e questionar a si próprio no mundo em que está lançado (Martins; Aranha, 2009; Bruns; Trindade, 2011).

É apenas o ser humano que possui o aspecto ontológico sobre os outros entes, pois é capaz de interrogar a si mesmo, isto é, tornar consciente a sua própria existência a partir da descrição do fenômeno presente na realidade vivida através da reflexão do próprio ser humano. O conceito de ontológico é a contraposição de ôntico, que remete a uma categoria estática e que não distingue os entes em sua particularidade, pois meramente serve para denominar a existência desta entidade. Então, o ontológico permite especificar o que é relativo entre os entes, ou seja, único do ser (ontológico). Por isto, faz referência àquilo que a constitui como pessoa (Heidegger, 2015; Bruns; Trindade, 2011).

Segundo Heidegger (2015), é pelo ontológico que o homem (aqui chamado de pessoa) foi denominado de *Dasein* e pode ser traduzido por ser-aí, pois significa a pessoa lançada no mundo que não foi escolhido por ela (ser-no-mundo) e na companhia de outras pessoas que também não foram escolhidas por ela (ser-no-mundo-com-os-outros). Então, o *Dasein* remete a maneira da pessoa existir no mundo que é construído historicamente e submetido às contingências sociais, políticas e culturais (Bruns; Trindade, 2011).

A essência do *Dasein* está na existência humana que é pautada na espacialidade e na temporalidade, com isso, pretende-se alcançar a principal tarefa do conceito do ontológico (compreensão do sentido do ser no mundo). Para tanto, possui embasamento no conceito de intencionalidade, como já mencionado, consciência é sempre de alguma coisa, ou seja, ela não é pura e nem separada do mundo em que pessoa está lançada e submetida (Aranha; Martins, 2009).

A fim de conhecer e/ou compreender a posição da pessoa no mundo, utiliza-se da hermenêutica, podendo ser traduzido pelo verbo interpretar e está vinculado ao pensamento de base teológica. Em outros termos, a hermenêutica pode ser considerada como um processo de compreensão e/ou interpretação da existência da pessoa no mundo, ampliando o olhar acerca do fenômeno indagado, embora, inesgotável, “pois a própria existência humana é um constante vir a ser e, mesmo sabendo que a descrição fenomenológica jamais será completa ou acabada, deve ser suficiente” (Bruns; Trindade, 2011, p. 91).

Isto posto, Bruns e Trindade (2011) destacam a pertinência da teoria-metodológica da Fenomenologia-ontológico-hermenêutica, em razão da sua possibilidade de buscar a compreensão e a interpretação do fenômeno por meio da sua apresentação ao pesquisador. Sendo assim, optou-se pelo emprego da Fenomenologia Ontológico-Hermenêutica de Martin Heidegger como método de análise qualitativo para o desvelamento do fenômeno aqui

indagado, em razão da sua pertinência para analisar os relatos dos gestores universitários, pois intentou-se com essa pesquisa conhecer as experiências vividas e os significados atribuídos por eles acerca do fenômeno da violência contra a mulher que incide nas universidades.

Após esses esclarecimentos, discorrer-se-á na próxima seção a trajetória metodológica empreendida nesta dissertação à luz da Fenomenologia-ontológico-hermenêutica de Martin Heidegger.

SEÇÃO 5

PROCEDIMENTO E TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

5.1 Investigação qualitativa e de campo

Considerando a argumentação de Bortolozzi (2020) acerca da qualidade da pesquisa estar ancorada na coerência do seu desenvolvimento com o paradigma que o sustenta e com as estratégias e análises empregadas. Optou-se pela pesquisa de natureza qualitativa para atender o objetivo desta dissertação no desvelar do fenômeno da violência contra a mulher que incide na universidade por meio das narrativas de alguns gestores universitários numa pesquisa de campo.

Marconi e Lakatos (2010) argumentam que a pesquisa de campo consiste na observação de fatos e eventos em uma amostragem de pessoas sobre determinada população ou classe de fenômenos. Essa modalidade de pesquisa será empregada na intenção de compreender a violência contra a mulher que adentra a universidade, bem como conhecer os significados desses gestores universitários acerca deste fenômeno e os fatores que incidem para a sua incidência.

De acordo com Sampieri *et al.* (2013), a pesquisa qualitativa é uma maneira de buscar a compreensão do fenômeno a partir da perspectiva de outras pessoas, no caso, de coordenadores de graduação, de pós-graduação e outros postos de gestão na FCLAr-UNESP, na finalidade de identificar os eventos, as situações e os tipos de violência contra a mulher que incide no espaço universitário por meio da descrição detalhada. Uma vez que, para essa dissertação a compreensão de como o fenômeno incide neste contexto sobrepõe a explicação dos motivos da sua incidência.

Dentro da pesquisa qualitativa optou-se pelo paradigma Fenomenológico Ontológico-Hermenêutica de Heidegger, considerado por Bruns e Trindade (2011), um dos métodos adequados para conhecer os significados atribuídos por cada colaborador à sua vivência frente ao fenômeno indagado.

5.1.1 Riscos, benefícios e cuidados éticos

Essa pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Araraquara, conforme o número do parecer 5.574.091.

Por se tratar de pesquisa com seres humanos, esse estudo fornecerá o sigilo das identidades para que os participantes fiquem mais confortáveis em responder e promover suas

integridades, bem como garantir a segurança do próprio pesquisador. Ou seja, não haverá nas entrevistas quaisquer conteúdos que possam vir a identificar as(os) participantes, portanto, as suas identidades serão substituídas por alguns nomes de personagens amadianos e os seus cargos serão ocultados. Cabe referir que a escolha dos nomes presente em algumas das obras de Jorge Amado se deu apenas pela admiração e apreço do pesquisador para com esse escritor; longe da possibilidade de fazer qualquer referência à algum participante por meio dos seguintes nomes fictícios (Gabriela, Tieta, Dona Flor, Tereza Batista, Jubiabá, Guma e Pedro Bala).

Ademais, as(os) participantes que de forma voluntária, participaram da pesquisa, terão acesso aos resultados do estudo e se assim quiserem, também terão acesso as transcrições das entrevistas que foram salvas e serão mantidas pelo pesquisador até a defesa desta dissertação. Além disso, foi garantido aos participantes a possibilidade de desistência da participação da pesquisa a qualquer momento, mesmo após a realização da entrevista.

Enquanto ao risco inerente à coleta de dados, aventou-se a possibilidade da ocasião de algum desconforto produzido no decorrer da entrevista, na medida em que toca questões pessoais. Ainda assim, esse risco foi levado em consideração durante a elaboração do instrumento, que foi o mais polido e objetivo possível, de forma a não causar nenhum tipo de dano ou prejuízo àqueles que participaram (colaboradores de pesquisa).

No entanto, caso o risco de desconforto se concretizasse, o pesquisador esteve disposto a acolher prontamente o participante que manifestasse tal necessidade, dispondo-se ao atendimento psicológico breve em caráter de acolhimento. Vale ressaltar que tal ação não foi necessária em nenhuma das entrevistas realizadas.

Como benefícios, estimou-se que os participantes contribuiriam para o conhecimento e a compreensão do fenômeno da violência contra a mulher e da sua incidência no âmbito universitário. Além disso, contribuir para o conhecimento relacionado à temática, trazendo situações e ações de enfrentamentos já adotadas, bem como, oferecer recomendações e auxiliar nas estratégias e nas ações de enfrentamento do fenômeno no contexto universitário, pensando numa possível implementação pelas universidades brasileiras.

5.1.2 As(os) colaboradoras(os) universitárias(os)

O presente estudo buscou a participação de 9 profissionais em posição de gestão na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr-UNESP). A escolha pelo departamento da FCLAr-UNESP é por ser onde o pesquisador está inserido, facilitando o seu acesso e o contato com os participantes, uma vez que há o interesse em compreender a

violência contra a mulher que adentra às instituições de ensino superior na ótica de pessoas que exercem cargos e funções de gestão, ou seja, que possivelmente estão mais próximos do acesso às notificações das violências contra a mulher na universidade e das tomadas de decisões acerca desta temática neste contexto, isto é, pela fluência dos seus cargos perante as políticas administrativas e universitárias em relação ao fenômeno.

Para Montrone *et al*. (2020) e Bedin e Muzzeti (2016), é importante considerar que essas pessoas são agentes de transformação em razão dos seus cargos e/ou funções acerca do fenômeno nas universidades, principalmente no que tange ao implemento e averiguação de ações de enfrentamento. Ademais, Benatti *et al*. (2023) evidenciam a escassez de publicações na literatura nacional sobre a violência contra a mulher na universidade pela ótica de tais agentes universitários, pois a grande maioria dos estudos encontrados explora a percepção e/ou vivências apenas das alunas (universitárias).

Sendo assim, foram convidadas 9 pessoas que usufruam de postos de gestão da FCLAr-UNESP para participarem da presente pesquisa que consistiu na aplicação de uma entrevista *onlin*e e composta apenas por uma única questão aberta.

5.1.3 O *online* como local de coleta

Optou-se pelo ambiente virtual para a realização das entrevistas, em razão das intercorrências do cenário pandêmico que acometeu o Brasil e o mundo nos três últimos anos, com isso, tal conjuntura proporcionou uma vasta exploração deste ambiente, tornando-se ferramenta das pesquisas qualitativas de valor considerável. De acordo com Bardin (2016), a internet dispõe de diversos recursos que podem ser adaptados aos métodos de pesquisa. Além disso, tais recursos oferecem amplas e privilegiadas possibilidades de coleta e de análise dos dados e/ou relatos que enaltecem a viabilidade e a potencialidade da pesquisa *online*.

5.1.4 A entrevista: instrumento de pesquisa e de coleta

De acordo com Marconi e Lakatos (2010) e Bortolozzi (2020), a entrevista é um instrumento utilizado na investigação social e requer a troca de diálogos por meio da interação entre o pesquisador e o entrevistado, ou seja, é uma conversa de natureza profissional, objetivando a coleta de narrativas e o tratamento de um problema social.

Nesse sentido, foi elaborada a seguinte pergunta aberta sobre a temática que serviu para nortear a entrevista: "*Fale-me, por favor, a respeito da violência contra a mulher na universidade e, caso você já tenha presenciado ou tenha sido notificado quanto a um caso*

desta natureza, relate sobre tais situações de violência e quais ações foram ou que poderiam ser adotadas, do seu ponto de vista, para o enfrentamento do fenômeno em questão?".

Bruns e Trindade (2011) expressam que a pergunta única e aberta oferece ao entrevistado a liberdade de poder expressar a sua vivência acerca do fenômeno da maneira que melhor lhe convém. Além disso, o instrumento foi encaminhado para a validação dos juízes cegos (profissionais com expertise na área da sexualidade) que foram convidados a colaborar no aprimoramento deste instrumento. Bem como, a aplicação da entrevista foi constituída a partir da disponibilidade e voluntariedade de cada participante e de maneira *online*, oferecendo a possibilidade de escolha das ferramentas audiovisuais: *WhatsApp, Zoom* ou *Google Meet,* conforme a preferência da(o) entrevistada(o).

Por fim, reforça-se o sigilo das informações obtidas e que essas serão utilizadas exclusivamente para fins científicos. Além disso, todas as entrevistas foram precedidas pela assinatura eletrônica do Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

5.1.5 A Fenomenologia Ontológico-Hermenêutico de Heidegger

Para a análise qualitativa e interpretativa dos relatos, foi escolhida a Fenomenologia Ontológico-Hermenêutico de Heidegger para o desvelar do fenômeno indagado, de modo a compreendê-lo e interpretá-lo por meio dos significados atribuídos às vivências desses entrevistados. De acordo com Giorgi (1985) e Martins e Bicudo (1989), citados por Bruns e Trindade (2011), é preciso seguir 4 passos para analisar os relatos desses colaboradores de pesquisa, na caminhada do desvelamento do fenômeno em questão, mas que será apresentado no tópico *4.2.2 Momentos da análise dos dados*.

Ante a isso e diante do que já foi apresentado, vale reforçar que o ser-aí envolve a relação de uma pessoa com outras, sendo mediada por três aspectos da existência humana, denominada por Heidegger de *existenciálias* e que refere a afetividade, a linguagem e a compreensão. De ordem oposta, a compreensão remete o conhecimento que a pessoa possui do mundo em que ela se encontra e por já estar posicionado nele, encontra a possibilidade de projetar-se, conhecê-lo e realizar coisas (Bruns; Trindade, 2011).

Além disso, a pessoa é o único ente capaz de falar, logo, de se autoafirmar **eu sou** (grifo nosso) por meio da oralidade, bem como de se questionar acerca desta afirmação e questionar o mundo em que está, com isso, evidencia a abertura para as possibilidades do vir-a-ser desde que se tenha a consciência. Então, é por meio da sua fala que a pessoa expressa a sua compreensão de um determinado fenômeno e da sua própria existência.

A afetividade promove diferentes facetas, isto é, estados de ânimo no modo da pessoa existir conforme a sua relação no/com mundo. Para tanto, Heidegger (2015) utiliza duas categorias – autenticidade e inautenticidade – a fim de explicitar os modos de existir dessa pessoa. O estado inautêntico é inerente a pessoa porque não há possibilidade de fuga desse estado em razão de toda as influências sociais e morais de uma determinada cultura que interfere e aponta para a maneira da pessoa existir (sozinha e/ou em relação com as outras pessoas) no mundo. Ou seja, a inautenticidade é a adaptação, a submissão e a aceitação dos padrões e das contingências culturais de maneira não consciente.

Nesta direção, Bruns e Trindade (2011) afirmam que a pessoa é um ser temporal, por isso, apesar de ter a sua existência marcada pelo período em que ela permanece no mundo justamente por não viver eternamente, então, pouco se pensa sobre o modo em que se vive. Embora, quando há consciência sobre as contingências e os processos normatizadores que permeiam a sua existência, é por meio da angústia (único estado capaz de promover a possibilidade pensar e se perceber em sua existência) mediante a sua caminhada em direção à conquista da autenticidade.

Heidegger (2015, p. 429) esclarece que a angústia "coloca a presença diante de seu estar-lançado mais próprio, desvelando a estranheza do ser-no-mundo cotidiano e familiar". E complementa:

> o angustiar-se com alguma coisa não possui nem o caráter de espera, nem o de aguardar. O com que a angústia se angustia já está "pre-sente", é a própria presença. Será que a angústia não se constitui pelo porvir? Sem dúvida, não pelo porvir impróprio do aguardar (Heidegger, 2015, p. 430).

A angústia desvela a possibilidade de um poder-ser próprio por meio do confronto com o irrevogável em sua existência, por isso, metaforicamente considera-se a angústia como o combustível para o caminhar na direção da autenticidade conforme a pessoa vai enxergando um horizonte de possibilidades e voltando a sua atenção para si, podendo escolher-se a si mesmo como uma possibilidade de ser-no-mundo, que foi denominado como ser-si-mesmo (Bruns; Trindade, 2011; Santos; Bruns, 2006).

Conforme Bruns e Trindade (2011) mencionam, a autenticidade e a inautenticidade são estados gradual e não linear, em que a pessoa pode se aproximar do seu estado de existência ora autêntica e ora inautêntica, o que reforça a ideia de que o *Dasein* é espacial e temporal. Para Heidegger (2015), o espaço não é representado pela geografia ou pela localização de algo, mas sim, representa a experiência vivida por uma pessoa num determinado lugar em que ela ocupa, ao que o autor se refere como ser-no-mundo. Então, é

importante enfatizar que o espaço não se encontra na pessoa e nem a pessoa considera o mundo como se ela estivesse no espaço, pois o aspecto central é a possibilidade da descoberta desse espaço mediante a sua vivência.

É na presença que a pessoa descobre o espaço e à medida que ela o vai descobrindo, ele vai se tornando acessível ao seu conhecimento, então, a pessoa vai compreendendo o seu modo de ocupar esse espaço. Esse movimento de aproximação subjetivo com o espaço permite à pessoa compreender de forma particular a sua ocupação nesse espaço que é demarcado pela cultura, política e outras contingências sociais. Nessa dinâmica temporal, o ser-no-mundo vai-se constituindo, fazendo com que ora a pessoa se distancie e ora se aproxime do espaço (Heidegger, 2015; Bruns; Trindade, 2011).

Heidegger (2015) assegura que a temporalidade é vivida de maneira diferente entre as pessoas. Ferreira (2003 p. 11) explicita que:

> Segundo Heidegger, pensar o tempo a partir do tempo implica pensar o tempo como o horizonte no qual podemos compreender as manifestações do ser. Desta forma, o tempo, ao temporalizar-se, expõe a abertura na qual o ser tem condições de se desvelar ou de se velar. Isto significa que o sentido do ser se mostra através da temporalização ou da abertura do tempo, isto é, da temporalidade.

Para Bruns e Trindade (2011) o tempo ao temporalizar-se dá sentido ao ser, possibilitando a abertura de um novo horizonte, por isso, cabe reforçar que a pessoa é o único ente que fala, de tal maneira, o como e o conteúdo falado tornou-se importante categoria de análise heideggeriana, pois a linguagem se manifesta de acordo com o modo de existir das pessoas, ainda que seja mediado pela cultura.

Nessa perspectiva, Ferreira (1997, p. 171) afirma que “a relação da cultura à linguagem é de dependência, visto que é o homem quem, através da linguagem, instaura a cultura. É a linguagem que, por intermédio de seus diversos modos de expressão, viabiliza as culturas”. Portanto, é notório a consideração da linguagem para a compreensão das interferências dos processos culturais. Assim, ao considerar a linguagem, considera-se também o silêncio, pois esse também é capaz de compreender e interpretar o sentido e os significados atribuídos à existência.

Para Beiani (1981) citado por Bruns e Trindade (2011, p. 88) “o ouvir e o silêncio são momentos do discurso que possibilitam ao homem uma compreensão do que o ser lhe diz”. Em suma, a linguagem possui a função de comunicar os sentidos e os significados atribuído à pessoa, ao mundo e ao fenômeno, também de modo mais ou menos próximo do existir

autêntico, no caso, aponta-se para as implicações e os acometimentos da cultura patriarcal para o existir autêntico enquanto mulher.

5.2 Caminhando para o desvelamento do fenômeno

Como já esclarecido anteriormente, foi pela ótica da Fenomenologia-Ontológico-Hermenêutica de Heidegger que se caminhou nesta dissertação para o desvelar da violência contra a mulher na universidade, na tentativa de analisar a realidade de gestores universitários por meio da interpretação das estruturas ontológicas que constituem o ser de cada um deles conforme suas narrativas mediadas pelo sentido e significados atribuídos às suas vivências e experiências.

Vale explicitar que muitas coisas nos passam, nos acontecem e nos tocam, porém, para considerar o conceito de experiência é necessário ir além, tanto que Bondía (2002) utiliza o termo atravessamento ao afirmar que o conceito de experiência possui relação com algum tipo de transformação que ocorre na pessoa, porém, não de maneira relacionada ao excesso de informação, de opinião e de trabalho. Então, dentre tantos os acontecimentos, apenas aquilo que atravessa a pessoa num espaço indeterminado e perigoso, colocando-a à prova e promovendo a possibilidade de transformação, pode e deve ser considerado experiência.

Bondía (2002) cita Heidegger (1987) ao expor que a pessoa só pode ser atravessada, conforme o conceito de experiência, se ela não se definir pelos seus sucessos ou poderes, tampouco, estar alcançada daquilo que se propõe ou se tem vontade, mas sim, estar à mercê do desconforto, sofrimento, padecimento, submissão e aceitação, pois somente assim há abertura para formação e/ou transformação desses profissionais.

Contudo, estima-se promover a abertura dos colaboradores desta pesquisa acerca do fenômeno da violência contra a mulher que adentra as universidades, como forma de intensificar o enfrentamento nesse contexto para que eles possam contribuir (ainda mais) para a transformação da realidade de muitas mulheres brasileiras. Outrossim, de acordo com Pompéia e Sapienza (2004), vale destacar a existência do pesquisador para esta dissertação como a abertura daquilo que não era, porém, apresentando-se como uma possibilidade sonhada, pedindo para vir a ser.

> Alguns homens atentos a isso – artistas – são os que ouvem tais pedidos e fazem, de puras possibilidades, obra de arte. Um artista pode escutar o que a pedra lhe fala quando ela ainda não é estátua e transformá-la em obra. Outros homens, também atentos, poderão depois ouvir o que a estátua vai lhes falar, vai lhes contar as possibilidades do mundo (Pompeia; Sapienza, 2004, p. 19).

Isto posto, tais possibilidades serão mediadas pelo encontro entre pesquisador e colaboradores, afinal, há concordância do mesmo com o seguinte pensamento de Saffioti (1987) e de outras(os) estudantes que apontam para a violência contra a mulher como um problema também dos homens. Então, durante os encontros para a coleta dos dados, o lugar do pesquisador será preservado, assumindo para si a neutralidade – colocando em parênteses as suas crenças, ideologias e preconceitos – para melhor conduzir a compreensão teórica que lhe possibilitou lidar com o fenômeno indagado e conhecer o mundo vivido pelas pessoas gestoras da universidade.

5.2.1 Momentos de coleta dos relatos

Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus Araraquara, de número 5.574.09. Os 9 profissionais foram convidados via e-mail institucional (unesp.br). Entretanto, apenas 3 deles responderam, aceitando o convite e efetuando o agendamento das entrevistas. Então, um novo e-mail foi encaminhado aos outros 6 participantes que não responderam o primeiro contato. Feito isso, só 1 colaboradora(o) retornou o convite, aceitando e sugerindo a data da entrevista. Diante deste cenário, foi necessário a intervenção da orientadora desta pesquisa, respondendo os e-mails anteriores no intuito de reforçar a importância da colaboração dos 5 colaboradores que não responderam.

Após o feito, obteve-se a resposta de 4 colaboradores, 3 deles aceitando o convite e agendando as entrevistas, mas 1 deles negou participar ao encaminhar uma resposta, oferecendo em escrito no corpo do e-mail a sua percepção acerca da violência contra a mulher na universidade, porém, tal resposta foi desconsiderada em razão de não se ater aos padrões éticos e científicos desta pesquisa acordado juntamente com o Comitê de Ética. Por fim, 1 desses convidados resistiu as três tentativas de contato via e-mail, não respondendo o convite realizado, tendo então, a sua participação desconsiderada.

Com isso, participaram desta entrevista 7 dos 9 gestores universitários. Cabe reforçar que as entrevistas foram precedidas pela assinatura eletrônica do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que todas as entrevistas foram previamente agendadas, não havendo nenhuma necessidade de reagendamento ou de um segundo encontro. Além disso, todos os participantes optaram pelo uso da ferramenta *Google Meet*.

As entrevistas foram realizadas sem limite de tempo, para que cada participante pudesse dispor do tempo que necessitasse mediante a sua disposição. É importante ressaltar

que pequenas intervenções foram feitas em alguns momentos das entrevistas, a fim de recapitular a pergunta realizada no início de cada entrevista: "*Fale-me, por favor, a respeito da violência contra a mulher na universidade e, caso você já tenha presenciado ou tenha sido notificado quanto a um caso desta natureza, relate sobre tais situações de violência e quais ações foram ou que poderiam ser adotadas, do seu ponto de vista, para o enfrentamento do fenômeno em questão?*".

Antes da realização da pergunta de pesquisa, todos os participantes foram comunicados que o encontro seria gravado, para isso, utilizou-se da função 'gravar reunião' do próprio *Google Meet*, também, como respaldo do pesquisador, utilizou-se também do gravador de voz do seu celular pessoal. Posteriormente ambas as gravações foram salvas de maneira organizadas em pastas, contendo apenas os nomes fictícios atribuídos a cada colaborador num *drive* local (hd externo) sob os cuidados restritos do pesquisador, além disso, protegido com senha e com cópia de segurança.

O arquivamento desses áudios gravados foi mantido apenas até a finalização da transcrição das entrevistas, que foram feitas na íntegra. Após isso, os áudios foram deletados e apenas as transcrições seguem sendo utilizadas e preservadas de maneira integral e/ou parcial através desta dissertação e no formato de artigos científicos.

5.2.2 Momentos de análise dos relatos

De posse das transcrições, caminhou-se para o desvelamento do fenômeno da violência contra a mulher na universidade através da análise dos relatos. Para isso, foi importante ater-se aos 4 passos citado por Bruns e Trindade (2011), a fim de analisar os relatos de experiência dos gestores universitários.

O primeiro passo foi a *leitura global dos relatos* com o objetivo de familiarizar-se com o conteúdo relatado de forma livre, isto é, sem qualquer interpretação acerca das vivências narradas pelos colaboradores dessa pesquisa. O segundo passo consistiu na *leitura de maneira crítica e reflexiva dos relatos,* pois é por meio de uma perspectiva psicológica que se classificou as unidades de significado. Estas unidades, como as autoras elucidam, são os trechos da fala dos gestores que possam evidenciar os significados atribuídos por eles pelos próprios acerca da sua vivência relacionada ao fenômeno indagado. A partir disso, as unidades de significação foram agrupadas em tópicos relacionados à temática, considerando os objetivos do presente estudo.

De posse destes, o próximo e terceiro passo foi a *elaboração das categorias de análise*, isto é, o momento de compreender e de interpretar o fenômeno indagado por meio da

perspectiva teórica, no caso, a Fenomenologia Ontológica-Hermenêutica de Heidegger. Por fim, o quarto e último passo: *a busca pela estrutura da experiência*, em que se realizou uma síntese das unidades de significados, de maneira a conhecer e compreender as divergências e as convergências dos sentidos atribuídos pelos atores à suas vivências acerca do fenômeno em questão de forma suficiente, mas sem a pretensão de esgotá-lo, pois como já mencionado, o fenômeno não se esgota (Bruns; Trindade, 2011).

5.2.3 Perfil das(os) colaboradores de pesquisa

De acordo com as premissas éticas desse estudo, optou-se pelos seguintes apontamentos gerais para expor o perfil desses 7 colaboradores, que de maneira voluntária, aceitaram participar desta pesquisa, bem como, concederam informações consideradas necessárias para a composição dos seus perfis, unindo gênero, raça, sexualidade e classe.

Participaram dessa pesquisa 4 mulheres e 3 homens, todos brancos e com faixa etária entre 35 e 50 anos, sendo um autodeclarado gay e outro heterossexual durante a entrevista. Todos ocupando cargos e/ou funções de gestão na FCLAr e 1 exercendo a função administrativa, mas responsável pela ouvidoria da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCLAr – UNESP), Campus Araraquara.

SEÇÃO 6

A HERMENÊUTICA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA UNIVERSIDADE

Conforme descrito na seção anterior, a análise qualitativa no paradigma fenomenológico, requer a elaboração de categorias que possibilitem a compreensão e a interpretação do fenômeno indagado, no caso, a violência contra a mulher na universidade, de modo a evidenciar as **convergências e as divergências** (grifo nosso) encontradas nas narrativas de cada entrevistada(o).

Desse modo, através das unidades de significados atribuídas aos trechos que foram selecionados dos relatos à luz da Fenomenologia Ontológico-Hermenêutico de Heidegger, elaborou-se 5 categorias marcadas em negrito para diferenciar as subcategorias que estão em sublinhado no desvelar dos horizontes acerca da temática na voz das(os) 7 colaboradores universitários.

Tabela 2 – As 5 categorias de análise

1. **A espacialidade da violência contra a mulher na universidade**: são as partes das narrativas em que os colaboradores retratam como o fenômeno incide na universidade, isto é, as situações e os tipos de violência contra a mulher que estão presentes no espaço universitário, evidenciando ou não a sua aproximação com a temática. Para tanto, foram necessárias 2 subcategorias: 1) A violência contra a mulher nos horizontes das relações: a presença do fenômeno nos diferentes níveis relacionais que se estabelece dentro da universidade, exemplo: docente-estudante, entre alunos, entre docentes. 2) A compreensão do espaço universitário: é a compreensão das(os) entrevistadas(os) acerca do espaço universitário.
2. **A temporalidade da violência contra a mulher na universidade**: é o tempo considerado pelos colaboradores para relatar as situações e os tipos de violência identificadas na universidade, também as mudanças, as transformações ou os avanços acerca do fenômeno que ocorreram no contexto universitário ao longo do tempo.
3. **A experiência dos colaboradores de pesquisa na universidade**: são os relatos de experiência a partir da vivência do fenômeno em dois horizontes representados nas subcategorias: No horizonte vivência direta: são as situações de violências sofridas ou presenciadas pelas(os) colaboradores na universidade que culminaram na transformação do olhar;

No horizonte da vivência indireta: menções de situações que não foram presenciadas ou vivenciadas pelas(os) colaboradores, mas que chegaram ao seu conhecimento e de certo modo, tiveram relação direta com o caso, promovendo a transformação do olhar nesse horizonte.
4. **No horizonte da ouvidoria**: partindo da interpretação da ouvidoria como um espaço democrático que não agrada todos os membros da universidade, serão evidenciados nesta categoria a compreensão e os conhecimentos dos colaboradores acerca da ouvidoria existente na universidade, de maneira a expor os pontos positivos e negativos desse dispositivo acerca da violência contra a mulher nesse contexto.
5. **A angústia como combustível para o enfrentamento:** são os desejos e as expectativas, assim como, as ações que os colaboradores consideram que deveriam ser adotadas pelas universidades para o enfrentamento da violência contra a mulher nesse contexto.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por se tratar de um estudo fenomenológico, ante a hermenêutica heideggeriana apresentadas nas categorias de análise para evidenciar as convergências e as divergências a despeito da compreensão de cada colaboradora(o) acerca da violência contra a mulher na universidade, é relevante expressar a importância do desvelar do fenômeno a partir da sua descrição detalhada.

Além disso, vale destacar que o paradigma heideggeriano não é focado nas questões de gênero e na violência contra a mulher, assim sendo, considerou-se imprescindível a utilização de estudos e de estudiosas(o) frente à temática, de maneira a auxiliar na fundamentação da exposição dos relatos. Por fim, cabe reforçar que os nomes dos colaboradores são fictícios e as suas falas estão apresentadas em itálico para diferenciá-las das citações diretas utilizadas ao longo deste estudo.

Categoria 1: A espacialidade da violência contra a mulher na universidade

Conforme já mencionado neste estudo, é alta a incidência da violência contra a mulher na universidade, principalmente as violências psicológica e moral, apesar do seu difícil reconhecimento e identificação no espaço universitário (Callou *et al.*, 2016; Godinho *et al.*, 2018; Benatti *et al.*, 2023).

De acordo com Heidegger (2015), a espacialidade representa a oportunidade de a pessoa descobrir por meio da sua vivência, o espaço em que ela está lançada (ser-no-mundo), para tanto, é necessário o seu próprio questionamento sobre esse espaço e sobre o seu modo de ocupação na companhia de outras pessoas, a fim de desvelar o seu poder-ser no mundo de maneira autêntico e inautêntica.

Com base na hermenêutica heideggeriana, interpretou-se convergente os relatos dos 7 colaboradores a respeito da incidência do fenômeno na universidade, pois as falas das(os) entrevistadas(os) apontaram, ainda que de maneira singular, a violência contra mulher que incide nesse contexto, relevando a predominância das violências psicológica e moral, mas também, a presença da violência sexual e física.

Na universidade eu acho que a violência moral e psicológica é mais frequente – disse Gabriela, também Dona Flor: *até porque a gente sabe hoje, que a violência não é aquela que só deixa marcas físicas, né? Tem todo o envolvimento emocional e o acometimento psicológico, que ao meu ver, a violência psicológica e moral são as que mais acontecem na universidade e não podemos fechar os olhos ou ignorar isso.*

A convergência entre Gabriela, Tereza Batista e Jubiabá revela a violência contra a mulher manifestada através da falta do espaço de fala que ainda incide sobre ela na universidade: *tanto que nas reuniões departamentais o ponto de vista feminino para que ele se prevaleça é mais difícil, tem que ser usado uma quantidade maior de argumentos e com mais veemência em uma ou outra palavra. Já o homem quando há um pouco de oposição, basta aumentar o seu poder da palavra e isso é perceptível. E diria, portanto, que entre avanços e uma luta de classe, há ainda um terreno grande em que se estabeleça, de maneira substancial e efetiva, a igualdade entre o homem e a mulher. Então é nesse caminho que devemos percorrer na universidade em razão da complexidade dessa questão* - fala de Jubiabá.

Tereza Batista, enquanto mulher e exposta à essa violência, dá voz ao seu sentimento: *quando você está numa reunião e de repente um colega corta a sua frente, corta a sua vez de falar, eu vejo isso como um ato de violência. Então, eu percebo isso tanto quanto professora e como agora também estando na (cargo). Isso é uma coisa que me incomoda muito. Muitas situações em que eu me sinto estar incomodando colegas homens quando você de alguma maneira se sobressai, então, vem aquela tentativa de te colocar para escanteio, né?*

Gabriela também descreve a presença dessa violência simbólica na universidade e aponta para a desqualificação utilizada pelos homens ancorados na cultura machista, a fim de silenciar a voz feminina: *outra coisa que sempre rola e eu também já percebi, é a desqualificação das mulheres por alguns docentes. Amigas relatando em situações de congregação uma desqualificação clara, falta de espaço de fala, né?*

Ela também chama a atenção para a desqualificação que as alunas também sofrem no espaço universitário: *alunas de grupos de laboratórios que saíam chorando porque foram maltratadas ou ouviram que as mulheres não são boas numa determinada função por ser*

tradicionalmente ocupada por homens e elas serem desqualificadas como: você não tem força para isso, você não tem habilidade para isso, os homens são melhores nisso.

A desqualificação nesse contexto é segundo Michetti e Mettenheim (2019) e Montrone *et al*., (2020) uma maneira de manter a dominação do homem e a submissão e inferioridade da mulher, para isso, usa-se das justificativas biologizantes que foram construídas pela cultura patriarcal e estão relacionadas ao corpo, a maternidade e a sexualidade da mulher. Tais justificativas são tentativas de mantê-la dentro do padrão social estabelecido pelo patriarcado e oprimir ou punir aquela que busca se libertar dar contingências machistas e expressar a sua existência de maneira autêntica (Zanello, 2018; Souza *et al*., 2019; Benatti *et al*., 2022).

No tocante as alunas, além da desqualificação mencionada por Gabriela, os relatos de Guma, Pedro Bala e Jubiabá também expressam a violência, porém, manifestada na forma de pichações nos banheiros da universidade: *uma estudante de um curso nosso que escreve para a ouvidoria e depois para o centro acadêmico dizendo que ela foi ameaçada, ela foi ameaçada praticamente de morte no banheiro da faculdade. E aí?! Eu tento identificar o banheiro, faço um registro e mando apagar uma coisa horrorosa dessa porque era nominal e depois digo: estudante não ande desacompanhada por um tempo e, também peço para ela me responder se ela tem ideia do que pode ser isso, sei lá, de onde a gente pode começar mediante alguma evidência que ela tenha. Além disso, informo que o registro do boletim de ocorrência é fundamental porque é um problema de polícia em investigar* – relato de Guma.

Já Jubiabá oferece exemplos: *no campus universitário, vou me referir ao banheiro, que quando entramos no banheiro, muita coisa se lê nas pichações que estão na porta e que demonstra ainda o caminho que temos que percorrer para o reconhecimento recíproco, valorização dos corpos e enfrentamento do preconceito e da ofensa. E agora peço licença para descrever os palavrões e agressões ali exposta que é reflexo desse processo discriminatório, né? Vagabundas, putas, biscate... Bom, tudo isso ainda se lê atualmente e estão ali para referir-se ao comportamento de uma garota*.

Jubiabá também denuncia o assédio sexual somado as violências psicológica e moral que a mulher sofre perante o tratamento que ela recebe em alguns trotes universitários: *também se nota essa questão, mas de uma forma mais atenuada no ingresso das alunas na universidade, onde o corpo feminino é exposto como bixetes, tendo suas roupas cortadas e seu corpo pintado, obrigadas a beijar os veteranos ou pedir dinheiro nos semáforos. Aqui na Unesp tem se atenuado, porém, pela cidade eu ainda vejo nos semáforos tal conduta e que a meu ver é bastante machista. Isso denota a grande limitação de informação e de educação*

que estão presentes nas nossas relações, se manifestando por meio de comportamentos, onde a discriminação quando ela pode se manifestar, ela se manifesta e com muita violência.

Dentro do contexto festivo e em eventos acadêmicos que acontecem fora dos muros da universidade, Dona Flor e Pedro Bala convergem ao revelarem, ainda que em forma de boatos, a violência sexual: *eu não me lembro de casos específico, pelo menos desde que eu entrei como (cargo), mas eu lembro de casos que eu ouvi falar, né?! Tanto que quando eu tava no doutorado, tinha um garoto que tava sendo acusado de ter estuprado uma menina depois de uma festa* - disse Pedro Bala, também, Dona Flor: *ontem eu notei que um post sobre o que é assédio sexual que foi publicado em 2020, dois anos atrás, começou a ser curtido e repostado. Até estranhei, mas aí soube de um caso que aconteceu nesse final de semana envolvendo alguma festa de república, aí deu repercussão ao assunto, mas não chegou nada de formal aqui para nós, são apenas boatos*.

Diante dos três últimos relatos, reforça a importância do estudo do Instituto Avon (2015), concluindo que entre as 67% das estudantes universitárias que afirmaram terem sofrido algum tipo de violência na universidade ou nas festas acadêmicas, 56% foi relacionado ao assédio sexual, 52% apresentou relação às agressões morais ou psicológicas e 11% à violência sexual, porém, quando considerado condutas como: ser tocada sem consentimento e/ou ser forçada a beijar os alunos veteranos, esse percentual elevou-se para 28% (Michetti; Mettenheim, 2019; Benatti *et al*., 2023).

Saffioti (1999) e (2004) destaca que o assédio e a violência sexual não ocorrem sozinhos, estando sempre acompanhados das violências psicológica e moral. Vale acrescentar que as violências de cunho sexual, no âmbito da universidade, não acontecem apenas nas relações entre os estudantes ou fora dos muros da universidade durante as festas universitárias, mas sim, dentro do próprio campus da universidade (Callou *et al.*, 2016; Negreiros; Andrade, 2019).

Essa questão foi revelada através da convergência entre Guma, Dona Flor, Gabriela, Tereza Batista e Tieta, que relataram a presença do fenômeno na relação de professores homens e alunas. Guma, por exemplo, cita um caso envolvendo um professor bolsista: *denúncias por parte de um grupo de estudantes sobre um professor que atuou no âmbito da unidade como substituto ou bolsista e que fazia propostas do tipo é: vamos terminar esse trabalho na minha casa e coisas desse tipo completamente despropositadas, né? De confusão do vínculo do professor e aluna no ambiente do trabalho. Então, as meninas conversaram comigo, as ouvi com atenção, mas a gente não conseguiu que alguém fizesse uma denúncia formal para esse caso.*

Diante do exposto, convém uma pausa para evidenciar a convergência dos relatos de Pedro Bala, Tereza Batista, Dona Flor e Gabriela, ao expressarem sobre a dificuldade de formalizar a denúncia da violência cometida na universidade. *Eu nunca recebi nesse período que eu estou na (cargo) nenhuma denúncia formal, pois as vezes as pessoas vêm, elas conversam e aí quando você vai tentando encaminhar para uma formalização dessa questão, as pessoas recuam, né?! E é o que acontece também em outros espaços, né?! Quantas as mulheres que sofrem violência, por exemplo, fazem um boletim de ocorrência e depois elas voltam atrás. Então, eu acho que isso também é de alguma maneira muito presente no cotidiano da universidade* – relato de Tereza Batista.

Os fatores que contribuem para as mulheres vítimas de violência não denunciarem as agressões estão pautados na dependência emocional, afetiva e/ou econômica do seu agressor, o medo de novas e outras formas de agressões, a ausência do apoio por parte dos amigos e dos familiares, podendo resultar em represálias, abandono ou exclusão social, também, a falta de confiança na efetividade das instituições públicas responsáveis pelo enfrentamento da violência (Cordeiro 2018; Ribeiro, 2018)

Retomando sobre a violência sexual na universidade, Tieta chama atenção para a violência psicológica e para o assédio sexual que uma aluna sofreu de um professor: *uma vez eu fui convidada a participar de uma comissão pra avaliar uma questão de assédio de um professor de uma outra unidade, que não é a minha em relação a uma aluna. Então, era uma comissão para escutar a versão da aluna e escutar a versão do professor, mas foi um dia só, foi muito pontual, tá? (...) eu fui convocada para integrar uma comissão para analisar o caso de um professor que stalkeava as alunas no Facebook. Ele se aproximava de alunas que estavam no meio do primeiro e segundo ano, convidava-as pra fazer iniciação científica, por exemplo. A partir disso, tinha o contato de oferecer uma carona, de convidar pra ir na casa. Então, é uma violência que se inicia por um assédio psicológico, né? E ele escolhia moças um pouco mais isoladas, um pouco mais tímidas, né? Que não tinham tanto uma rede de apoio de amizade na faculdade, né? É uma violência que eu entendo hoje, que se inicia como um assédio psicológico e que se torna violência. Esse assédio a gente poderia dizer que se torna uma violência na medida que captura o outro. Quero dizer que o assédio a gente poderia pensar isso em termos de importunação e a partir do momento em que há uma captura emocional, eu acho que a gente já está dentro da esfera da violência, de uma violência psicológica, que não é algo ainda físico, mas é uma violência. E aí, nesse caso eu digo que sim, que ocorreu, né?*

Nessa mesma direção, Dona Flor, Tereza Batista, Guma e Gabriela fazem menção a um caso que teve notoriedade dentro e fora da universidade, em que um professor do campus de Bauru recebeu diversas denúncias de assédio sexual e moral. *Recentemente teve um caso de um professor numa outra unidade, de Bauru, que recebeu notoriedade por ser também um caso bem pesado, né? É um assunto muito sério, em que todos nós enquanto ser humano precisamos nos engajar e não apenas como colaboradores ou professores universitários, mas como pessoas e levar isso para a nossa relação social* – narra Dona Flor.

Guma descreve: *Até porque houve aquele fato do professor da FAAC que teria assediado um grupo de estudantes ao longo de muitos anos, né? E a universidade agora está mais atenta, mas o fato é que mesmo a universidade estando mais atenta, digamos que o discurso que se tem sobre isso não é um discurso ainda de relevância, que de centralidade a essa problemática.*

Já Tereza Batista e Gabriela mencionam tal caso para denunciar a negligência da universidade perante o fenômeno da violência contra a mulher que se revela entre o docente homem e a aluna. Ante a isso, o pensamento da feminista Saffioti (1987) corrobora com a fala de as entrevistadas acerca da necessidade denunciar o machismo institucional e estrutural que ainda se encontra vigente em nossa sociedade, penetrando os muros da universidade, a fim de manter o silenciamento da mulher vítima de violência e minimizar os possíveis efeitos nocivos do seu agressor.

As colaboradoras também destacam a importância dos movimentos sociais e políticos de caráter feministas que foram e seguem sendo realizados fora da universidade, mas com repercussão dentro dela: *acredito que a universidade vem se adequando à pressão da própria comunidade, né? A gente teve, é, um caso conhecido e vou até falar porque ele esteve nas mídias, então, não é desconhecido das pessoas. Mas a gente teve um caso aqui em Bauru em uma das faculdades que um professor tinha uma série de denúncias a respeito de assédio, tá? E tipo assim, todo mundo sabia e ninguém fazia muita coisa, as mudanças em relação a isso só começaram a acontecer quando os coletivos, por exemplo, os movimentos dentro da universidade começaram a fazer denúncia fora dos muros da universidade. Aí houve uma reação da universidade. Então, eu vejo que nos últimos tempos há uma movimentação maior da universidade, mas não porque um iluminado ou alguém resolve fazer alguma coisa, né? Mas porque tem um movimento nas bases que passa a exigir um novo posicionamento na universidade que é formada por quem, né? Por docentes e por servidores técnicos administrativos em sua grande maioria, mas também por alunas, né?* – relato de Tereza Batista.

Olhando para a universidade como um todo, considerando tanto as alunas quanto as colegas docentes, eu venho acompanhando aquilo que os movimentos e coletivos têm denunciado, sendo entre professoras e professores e entre alunas e professores que são de maior recorrência a meu ver e de maior repercussão nas mídias. Um ponto que me incomoda sobre essa temática é como elas geralmente demoram pra ser resolvidas, parece que a gente não fica sabendo sobre o desfecho que se deu, por exemplo, o caso denunciado envolvendo o professor de Bauru sobre assédio. Foi algo bem emblemático e de muita repercussão. Mas e aí? Eu não sei hoje do desfecho desse caso, eu perdi. Não vi na mídia se houve alguma punição ou algum processo judicial – diz Gabriela.

O silenciamento da mulher violentada ou o apagamento da agressão lhe deferida, é considerada também uma violência (Saffioti, 1987; Ribeiro, 2018), que se manifesta dentro do campo simbólico, no intento de manter o poder e o protagonismo do homem construído estruturalmente ao longo da história, ou seja, preservar o machismo estrutural em nossa sociedade. Bastos (2019, p. 167) elucida: "do mesmo modo que um agressor tapa a boca de sua vítima para que os demais não ouçam seus berros, a sociedade impede que as vozes das mulheres se manifestem, pois o grito de uma reverbera".

A violência física foi identificada na relação entre os estudantes universitários que se relacionam e/ou se relacionaram íntima e afetivamente, conforme convergem os relatos de Guma e Gabriela que narram casos de violências efetuadas por ex-namorados. *Uma outra questão que me chega é, uma bela sexta-feira à noite, talvez umas sete ou oito da noite, eu estava aqui onde eu estou sentado e recebo uma mensagem de uma estudante que se deu conta que ela faria o ENADE na mesma sala do seu agressor e assediador. Eles tiveram um relacionamento e não se desenvolveu muito bem, onde a aluna percebeu o quanto o seu namorado era abusivo, tentou se distanciar, não conseguiu, então, veio a pandemia e a pandemia possibilitou o distanciamento desse ex, fazendo-a sentir protegida. E agora com o término da pandemia, veio a possibilidade de fazer o exame presencial e que eles iriam se encontrar. E aí fui vendo também como a gente, colaborador universitário, que vamos aprendendo do zero, né? Pois eu nunca tinha lido uma cartilha específica para lidarem com situações de violência contra a mulher. Só que eu convivo com muitas mulheres, tenho muitas amigas e que são militantes, que são pessoas esclarecidas e que já socorreram alunas em outro contexto e então eu fui recorrer a elas naquele momento, né? Então, pedi paciência, um pouco de calma para a estudante que me procurou por eu ter sido professor dela. E aí, mais uma vez eu aprendi que estávamos falando de um caso muito grave e que caberia uma medida restritiva em relação a esse homem que vinha a perseguindo sistematicamente e eu*

fui construindo os caminhos também pra que a gente pudesse fazer uma justificativa pra que essa estudante não fizesse o ENADE, mas não dava mais tempo, pois era uma sexta à noite e o exame era no domingo já. Então, a gente vê o quanto é grave, é frequente. (...) tô mencionando um caso de uma estudante que já vinha se prejudicando no ambiente acadêmico, ela já vinha se prejudicando e o rendimento dela no curso já vinha sendo afetado pelo relacionamento que ela não conseguia se ver livre ao ponto de deixá-la em pânico ao descobrir que reencontraria esse ex-namorado que supostamente desenvolveu essa relação abusiva com ela. E do ponto de vista da instituição o que decidimos então? Que a gente faria de tudo para que ela não tivesse contato com ele e que eu iria atrás de obter e passar as informações de como conseguir e obter caminhos para fazer a denúncia e estabelecer uma medida restritiva, e foi muito positivo, porque um dia depois, se eu não me engano, ela já tinha uma medida protetiva, com isso, ela não foi fazer o exame porque ela não se sentiu segura e também iria prejudicar o aproveitamento dela, que num outro momento seria possível justificar isso - relato de Guma.

Já o caso narrado por Gabriela não obteve um desfecho positivo: *eu também tenho registro de várias denúncias de cunho sexual e físico entre alunos, geralmente alunas e alunos que se relacionam ou se relacionaram intimamente. Vou citar um caso que teve notoriedade, mas que não aconteceu nesta unidade, um aluno da veterinária agrediu fisicamente a sua ex-namorada que também era da veterinária numa festa universitária, que não deixa de ser um contexto universitário, né? Mas essa aluna ela fez o boletim de ocorrência, tomou todas as medidas provisórias e necessárias, mas mesmo assim, a universidade lavou as mãos, alegando que como não foi dentro da universidade, que não é problema nosso. Mas eu acredito no código de ética que existe na universidade e acredito que caberia uma expulsão desse aluno. Em resumo, o desfecho se deu com a hostilização dessa aluna pelos colegas de turma por ter denunciado o rapaz, aí ela acabou largando a faculdade. E eu lembro desse caso porque mexeu comigo, eu fiquei pensando na solidão dessa aluna e o silêncio da universidade, eu entendo como uma violência e que somou com a violência sofrida pelos colegas de turma e com a do seu agressor. E essa situação reforça o medo das meninas denunciarem e acabarem dessa forma, sofrendo represálias da turma e não sendo acolhidas pela universidade.*

A solidão narrada por Gabriela converge com o relato de Tereza Batista a respeito da violência que sofreu na universidade durante um encontro com o reitor: *num treinamento com um reitor que nós tivemos na universidade, em que eu era chefe de um departamento e ele veio fazer uma visita. As pessoas estavam fazendo as suas críticas e a grande maioria*

homens, tá? E ele estava lidando numa boa, até eu colocar a minha posição acerca de um problema que era um problema real. Ele começou a gritar de um jeito que eu fiquei sem reação e me perguntando o que eu fiz, o que eu disse, na tentativa de achar que a culpa é minha, sabe? Então, eu levei um tempo ali para perceber que era comigo e que eu não tinha feito nada de errado, né? Mesmo porque num primeiro momento você naquele misto de coisas e aí eu tentei me justificar, mas também me posicionando, mas foi uma situação muito desagradável, né? Até porque foi na frente de outras pessoas e me chamou muito a atenção o fato de que ninguém saiu em defesa no sentido de dizer que está havendo um exagero por parte do reitor.

Para Heidegger (2015) o mundo em que estamos lançados é um mundo compartilhado com os outros (ser-com), determinando existencialmente a presença de estar lá ou aqui em contato com outras pessoas. Logo, independentemente de a pessoa estar na companhia de outrem, o sentimento de solidão existe e foi narrado por Gabriela e por Tereza Batista à medida em que elas questionam a cultura machista que visa silenciar as mulheres que são vítimas de violências ou punir por meio da exclusão e/ou solidão aquelas que buscam, de alguma maneira, romper com essa conjuntura (Saffioti, 1999; Zanello; Miranda, 2022).

Em convergência com Tereza Batista que denuncia as violências psicológica e moral deferidas por docentes homens para docentes mulheres, Dona Flor, Gabriela, Guma e Jubiabá também mencionam situações dessa natureza - mas não no lugar de vítima – e serão expostas a seguir na subcategoria <u>A violência contra a mulher nos horizontes das relações</u>

Frente ao exposto, é de suma importância enaltecer a fala de Guma: *todos os casos que eu citei aqui, tirando o caso da difamação no banheiro, mais da ameaça do que uma difamação e também sobre o caso do ex-namorado abusador, são casos que não houve uma violência física, que me parece o limite da violência, mas tem a violência psíquica, né? A violência psicológica também causa muito sofrimento, tanto que todas as mulheres que eu tive contato estavam sofrendo, estavam chorando, estavam desgostosas da sua função naquele momento na universidade, né? E é muito sério.*

<u>A violência contra a mulher nesse espaço nos horizontes das relações</u>

Mediante as situações de violência contra a mulher que foram relatadas pelos 7 gestores no espaço da universidade, essa subcategoria representa o manifestar do fenômeno narrado por cada um deles em 4 horizontes da relação: 1) entre alunos e alunas; 2) entre docentes homens e alunas; 3) entre docentes homens e docentes mulheres e 4) entre docentes

mulheres. Todavia, apesar de não ter sido identificado nos relatos a violência entre alunas mulheres, o fenômeno também se faz presente neste horizonte.

A tabela 3 elucida a violência contra mulher nos horizontes da relação relatado pelas(os) entrevista(os).

Tabela 3 – As Situações de Violências nos Horizontes das Relações

Colaboradores	Violências em níveis relacionais
Dona Flor	Entre alunos e alunas Entre docentes homens e alunas Docentes homens e docentes mulheres
Gabriela	Entre alunos e alunas Entre docentes homens e alunas Entre docentes homens e docentes mulheres
Guma	Entre alunos e alunas Entre docentes homens e alunas Entre docentes homens e docentes mulheres Entre docentes mulheres
Jubiabá	Entre alunos e alunas Entre docentes homens e docentes mulheres
Pedro Bala	Entre alunos e alunas
Tereza Batista	Entre alunos e alunas Entre docentes homens e alunas Entre docentes homens e docentes mulheres Entre docentes mulheres
Tieta	Entre docentes homens e alunas

Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com a tabela 3, nota-se que a violência contra a mulher na relação entre alunas e alunos esteve presente nos relatos de todos os colaboradores, isto é, as(os) 7 entrevistadas(os) convergem sobre a incidência do fenômeno nesse horizonte da relação. Dona Flor sinaliza: *quase sempre entre alunos, muito difícil ter algo envolvendo um docente ou orientadores, pelo menos aqui na nossa unidade*.

Eu tenho muitas alunas e a gente acaba pegando carinho pelas alunas, né? Ficando até preocupado às vezes, a gente sabe como é a vida dos jovens, elas não sabem com o que e onde elas se metem, né? E tem muito cara estranho no mundo (...) é importante divulgar os limites das relações, porque às vezes os jovens não têm clareza de que aquilo que ele está fazendo é assédio, exemplo, estão lá conversando numa festa e ele tenta beijar ela e ela diz não e aí ele tenta de novo, forçando a situação. E dependendo da educação que ele teve ele não consegue perceber que isso é um assédio e que ele não é uma má pessoa, é apenas uma

pessoa que não teve a educação adequada. Então acho válida a conscientização, mas claro, também tem os caras que são canalhas e que pode falar e ensinar que vão continuar fazendo – expõe Pedro Bela.

Além disso, Dona Flor, Gabriela, Guma, Tereza Batista e Tieta - 5 das(os) 7 entrevistadas(os) - narraram situações de violência envolvendo a relação de docentes homens e alunas. Gabriela, por sua vez, evidencia a frequência do fenômeno nesse horizonte: *eu venho acompanhando aquilo que os movimentos e coletivos têm denunciado, sendo entre professoras e professores e entre alunas e professores que são de maior recorrência a meu ver e de maior repercussão nas mídias*.

Nessa mesma linha, cabe reforçar o caso já mencionado nessa categoria, envolvendo o professor do campus de Bauru narrado por Dona Flor, Gabriela e Tereza Batista, também o caso do professor bolsista relatado por Guma que se somam com o caso comentado por Tieta, que inclusive, faz um alerta: *ele escolhia moças um pouco mais isoladas, um pouco mais tímidas, né? Que não tinham tanto uma rede de apoio de amizade na faculdade, né? (...) inclusive, comparado por exemplo a situação que o cara stalkeava, escolhia aquelas mais tímidas e forçava uma iniciação científica. É claro que ali tinha um planejamento.*

Dito isso, é importante expor que as relações de poder estabelecidas dentro do espaço da universidade, revelam as estudantes como as mais expostas às diversas violências que ocorrem nesse contexto, fazendo jus a definição de Foucault (1988), pois o machismo, o privilégio masculino atrelado a condição de docente e reforçado pelo companheirismo institucional vigente, pode ser visto como uma situação estratégica e complexa para manter a dominação do homem numa sociedade de valores e morais patriarcais (Scavone, 2004, Nogueira, 2008).

Em consonância, Gabriela expressa: *sei que tem casos de assédio entre docentes, só não sei se acontecem menos ou se é menos notificado. Mas por conta das relações de poder, acredito que entre as alunas deva acontecer muitos mais.* Todavia, perante a afirmação de Gabriela, evidencia-se que a violência contra a mulher também se revela na relação entre docentes homens e docentes mulheres. Assim, os relatos de Dona Flor, Guma, Jubiabá e Tereza Batista foram interpretados como convergentes ao relato de Gabriela, que indaga: *com relação as docentes, eu acho que as violências nesse campo são mais simbólicas, um fato que eu presenciei num concurso que não foi aprovado nenhum professor e o chefe do departamento começou a gritar e gritar com uma mulher que era a presidenta da banca. E me pergunto? E se fosse um homem ali na banca, será que ele gritaria?*

Sendo assim, destaca o relato de Jubiabá supracitado a respeito das dificuldades de a mulher fazer valer o seu posicionamento nas reuniões departamentais, bem como a situação narrada por Tereza Batista acerca da violência sofrida por ela durante uma reunião com o reitor da universidade. Nessa mesma direção, Guma argumenta: *eu sabia de um fato que tinha acontecido na faculdade e estava relacionado a uma denúncia e à um boletim de ocorrência que teria sido feito em anos anteriores, talvez em dois mil e dezenove e que noticiava um caso de um assédio que veio da parte de um professor para uma professora. E isso me inquietou bastante quando fiquei sabendo como membro da comunidade, depois como responsável pela posição que ocupo. Isso vem e baila mais uma vez (...) o caso ainda estava em estágio de apuração, ou seja, que não havia nada que eu pudesse fazer, mas que de fato há grande dificuldade de se lidar com a violência contra a mulher nos ambientes institucionais, ora é a instituição, ora é a denunciante ou os colegas da denunciante que de algum modo colocam panos mornos ou que se retratam em relação às denúncias que fizeram, ou seja, se tem a dificuldade séria de você ter ali uma denúncia com todos os elementos realmente bem detalhados e que todos os atores envolvidos nesse processo continuem com esse processo até o final. Né? Me relataram que alguns homens quando são denunciados, as pessoas começam a pensar: ah não esses homens têm famílias, o que vai acontecer com eles? Sendo poucas as pessoas que pensam na verdade nas mulheres que são assediadas, agredidas, que tem seu espaço pessoal invadido*.

O caso narrado por Guma, converge com Tereza Batista e Gabriela sobre a violência que se desvela na relação entre docentes mulheres, evidenciando a presença do machismo estrutural que segue se manifestando na nossa sociedade, quase que de maneira hegemônica, na política, nas ciências médicas, na filosofia, na família, na acadêmica e etc., visando manter os privilégios e dominância do masculino (Zanello, 2018; Dorlin, 2021).

A gente fica sabendo somente daquilo que chega de notificação e não chega mais porque muitas mulheres têm medo de mais violência, tem medo de sofrer represália seja por parte dos seus agressores, seja por parte da instituição, veja só, porque as pessoas sabem de como o sistema é estruturalmente machista. Também seja por colegas ou por parte de outras mulheres, pois já acompanhei casos também em que as mulheres represavam outras mulheres por terem ido adiante na denúncia – afirma Guma, depois, Tereza Batista: *você tem uma denúncia, seja em relação a um colega docente ou a uma colega docente, né? Porque a gente também tem violência cometida da mulher para a mulher né?*

Em convergência e seguindo a mesma linha de Saffioti, vítima de violência contra a mulher na universidade por ter sido também acusada de descer “a lenha na igreja”

(Gonçalves; Branco, 2011, p. 80), Gabriela expressa: *tem também a dificuldade no nosso curso, onde há um grupo muito politizado e outro não e eu considero por serem mais ligados à igreja, que possuem mais dificuldades de se desprender dessas questões. Eu não quero desvalorizar as igrejas, mas assim, eu acho que essa relação com as igrejas e com esse tipo de educação dificulta, em razão da criação dos valores religiosos que caminha para a fomentação do machismo, né?*

Por meio do levantamento histórico realizado por Ribeiro (1990) e (2004), observa-se o quanto a igreja, de fato, contribuiu para a valorização e a liberdade do homem, logo, para a submissão, a inferiorização e a repressão da mulher por meio de normas, regras e condenações que atravessam as gerações e adentram ou se em diferentes espaços, dentre eles, o universitário conforme destacado por Gabriela.

A presença da violência contra a mulher na universidade, segundo os relatos, se revela nos diferentes horizontes das relações, porém com maior incidência e acometimento das alunas. Sendo assim, vale reforçar que o fenômeno ainda está presente nesse espaço independentemente do nível acadêmico, idade e classe social da mulher, também, o cargo ou a função exercida por ela na universidade (Valls *et al*., 2007; Michetti; Mettenheim, 2019).

A compreensão do espaço universitário

Diante da convergência dos relatos de Guma, Gabriela, Pedro Bala, Jubiabá e Dona Flor, considerou a compreensão desses entrevistados acerca do espaço para além dos muros da universidade, pois 5 das(os) 7 colaboradores entrevistadas(os), mencionaram situações de violência contra a mulher que ocorreram fora da universidade.

Pedro Bala, Dona Flor, Jubiabá e Gabriela, por exemplo, mencionam situações de violência que aconteceram em festas académicas ou em trotes universitários. Já Guma narra o caso de estudantes que desenvolveram fora da universidade uma relação amorosa, porém abusiva e com agressão, resultando no acometimento da saúde emocional da estudante e nos prejuízos do seu desenvolvimento acadêmico.

Também interpretou ser convergente os relatos de todos os colaboradores acerca da universidade, que apesar dos avanços e das transformações enaltecidas por eles frente à temática, as(os) 7 entrevistadas(os) compreendem o espaço da universidade ainda atravessado pelo fenômeno da violência contra a mulher oriundo da cultura machista que se desvela nesse contexto.

Jubiabá diz*: Como tudo que é na vida social, ela também se manifesta na universidade, mesmo que a universidade seja um espaço meio que aparte da sociedade, ainda*

é a sociedade. (...) um espaço onde se revela a sociedade, também permite que muita coisa que na sociedade, não poderia ocorrer com muita liberdade se faz. Para Guma: *a universidade tem essa dificuldade em lidar com a mulher que é vítima de violência no próprio âmbito da universidade, embora haja toda uma estrutura, a gente tem uma ouvidoria central e uma ouvidoria local. Cada unidade da UNESP tem a sua ouvidoria local.*

Nessa mesma linha, Pedro Bala denuncia a falta de clareza e de estrutura por parte da universidade sobre a procedência nos casos de violência contra a mulher, pois segundo ele, só é possível tomar medidas cabíveis quando há uma denúncia formal e a universidade ainda possui a deficiência no encaminhando para a formalização. Dito isso, Pedro Bala considera a universidade negligente perante o fenômeno e chama atenção para os estigmas presentes nesse espaço, justificando tal dificuldade: *O que me parece que falta é um pouco disso, um caminho que dê mais segurança para todo mundo (...) tanto que conversando ali com esse secretário eu percebi que não tem muito um caminho a não ser que tenha uma denúncia específica, uma denúncia real e concreta, ou melhor, uma denúncia concreta juridicamente, porque senão não dá para fazer nada. Então, um problema que eu acho, é essa falta de uma estrutura que encaminhe essas alunas para o jurídico* (...) a *gente parte um pouco de um pré-conceito histórico com as instituições porque as instituições sempre foram levianas a tratar esses assuntos e eu entendo muito elas não confiarem e elas acharem que é melhor você fazer esses exposed fora da universidade e ir atrás de outras formas que funcionaria melhor*.

Em convergência, Dona Flor sinaliza o medo da mulher formalizar a denúncia nesse contexto e expõe a importância da universidade frente a essa questão: *mas acho que hoje as coisas estão melhores também, a realidade do campus hoje provavelmente é muito diferente de antigamente em que não tinha espaço para as denúncias. E ainda que hoje tenha esse espaço, tem o medo de denunciar, né? Por isso eu acho que falta campanhas e divulgação dos canais e dos dispositivos que promovam a segurança e o empoderamento em agir, mesmo que envolva muitas vezes, a gente sabe que envolve a polícia. É fundamental mais apoio por parte da universidade para que elas tenham maior confiança e segurança né, também, para mostrar ao agressor que as mulheres ao denunciarem terão notoriedade e repercussão, podendo causar nele maior receio e até mesmo reflexão à medida que ele vê que está tendo denúncia aqui e que as mulheres não estão ficando mais quietas, né?*

Assim como Dona Flor, outros gestores (Tieta, Guma, Tereza Batista, Jubiabá e Gabriela) reconhecem os avanços e as transformações obtidas no espaço da universidade, porém, expressam o longo caminho que ainda precisa ser percorrido para romper com a desigualdade e a violência de gênero, exemplo, a fala de Jubiabá: *a presença de um número*

muito maior de mulheres nos espaços, representando imenso processo civilizatório. Mesmo assim não representa que as desigualdades de gênero não existam, até porque ainda se existe e muito, então, eu diria que elas apenas se atenuaram.

Para Gabriela e Tereza Batista o aumento do número de mulheres nesse contexto, um fator positivo para a caminhada frente à temática, apesar do machismo presente nas universidades: p*orque a universidade é, ela é conservadora e é machista! Mas acho que ela tem procurado responder algumas coisas ainda que haja um descompasso muito grande. Estas respostas eu acho que elas foram mais intensas agora nos últimos anos e eu tenho percebido no caso da gestão atual da reitoria um pouco mais de preocupação com essas questões até por uma presença maior das mulheres, né?* - relato de Tereza Batista.

Ela e Gabriela consideram também que as áreas de ciências humanas, em que há maior interesse do feminino, por conseguinte, concentram maior número de mulheres do que homens, oferecem mais abertura para as discussões e reflexões sobre o fenômeno na universidade, tendo como resultado menor tolerância e menor incidência da violência contra a mulher quando comparado com as outras áreas de formação. *É um espaço em que a liberdade e os princípios éticos deveriam estar acima de tudo, mas a gente ainda encontra muitas dificuldades nesse sentido. Mas é também um curso que é da área de educação, talvez essas questões, elas apareçam com muito mais força em outras áreas, né? Eu tenho percebido que nos últimos anos também há um certo cuidado em relação a todas essas formas de violência que antes elas eram mais explícitas* - disse Tereza Batista.

Na mesma direção, Gabriela traz o exemplo da FLCAr: *são mais mulheres do que homens e essa diferença eu olho como positiva, até mesmo por ser um campus de humanas, eu acredito que os homens são menos desavisados comparado a outros cursos, os homens das humanas estão mais antenados nos nossos debates do que os caras de outras áreas que parece que ainda estão no século dezenove.* Guma colabora: *não vou dizer que é sem o devido preparo, porque com o tempo, a gente na universidade vai andando com pessoas e vai estudando. Nós somos humanidades e a FCL não é totalmente despreparada, mas sei que a gente ainda está longe de desenvolver uma cultura relacionada a diversidade e aos direitos humanos, aí entra a relevância da sua pesquisa para a questão de gênero, né? Para que apareçam ali como prioridades e com ferramentas bem claras.*

Apesar disso, Jubiabá denuncia a presença do discurso biologizante ainda presente nesse espaço: *eu diria para você que hoje, no muito que observo na universidade, no qual a desigualdade ao se revelar entre esses dois corpos, o masculino e o feminino, usa umas terminologias que aprendi no passado e diz respeito há uma dificuldade muito grande da*

mulher com as suas diversas tarefas, né? Isso continua, porque é muito mais custoso para a mulher se impor e ser reconhecida pelas suas atividades do que para o homem, em razão das dificuldades dela se expor ou se impor.

Vale enfatizar que tais justificativas biologizantes foram construídas pelo patriarcado, justamente para manter os arranjos sociais que limitam o acesso da mulher em espaços que sempre foram ocupados predominantemente pelos homens. Nesse ínterim, destaca-se o conceito de gênero e a pluralidade dos movimentos feministas que seguem denunciando tais discursos, de modo a enfrentar o machismo e legitimar a liberdade da existência, do corpo e da sexualidade feminina (Louro, 1997; Saffioti, 2004; Scavone, 2004; Ribeiro, 2018).

Tieta, por sua vez, conhece a universidade como um espaço que hoje está mais atento ao fenômeno, em razão dos coletivos e dos movimentos feministas organizados pelas alunas que sensibilizaram professoras e se fortaleceram através da internet e das redes sociais, a fim de enfrentar a violência psicológica e o assédio sexual cometidas por professores homens: *eu acho que a rede também possibilitou depoimentos que antes não seriam feitos presencialmente por medo, né? Então acho que isso fez barulho e pressionou principalmente algumas professoras, né? Em sua maioria que já tinham acho um certo pé no feminismo ou apenas preocupadas com essas questões não necessariamente feministas, mas engajadas por ocuparem cargos de mais poder dentro da universidade do que as alunas né?*

Nesses outros casos que eu estou te relatando e que são de diferentes homens professores e de várias unidades, fica nesse limite da paquera e da sedução, onde eu acho que não é tão coercitivo e não é tão planejado assim, digo num sentido mais meticuloso, embora, eu acho que falta uma autocrítica desses caras de se não haveria alguma espécie de captura emocional pelo fato de serem jovens que muitas vezes estão vindo de outra cidade e que se encantam com a sabedoria, né? Com a performance intelectual desses homens mais velhos. Enfim, acho que há uma violência sim, mas são graus de violência, não uma violência sexual, mas uma violência psicológica que ocorre dentro da esfera do sexual – expressão de Tieta.

Frente a isso, aponta-se para as relações de poder que se revelam nesse espaço, principalmente na relação professor homem e aluna, pois homem se encontra posicionado no mundo cercado e munido dos seus privilégios que advém da cultura patriarcal e, no âmbito da universidade é reforçado pela condição de docente (Saffioti, 1987; Badalloti *et al*., 2019).

Na mesma direção, Tereza Batista expõe: *a universidade ainda é um espaço ainda do homem, né? Porque quando a gente observa mesmo nos cursos que eu trabalho, por exemplo, são majoritariamente femininos tanto quanto no número de alunas e de docentes mulheres.*

Entretanto, quando a gente observa os cargos e os postos de decisão são masculinos e aí eu vejo a universidade ainda como esse espaço em que há uma dificuldade muito grande de se ter o respeito à mulher.

Apesar do expressivo aumento das mulheres na educação superior e na produção científica, conforme a última divulgação do Censo de Educação Superior publicado em 2022. Elas ainda são menos contempladas com bolsas de estudos e possuem menos oportunidades de desenvolvimento e de ascensão de profissional e salarial, em razão das justificativas ainda ancoradas nas diferenças biológica e na maternidade para preservar os postos de gestão e de tomada de decisão que foram ocupados majoritariamente pelos homens ao longo da história (Ribeiro, 2018; Casellato, 2021).

Contudo, Gabriela compreende a universidade como um espaço negligente que busca abrandar a violência cometida pelo homem e calar a voz da mulher violentada por meio do companheirismo institucional vigente entre os docentes: *esse silêncio da universidade também está na omissão de muitos colegas a terem que avaliar outros colegas docente por um companheirismo institucional vigente, acabando por constranger quem está tocando essa sindicância (...) ainda acho que não dá para abrir uma sindicância para apurar o assédio sexual com a maioria homens. Não dá né. E isso eu já vi e não dá para gente continuar assim.*

O pacto do machismo é configurado por um conjunto estratégico e complexo que foi construído socialmente oriundo da cultura e moral patriarcal para manter o privilégio do homem cis, branco, hétero e rico, de modo estruturado e hierarquizado nas relações de gênero que, inclusive, são internalizadas tanto pelo homem quanto pela mulher na forma de papéis, ações e discursos de gênero, resultando no funcionamento inconsciente em acordo com essa estrutura, quando não, resultando agravos na autoestima e na saúde mental (Saffioti, 1999; Andrade *et al*., 2013; Zanello, 2018).

No mais, Gabriela é a única colaboradora que diverge dos demais no tocante a acrescência das situações de violências contra a mulher na universidade e na atualidade: *eu até queria ter mais leitura sobre isso, mas para mim, a violência contra a mulher, assim como o racismo estrutural, ela é estrutural em razão da nossa sociedade, do nosso patriarcado e do nosso machismo. A minha percepção, inclusive, é que ela vem aumentando. Eu não sei se ela vem sendo mais denunciada ou se ela está aumentando. Mas a minha percepção é que aumenta em razão dos processos de resistência e de enfrentamento.*

Para Heidegger (2015), apenas o ser é capaz de questionar o espaço do qual está lançado. Com isso, os questionamentos acerca da vivência relatada por 7 colaboradores frente

a violência contra a mulher na universidade, revela a compreensão individual de cada entrevistado sobre o espaço e o seu modo de ocupá-lo. Dessa maneira, as falas desses colaboradores de pesquisa desvelam o conhecimento que cada um deles possui acerca da universidade por já se encontrar nela (Bruns; Trindade, 2011; Cunha; Dutra, 2019).

Então, apesar dos avanços e das transformações relatadas de 6 dos 7 colaboradores sobre a universidade, a compreensão dos entrevistados revela a presença do machismo ainda existente nesse espaço, compreendendo-o como negligente e desprovido do preparo para lidar com a mulher vítima de violência nesse contexto. Além disso, conheceu-se através das suas vivências, as diferentes maneiras da violência contra a mulher se manifestar, acometendo as alunas dentro e fora da universidade, também, as docentes mulheres, pois o fenômeno ocorre independentemente do nível acadêmico, idade, cargo ocupado e/ou função exercida pela mulher na universidade.

O que foi expressado pelos colaboradores nesta categoria, à luz da hermenêutica-ontológica de Heidegger, revela a aproximação do existir autêntico de cada um deles, em maior ou menor grau, pois as(os) 7 colaboradoras(os) expuseram questionamentos sobre o fenômeno que os destoam dos padrões e das contingências machistas, sexistas e misóginas que visa manter os privilégios e a dominância do homem na universidade, manifestada por meio da violência contra a mulher.

Categoria 2: A temporalidade da violência contra a mulher na universidade

No decorrer do tempo, os movimentos feministas possibilitaram mudanças no contexto universitário no tocante ao fenômeno indagado. Tais movimentos organizados dentro e fora da universidade, culminaram na transformação da realidade e da condição da mulher brasileira na legislação, na sociedade, na política, no mercado de trabalho, entre outros, aumentando o seu acesso a espaços que antes eram predominantemente masculinos, dentre eles, a universidade (Saffioti, 2004; Almeida *et al*., 2013; Segato, 2021)

A temporalidade, assim como a espacialidade, se desvela de maneira subjetiva para cada pessoa (Heidegger, 2015). Isto é, cada colaboradora(o) expressou-se de modo singular, o tempo referente a sua vivência e as transformações que sucederam ao longo desse tempo, revelando as divergências e as convergências entre si acerca da violência contra a mulher no horizonte da universidade.

Dona Flor e Pedro Bala consideraram o vínculo estabelecido com a universidade como aluno e como profissionais: *apesar de eu estar nesse cargo há pouco tempo, como te falei, meu vínculo com a Unesp já tem quase 10 anos. Então eu também vou considerar todo esse*

período, enfim, tiveram alguns casos na universidade nesse sentido – relata Dona Flor, e agora, Pedro Bala*: em agosto fui contratado e já peguei o cargo. Eu ainda tô muito pouco tempo para falar pra você sobre casos específicos ou reais, mas assim do que eu tenha ouvido, mas eu estudei aqui na universidade pública.*

Nesse ínterim, Pedro Bala utiliza a sua trajetória acadêmica e profissional na universidade para denunciar a falta de publicidade da ouvidoria no auxílio da não identificação, notoriedade e enfrentamento do fenômeno, também para criticar a posição adotada pela universidade ao longo dos anos frente à mulher violentada e às diversas violências que seguem ocorrendo nesse âmbito.

Eu estudei aqui, e só agora eu fui descobrir a ouvidoria, mas talvez seja porque eu também nunca precisei ou nunca senti a necessidade de fazer nenhum tipo de denúncia, mas no geral eu acho que não, acho que é um dispositivo pouco divulgado para os alunos. E acho que tem muito aluno que não sabe, e tem também a questão da desconfiança de que funciona essas coisas, já que a gente parte um pouco de um pré-conceito histórico com as instituições porque as instituições sempre foram levianas a tratar esses assuntos e eu entendo muito elas não confiarem e elas acharem que é melhor você fazer esses exposed fora da universidade e ir atrás de outras formas que funcionaria melhor - relato de Pedro Bala.

Já Dona Flor aponta para a atenção dada pela ouvidoria aos casos de violência contra a mulher na universidade, todavia, ela corrobora com Pedro Bala a despeito da necessidade da intensificação da ouvidoria para auxiliar no enfrentamento dessa violência: *apesar de eu estar nesse cargo há pouco tempo, como te falei, meu vínculo com a Unesp já tem quase 10 anos. Então eu também vou considerar todo esse período, enfim, tiveram alguns casos na universidade nesse sentido, que inclusive foram encaminhados à ouvidoria e que foram prontamente respondidas, dando toda atenção e resposta necessária. (...) e ainda que hoje tenha esse espaço, tem o medo de denunciar, né? Por isso eu acho que falta campanhas e divulgação dos canais e dos dispositivos que promovam a segurança e o empoderamento em agir, mesmo que envolva muitas vezes, a gente sabe que envolve a polícia. É fundamental mais apoio por parte da universidade para que elas tenham maior confiança e segurança, né?*

Ela também expõe os movimentos e os avanços que aconteceram na política e na cidade dentro do recorte temporal de 10 anos: *me lembro agora de uma palestra que tivemos aqui na universidade, onde a palestrante hoje é secretária de direitos humanos da prefeitura e aqui na cidade tem um Centro de Referência da Mulher. E na época foi muito bom, porque ela deu todas as informações do que todo mundo deveria fazer, durante o acontecido ou até*

mesmo sobre medidas preventivas e outras medidas pós o acontecido, sabe?! (...) e esse centro de referência da mulher daqui da cidade é muito importante, que sempre que solicitado, promove práticas nesse sentido junto com a UNESP, estabelecendo parcerias em palestras e campanhas de sensibilização.

Outro ponto que eu vejo também, são os vereadores na cidade que se juntam com ex-alunos nossos ou até mesmo ex-alunos que se candidatam a vereadores e se mostram bastantes envolvidos e engajados também com essa temática e eu acho isso ótimo, pois antigamente você não se via a visibilidade dessa galera mais jovens na câmara dos vereadores da cidade. Mas claro, depende da visibilidade que a prefeitura dá e temos a sorte de aqui na cidade ter uma gestão que apoia essas políticas públicas que ajuda muita, né. E reflete aqui na universidade, né?

Apesar dos relatos terem sido coletados de maneira online, a entrevistada faz referência à Araraquara (cidade interiorana no estado de São Paulo em que o campus da FCLAr está situado). Cabe referir que, o Centro de Referência da Mulher Heleieth Saffioti (CRMHS) foi criado nesta cidade em junho de 2001 e carrega o nome em homenagem à feminista acadêmica e estudiosa sobre a temática que também obteve notoriedade nesta dissertação, Heleieth Saffioti. Esse órgão possui a finalidade de realizar ações afirmativas para coibir qualquer tipo de violência e garantir o atendimento psicológico e social da mulher violentada para orientá-la e encaminhá-la juridicamente (Côrtes, 2012).

Conforme divulgado pela Câmara Municipal de Araraquara em 2022, só no primeiro trimestre deste mesmo ano, foram realizados 504 atendimentos psicológicos e mais 133 atendimentos de acolhimento que foram encaminhados à Rede de Atendimento e/ou de apoio psicológico, seguindo o protocolo do CRMHS. No mesmo período, cinco mulheres acompanhadas de seus filhos menores foram encaminhadas para a Casa Abrigo (Araraquara, 2022).

Além disso, o relato de Dona Flor faz referência à atual gestão municipal de Araraquara que desde 2017, está sob a governança do prefeito vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT), partido este, que em oposição ao governo de Bolsonaro, buscou criticar a condição da mulher ancorado na ideologia cristã que desde a antiguidade segue reforçando o papel secundário da mulher na sociedade.

Dentro do contexto bíblico, predomina-se o patriarcalismo justificado pela produtividade masculina, pois os homens eram considerados os detentores do saber e capazes de chefiar os lares e a política, bem como exercer as funções administrativas e militares. Em

contrapartida, as mulheres eram incumbidas das funções domésticas e da criação dos filhos, estando à mercê da ordem e da dominação masculina (Leão *et al*., 2015).

Ribeiro (1990) e Leão *et al*. (2015) problematizam o extremismo alicerçado na fé e na moral cristã que visa manter a legitimação do poder e do privilégio masculino, produzindo na relação de gênero, a opressão da sexualidade e da liberdade da mulher, também, a submissão e a inferiorização de sua existência. Nesta direção, Jubiabá sinaliza: *eu diria que hoje, no clima que nós estamos vivendo, não apenas no Brasil, mas no mundo, em torno de uma política de extrema direita, onde há uma postura religiosa que se deseja participar da política de uma forma ativa, que deseja fazer política pública, né? Eu diria que essas discriminações elas estão tendendo a se mostrar de uma forma mais arrojada, né? E um pouco mais livre, no comportamento diário né?! E como tudo que é na vida social, ela também se manifesta na universidade.*

A temporalidade para Guma, foi interpretada divergente a de Dona Flor e Pedro Bala, pois ele considerou apenas o tempo condizente a sua vivência na posição/cargo ocupado atualmente na universidade ao relatar as situações de violência que incidem nesse espaço. Assim, os 4 casos de violências narrados por ele e expostas na categoria anterior, aconteceram aproximadamente no último ano e referente a sua permanência no cargo atual: 1) a formalização da denúncia de assédio de uma docente sobre um colega de trabalho, 2) a aluna que encontraria o seu ex-namorado e agressor durante o exame ENADE, 3) as denúncias de assédio envolvendo um professor bolsista e 4) ameaça pichada no banheiro da universidade. *Como que eu respondo essa questão? Respondo essa questão partindo da minha experiência concreta e direta com membros da comunidade que num momento ou outro, vieram me procurar porque estavam recebendo alguma pressão, de mulheres que estavam sendo assediadas ou de histórias que me chegaram de assédios previamente existentes. saiba que eu assumi o meu cargo no ano passado* – relato de Guma.

Ele também relata sobre esse período, os avanços obtidos durante a atual gestão: *a gente evoluiu muito, mas acho que ainda tem muita coisa para se fazer na atual gestão da reitoria, mas ela tem sido considerada uma gestão sensível em relação a essas questões e não é à toa que se criou uma coordenadoria que possui ações afirmativas de inclusão e de equidade, então a gente tem avançad*o.

Tereza Batista também reconhece o trabalho da gestão atual para o enfrentamento da violência contra a mulher na universidade: *estas respostas eu acho que elas foram mais intensas agora nos últimos anos e eu tenho percebido no caso da gestão atual da reitoria um*

pouco mais de preocupação com essas questões até por uma presença maior das mulheres, né?

Assim como Guma, ela considerou a sua vivência na atual posição ocupada na universidade para relatar sobre as dificuldades e as situações de violências que ocorrem nesse espaço, corajosamente, a violência que sofreu na reunião com o ex-reitor já transcrita na categoria anterior: *eu enquanto (cargo), percebo essas dificuldades que eu te falei nas coisas, assim, nas reuniões que a gente tem, por vezes professores homens tentando de alguma forma fazer valer a sua opinião e o seu ponto vista, mesmo que um pouco menos explícita. Agora a gente tem também recebido em algumas situações, a gente recebe denúncias de alunas, de estudantes em relação a colegas de turma ou em relação a orientadores, né? O que eu vejo? Eu nunca recebi nesse período que eu estou na coordenação nenhuma denúncia formal, pois as vezes as pessoas vêm, elas conversam e aí quando você vai tentando encaminhar para uma formalização dessa questão, as pessoas recuam, né? E é o que acontece também em outros espaços, né?*

No entanto, ao relatar as transformações ocorridas no espaço universitário nos últimos anos, Tereza Batista expõe o seu olhar para história da universidade, denunciando o privilégio e a dominação masculina, bem como a necessidade da maior representação das estudantes nos diferentes colegiados: *eu tenho percebido que nos últimos anos também há um certo cuidado em relação a todas essas formas de violência que antes elas eram mais explícitas. Elas continuam a existir, mas eu tenho percebido uma atenção maior das pessoas até porque a gente tem hoje muito mais canais de denúncias, seja por meio dos coletivos ou também pela ouvidoria que a gente tem no campus e na universidade, então, eu acho que algumas coisas mudaram nos últimos anos, mas não que elas tenham deixado de existir, e eu acho que elas só foram de alguma forma abrandadas. (...) então, eu vejo que nos últimos tempos há uma movimentação maior da universidade, mas não porque um iluminado ou alguém resolve fazer alguma coisa, né? Mas porque tem um movimento nas bases que passa a exigir um novo posicionamento na universidade.*

Mas historicamente como é que eu via essa situação? É que quase sempre a gente não tinha mulheres na pró-reitoria da pós-graduação e de extensão universitária. Então era como se pesquisa e a pós-graduação não é para ser decidida pelas mulheres. Então, à medida que a gente vai tendo uma ocupação maior e um reconhecimento desses espaços, acho que isso também foi contribuindo para uma mudança na forma como a universidade tem lidado com essas questões. (...) mas ainda há uma representatividade muito pequena ainda dos estudantes nos diferentes colegiados. Agora, por exemplo, a gente vai voltar a ter a

participação estudantil no conselho universitário. Então, eu vejo que as organizações, elas foram, ou melhor, os movimentos em si foram fazendo com que a universidade acordasse para esta situação.

Tieta, por sua vez, não considerou apenas o tempo referente a sua posição atual na gestão na universidade, mencionado a sua vivência de 18 anos como docente dentro e fora da UNESP: *tô tentando agora reforçar a memória, mas presenciar, eu acho que nunca presenciei nada, tá? Na minha função de (cargo) ou mesmo enquanto professora eu nunca passei pelas situações de ter que tomar alguma providência em relação a qualquer coisa. Como (cargo) eu estou há menos de um ano, já como professora há muitos anos, mas nunca chegou em mim assim qualquer demanda desse tipo. Mas também não me recordo de alguma conversa a respeito na UNIP, mas na UNESP, uma vez eu fui convidada a participar de uma comissão para avaliar uma questão de assédio de um professor de uma outra unidade que não é a minha, em relação a uma aluna*.

Mas ela converge com os colaboradores citados anteriormente a despeito dos avanços marcados pelo tempo: s*ó que hoje estamos mais atentos à questão da violência contra a mulher, no geral, cresceu muito nos últimos anos, não sei precisar, mas acredito entre cinco e dez anos, a quantidade de movimentos e de coletivos feministas organizados pelas alunas foi fundamental. Também acho que esse feminismo de internet teve um papel muito importante porque ele conseguiu articular várias pessoas que antes talvez não fossem fisicamente nas reuniões de coletivos, né? Eu acho que a rede também possibilitou depoimentos que antes não seriam feitos presencialmente por medo, né? Então acho que isso fez barulho e pressionou principalmente algumas professoras, né? Em sua maioria que já tinham acho um certo pé no feminismo ou apenas preocupadas com essas questões não necessariamente feministas, mas engajadas por ocuparem cargos de mais poder dentro da universidade do que as alunas, né? Eu acho que é aí que surgem esses espaços, tem uma colega na USP que não me recordo o nome, mas é uma pessoa que é das ciências sociais e criou um espaço de escuta e de bastante barulho na USP. E eu acho que a UNESP também vai por esse mesmo caminho, né? Na minha visão o caminho foi esse, em que as alunas sensibilizaram professoras que se articularam com reitorias pra abrir esses espaços* - relato de Tieta.

Gabriela aflui com Tieta na temporalidade ao considerar toda a sua trajetória enquanto docente universitária: *olhando agora para minha história, eu estou há pouco tempo na UNESP, pois fui transferida para cá tem dois anos. Mas retomando toda a minha trajetória acadêmica e de docente, pois desde dois mil e treze estou na UNESP e me lembro de várias*

*denúncias que alunas fizeram à ouvidoria com detalhamento de informações e que não deram em nad*a.

Conforme transcrito, ela também não se limitou à sua unidade ou ao cargo e/ou posição de gestão na universidade, pois os relatos referentes ao silenciamento da voz feminina nas congregações e sobre a violência física sofrida por uma aluna da veterinária ocorreram em outra unidade: *vou citar um caso que teve notoriedade, mas que não aconteceu nesta unidade, um aluno da veterinária agrediu fisicamente a sua ex-namorada que também era da veterinária numa festa universitária, que não deixa de ser um contexto universitário, né? (...) eu nunca tinha participado do cargo de gestão nessa outra unidade justamente para evitar o confronto e eu tive algumas poucas situações de confronto, mas assim, de confronto de ideias em que tive que ser mais incisiva exatamente por conta dessa cultura machista, né?*

No mais, interpretou-se a divergência no relato de Gabriela em relação aos outros 6 entrevistados, pois ela utilizou o recorte temporal de 85 anos, pois narrou como exemplo a idade de sua mãe, a fim de expor as transformações sobre a temática, em especial, sobre a performance atual de gênero e para denunciar as sindicâncias que ainda são compostas majoritariamente por homens para analisar um caso de violência contra a mulher:

Eu sou filha de uma mulher que hoje tem oitenta e cinco anos que ficou casada em razão do estigma que atribuem à mulher quando ela se separava. E esse estigma não recai somente na mulher que resolveu se separar, mas que também foi abandonada pelo marido. A mesma mulher que foi abandonada era estigmatizada. E romper com isso, ter um ato de enfrentamento disso resulta acho ainda mais na violência física. E hoje, talvez por conta da minha bolha né, elas reagem mais e os homens têm tido mais dificuldade em lidar com isso. (...) ao longo do tempo eu percebi uma mudança entre os homens, porque são homens com um alto nível de escolaridade né? E não que eles não sejam machistas, mas que estão impactados com os movimentos sociais e com as lutas feministas. É o que eu percebo, pelo menos no meu círculo, em razão desses movimentos e pressões sociais. E mesmo com esse avanço, ainda acho que não dá para abrir uma sindicância para apurar o assédio sexual com a maioria homens.

De fato, os movimentos feministas têm provocado na atualidade expressivas mudanças na performance de gênero, ainda que de maneira parcial, pois a internet contribuiu para o aumento da visibilidade e da discussão do fenômeno, influenciando as mídias e promovendo articulações nas redes sociais, na intenção de fortalecer a voz da mulher vítima de violência (Ferreira, 2015). Atrelado a isso, houve a ampliação da necessidade de estudar sobre os movimentos feministas, logo, da universidade produzir mais conhecimento teórico sobre a

temática em distintas perspectivas, no intento de acolher as distintas, mas igualmente relevante, as realidades da mulher brasileira (Bellini; Mello, 2018; Maito *et al*., 2019; Segato, 2021).

Próximo ao relato de Gabriela, mas também divergente dos demais colaboradores, Jubiabá considerou a sua vivência na universidade nos últimos 40 anos, olhando para a sua vivência enquanto filho de um professor universitário: *eu me permitirei começar um pouco afastado no tempo né, eu vivo a universidade desde 1997 quando meu pai começou a lecionar na UFSCar, foi professor de Educação Física. Nessa vida universitária primeiro uma criança, depois um adolescente e depois um universitário, aí pós-graduação e agora no trabalho de docente, então, eu posso dizer para você que, primeiro, muita coisa mudou na universidade com relação à questão que envolva a presença feminina em quantidade, número maior de mulheres na sala de aula, número maior de mulheres no departamento, como docentes e como técnicas administrativas.*

A fim de reforçar a fala de Jubiabá, Pedro Bala quantifica: *praticamente 70% da sala do nosso curso são meninas*. Mas Apesar da expressiva contribuição que o aumento do número de mulheres na universidade promoveu para a temática, Jubiabá alerta sobre a falta do espaço de fala enfrentado pela mulher nesse contexto, somado ao uso das justificativas biologizantes para a manutenção do privilégio masculino e a violência simbólica contra a mulher que se desvela no tratamento durante o trote universitário e nas pichações no banheiro. Todavia, ele expressa: *hoje na universidade, enquanto instituição pública, eu vejo que se manifesta o desejo de igualdade que reflete na questão do respeito e da tolerância. Com isso, se gera a importância de a universidade ajudar os nossos colegas docentes a educar nossos jovens sobre o princípio da igualdade junto do princípio da liberdade* - relato de Jubiabá.

A vivência relatada pelos colaboradores possibilitou através da temporalidade, o desvelar da violência e dos percalços que a mulher ainda enfrenta na universidade a partir do olhar para um novo horizonte (Heidegger, 2015; Ferreira, 2003). Sendo assim, conheceu-se através da temporalidade expressada de maneira singular pelas(os) 7 entrevistadas(os), a compreensão, a abertura subjetiva e o sentido atribuído por cada colaboradora(o) à suas vivências acerca da violência contra a mulher na universidade.

Frente ao exposto, nota-se com exceção de Pedro Bala, os 6 colaboradores demonstraram convergência ao relatarem os avanços obtidos frente à temática deste estudo a partir das suas vivências. Revelando que apesar dos homens ainda serem educados de forma machista, dificultando o reconhecimento dos limites das relações de gênero, hoje, eles estão

mais atentos para as consequências do machismo em alguns espaços, em especial, aqueles que possuem maior nível acadêmico.

Tal transformação se deu em razão dos movimentos que aconteceram fora e dentro da universidade, propiciando o acesso das mulheres na educação superior, por conseguinte, sensibilizando-as a criarem mais espaços de debates e de barulho, utilizando a internet como uma aliada para dar maior visibilidade à temática e aumentar as notificações acerca do fenômeno na universidade, ainda que em sua maioria, não formais.

No entanto, apesar dos avanços expressados pelos colaboradores, interpretou-se convergente o olhar dessas 7 entrevistadas(os) a despeito dos desafios e das violências que a mulher segue enfrentando no contexto universitário, desvelando o quanto é preciso avançar visando ter uma Universidade, de fato, equânime, equitativa, no qual a mulher possa usufruir dos seus direitos, estando salvaguardada de qualquer tipo de violência.

Categoria 3: A experiência dos colaboradores de pesquisa na universidade

Como pontua Bondía (2002), muitas coisas nos passam, nos acontecem, nos tocam, porém, somente as coisas que nos atravessam ao ponto de promover alguma transformação do olhar sobre o fenômeno no horizonte, pode e deve ser considerada enquanto experiência. Desse modo, para que a experiência ocorra a pessoa deve estar lançada, exposta ou até mesmo submetida, de maneira interpelada, sensível, vulnerável, padecente e receptiva, pois a experiência não ocorre quando a pessoa está firme, forte, inatingível, indiferente ou confiante do seu poder e privilégio (Heidegger, 2015).

> fazer uma experiência com algo, significa que algo nos acontece, nos alcança; que se apodera de nós, que nos tomba e nos transforma. Quando falamos em "fazer" uma experiência, isso não significa precisamente que nós a façamos acontecer, "fazer" significa aqui: sofrer, padecer, tomar o que nos alcança receptivamente, aceitar, à medida que nos submetemos a algo. Fazer uma experiência quer dizer, portanto, deixar-nos abordar em nós próprios pelo que nos interpela, entrando e submetendo-nos a isso. Podemos ser assim transformados por tais experiências, de um dia para o outro ou no transcurso do tempo (Heidegger, 1987 *apud* Bondía, 2002, p. 25).

Então, apenas a pessoa que se encontra submetida à experiência é considerada aberta para uma autotransformação (Bondía, 2002). Sendo assim, considerou-se experiência nesta categoria de análise, os trechos dos relatos que expressam a transformação do olhar para o fenômeno a partir do vivido. Sendo dividido em duas subcategorias: 1) <u>vivência direta</u>: são as situações de violências sofridas ou presenciadas pelas(os) colaboradores na universidade que

culminaram na transformação do olhar e 2) vivência indireta: menções de situações que não foram presenciadas ou vivenciadas pelas(os) colaboradores, mas que chegaram ao seu conhecimento e de certo modo, tiveram relação com o caso, promovendo também a transformação do olhar nesse horizonte.

De acordo com Bondía (2002) e Amatuzzi (2014), que bebem em fonte heideggeriana, a experiência corresponde ao que foi vivido e é expressado nas palavras, nos atos e nas decisões. Para Amatuzzi (2014), a decisão de falar, demonstra, por si só, a abertura do entrevistado para a sua experiência. Assim, ele menciona Paulo Freire (1974) que aponta para a liberdade representada pelo dizer da própria palavra, confrontando o que foi predeterminado pelo opressor, logo buscando a conquista da sua própria liberdade, isto é, autenticidade.

O livro *O resgate da fala Autêntica na Psicoterapia e na Educação*, cita a aproximação de Carl Rogers com o pensamento existencial ao destacar a expressão rogeriana de autenticidade como "ser o que realmente se é" (Amatuzzi, 2014, p. 95). Por esta razão, o pensamento de poder ser o que realmente é, refere-se à experiência, àquela que possibilita um olhar próprio para o horizonte, mediado pela descoberta do mundo por meio do vivido.

No horizonte da vivência direta

Apenas as falas de Gabriela e de Tereza Batista revelaram a vivência direta perante uma situação de violência. Gabriela relata uma situação de violência presenciado por ela: *é, um fato que eu presenciei num concurso que não foi aprovado nenhum professor e o chefe do departamento começou a gritar e gritar com uma mulher que era a presidenta da banca. E me pergunto? E se fosse um homem ali na banca, será que ele gritaria? Vendo aquilo, só pensava: ah se fizesse comigo, mas acredito que isso também tenha relação com o perfil da minha colega que é mais calmo e ele sabia que ela não levaria adiante.*

O questionamento de Gabriela acerca do machismo institucional vigente, manifestado através do tratamento desigual entre os gêneros, a coloca na mesma posição de vulnerabilidade e de exposição à violência, portanto, aberta à experiência. Isto posto, ela revela a ampliação do seu olhar para si mesma através dessa experiência, expondo a transformação do seu comportamento nesse espaço e tempo para evitar esse tipo de violência.

Cabe observar que a adaptação da pessoa frente aos padrões e as contingências construídas são reforçadas socialmente, no caso, o machismo que penetra as universidades, resulta na inautenticidade da sua existência e distancia a pessoa de ser o que realmente se é (Heidegger, 2015; Amatuzzi, 2014). Em contrapartida, ao questionar-se, Gabriela demonstra

abertura para compreender o espaço e a sua maneira de ocupá-lo, revelando a sua aproximação com o seu poder-ser autêntico.

O relato de Gabriela expressa que o vivido não se mostra puro ou sozinho, pois é mediado pelas suas percepções que são atribuídas à construção da sua consciência, e, ainda que de maneira não consciente, pode vir-a-ser consciente através da comunicação estabelecida durante a entrevista, desvelando a oportunidade de surpreender-se com o vivido (Amatuzzi, 2011).

E elaborando agora enquanto falo com você, eu por tentar coibir esse tipo de comportamento, ainda mais de chefe, sempre falei para várias pessoas na tentativa que chegasse, né? Quero ver macho gritar ou apontar o dedo para mim (pausa). É uma forma que eu encontrei para poder me defender e tentar evitar esse tipo de situação apesar de saber que sou uma pessoa que reajo o tanto que eu posso e vou usar uma expressão que eu adoro: eu caio, mas caiu atirando (risos). Eu uso isso e usei isso por muito tempo - fala Gabriela.

Para Heidegger (2015), a pessoa é o único ser com capacidade de auto afirmar, então, a fala de Gabriela expressa a sua auto afirmação, mediada pelo seu poder-ser autêntico, pois demonstra a sua não adaptação e a sua resistência frente ao fenômeno, no intento de coibir e enfrentar o machismo que se vigora na universidade.

O relato supracitado de Tereza Batista, em que ela expressa a solidão sentida frente o machismo e a violência que sofreu por parte do reitor da faculdade também elucida essa questão: *então foi uma coisa que me marcou muito, mas depois que a reunião terminou aí que eu recebi várias manifestações de colegas se solidarizando, mas não era isso que eu precisava, né? Eu precisava que as pessoas naquele momento se posicionassem né? E então veja, eu não estava numa posição qualquer, mas na posição de alguém que estudou muito e que ainda estuda, mas ainda, que se apropria das coisas e mesmo assim há muita dificuldade de lidar com isso. Então eu fico pensando como reagem e sentem as mulheres em situações outras de violência no cotidiano. Porque ali nós estávamos falando de igual para igual. Eu e o reitor, né? Embora ele não se sentisse igual a mim. Se ele me visse ali como uma igual, ele não teria agido daquela forma né? Então acho que isso mostra o quanto estas situações de violência elas estão muito presentes no dia a dia da universidade* – complementa Tereza Batista.

Importa ainda destacar que o sentimento de solidão ocorre independentemente do estar ou não na companhia de outras pessoas, porque cada pessoa está lançada sozinha nesse mundo que é apenas compartilhado com outras pessoas (Heidegger, 2015). O vivido de Tereza Batista demonstra essa questão existencial, ainda que de maneira não consciente, ela

revela a sua abertura para a experiência, possibilitando-a o transcender do seu olhar para a realidade de outras mulheres que estão posicionadas, sobretudo sozinhas, em lugares de menor privilégio que culmina no aumento exponencial da sua exposição à tantas outras violências ou até mesmo tendo que driblar, quase que diariamente, o feminicídio.

Além disso, à medida que Tereza Batista se apropria da sua experiência, ela demonstra conhecer a sua ocupação no mundo, interpretado aqui, pelos privilégios enquanto mulher branca que através da luta feminista essencialista, concedeu-se primeiramente às brancas, o acesso à educação superior e o ingresso ao mercado de trabalho, ainda assim, não isentas dos processos desiguais, subalternos e violentos (Saffioti, 1987; Rosa; Campos, 2012; Akotirene, 2018).

Tereza Batista complementa*: eu nunca sofri pessoalmente a violência no sentido de ser (silêncio). Teve uma situação que foi muito marcante para mim, não de violência nesse sentido mais extrema, mas as pequenas violências que vão acontecendo no dia a dia, né? E que às vezes acontece de uma forma bem disfarçada, mas para mim é também uma forma de violência. Né?* Em *Ser e Tempo,* Heidegger (2015) realça a fala com um fundamento ontológico existencial da linguagem. A linguagem é a maneira como a fala se manifesta, e o silêncio, por outro lado, assim como a escuta, são possibilidades constitutiva da fala, isto é, ambos são considerados modos de fala, desvelando a abertura que se faz nexo existencial entre fala e compreender (Heidegger, 2015; Ferreira, 1999).

O silêncio expressado por Tereza Batista não é representado pela ausência das palavras, mas sim, como oportunidade de escuta (Heidegger, 2015; Ferreira, 1999). Nessa linha de pensamento, Gomes e Castro (2010) elucidam que o silêncio pode ser considerado como uma forma de vocalização, já que o vazio é palco da afluência da interlocução. À vista disso, é de suma importância ater-se ao silêncio expressado pela(o) colaboradora(o), pois é nesse momento que se revelará a sua compreensão (Bruns; Trindade, 2011).

De fato, após o silêncio ecoado por Tereza Batista, demonstrou a sua compreensão desta colaboradora a despeito da violência que sofreu no âmbito da universidade, e, por meio desta experiência ela expressa e dá andamento aquilo que se é de verdade, revelando através da sua voz, a sua apropriação dessa experiência, com isso, se aproximando do seu existir autêntico. Outrossim, cabe salientar que a hermenêutica-ontológica de Heidegger falará sobre aquilo que é difícil de falar, mas é uma das maneiras as quais a pessoa pode acessar o que foi vivido para que possa se apropriar do mundo em que está lançado.

Isto posto, Bastos (2019, p. 168) conclama:

> Abrir espaços de manifestação das vozes das mulheres é o primeiro passo, mas não é o único dessa luta de libertação. É preciso compreender que a violência ultrapassa as barreiras da agressão visível e invade o psicológico individual e coletivo. E é preciso, enfim, compreender que não se trata de uma mudança superficial. Trata-se do rompimento com uma estrutura histórica vigente, com raízes ainda mais profundas.

Por fim, vale destacar esta dissertação enquanto uma possibilidade também de abertura para o manifestar da voz feminina, de modo a auxiliar no enfrentamento do silenciamento que a mulher vítima de violência sofre, sobretudo nesse contexto, em razão do machismo vigente.

No horizonte da vivência indireta

Apenas os relatos de Guma e de Tieta fazem menções às situações que não foram presenciadas ou vivenciadas, mas eles tiveram conhecimento e/ou relação direta com o caso, desvelando a transformação de seus olhares para esse horizonte.

Dentre os 4 casos já mencionados anteriormente por Guma, ele revela o caso da professora vítima de assédio por outro professor, também o caso da aluna que faria o ENADE na mesma sala que o seu ex-namorado agressor e o caso de um grupo de estudantes que sinalizaram sobre o assédio praticado por um professor bolsista. Estes casos promoveram nele um novo olhar para o fenômeno: *eu acho que esses dois casos, foram os casos que me fizeram pensar que eu realmente não sou uma pessoa preparada, eu não tive uma educação para isso e durante a minha formação como (cargo) também não, até porque nós não fazemos formação nenhuma para ser coordenadores ou gestores. Nós somos professores, pesquisadores, autores e coordenadores de grupos de pesquisa. A gente se candidata e partir disso a gente vai aprender sobre tudo, sobre relacionamentos humanos, sobre populações que são vulneráveis dentro da universidade.*

É possível notar que esses três casos foram considerados experiência, possibilitando uma articulação com os pressupostos de Heidegger (2015), à medida que Guma assume o seu despreparo, fragilidade e abertura para se apropriar do que foi vivido. De tal maneira, Guma buscou a partir do primeiro caso a Delegacia De Defesa Da Mulher (DDM), no seguindo a orientação de colegas e amigas militantes e no terceiro a chefe do departamento.

Sobre o primeiro caso, Guma relata: *isso vem e baila mais uma vez e eu então procuro a delegacia de defesa da mulher para conversar a respeito. Eu tive uma aula de como funciona todo esse processo da justiça voltada a mulher, sendo prontamente atendido pela delegada da DDM que me relatou o seguinte: aquele caso ainda estava em estágio de apuração, ou seja, que não havia nada que eu pudesse fazer, mas que de fato há grande*

dificuldade de se lidar com a violência contra a mulher nos ambientes institucionais, ora é a instituição, ora é a denunciante ou os colegas da denunciante que de algum modo colocam panos mornos ou que se retratam em relação as denúncias que fizeram, ou seja, se tem a dificuldade séria de você ter ali uma denúncia com todos os elementos realmente bem detalhados e que todos os atores envolvidos nesse processo continuem com esse processo até o final, né? Me relataram que alguns homens quando são denunciados, as pessoas começam a pensar: ah não, esses homens têm famílias, o que vai acontecer com eles? Sendo poucas as pessoas que pensam na verdade das mulheres que são assediadas, agredidas, que tem seu espaço pessoal invadido. Essa experiência, pra mim, na delegacia de defesa da mulher, foi uma experiência muito rica.

Dorlin (2021) aponta para a hipervalorização que foi atribuída historicamente pela cultura patriarcal e colonizadora à figura do homem que é chefe de família, ou seja, do pai, no intuito de manter o assujeitamento da mulher ao poder e domínio dele, legitimando, justificando ou invisibilizando as violências cometidas contra ela, bem como, preservar a valorização da normatização da heterossexualidade e dos valores familiares e cristãos que são defendidos pela figura paterna.

Diante dessa realidade, Guma se manifesta referente ao segundo e terceiro caso: *só que eu convivo com muitas mulheres, tenho muitas amigas e que são militantes, que são pessoas esclarecidas e que já socorreram alunas em outro contexto e então eu fui recorrer a elas naquele momento, né? (...) e aí mais uma vez eu aprendi que estávamos falando de um caso muito grave e que caberia uma medida restritiva* – relato referente ao segundo caso.

Sobre o terceiro caso, ele diz*: A gente conversou com a chefe de departamento na época que disse: olha, esse colega aqui não faz parte do quadro, então não tem o que eu possa fazer em termos de um processo administrativo. No entanto, a gente tem que levar em consideração que sobre ele pesa algumas acusações que vão ao contrário de todos os valores que têm na universidade. Aí você começa a pisar em ovos porque você tem de algum modo a antecipação da culpa do sujeito em razão da repercussão, mas do outro lado tem meninas de vinte e dezoito anos, dizendo isso e que não teriam motivo para falsear isso e não estão falseando.*

Enfim, aprendi muita coisa e espero não colocar em prática essa aprendizagem, né? Mas uma última coisa, o que eu sinto é que não é porque nesse último período não tenha surgido muitos casos que eles não existam. É, há muito silêncio por parte das mulheres. São silêncios que a gente tem que identificar sobre várias perspectivas e todas elas na perspectiva de manter-se vivas – finaliza Guma.

Na mesma linha de Guma, Tieta expressa a sua experiência ao avaliar um caso de assédio sexual e de violências psicológica e moral que uma aluna sofreu de um professor, a transformação do seu olhar para o fenômeno da violência, em especial, aquela que não deixa marcas visíveis aos olhos: *eu acho que se você me perguntasse há dez anos eu pensaria em alguma abordagem física, uma violência no sentido de segurar, machucar fisicamente, sei lá, violentar seria estuprar e/ou agarrar a força, né? Alguma coisa nesse sentido. (...) mas eu acho que nos últimos anos, talvez a partir desse caso que eu te disse. (...) é uma violência que eu entendo hoje, que se inicia como um assédio psicológico e que se torna violência, esse assédio a gente poderia dizer que se torna uma violência na medida em que captura o outro. (...) então, de novo acho que se fosse vinte anos atrás a gente diria: ah, é Ok! Era um dar em cima, uma sedução, né? Agora esses casos eu me pergunto se também não tem esse dispositivo de captura e eu acho que que tem. Eu acho que é menos violento? Acho! Inclusive, comparado por exemplo a situação que o cara stalkeava, escolhia aquelas mais tímidas e forçava uma iniciação científica. É claro que ali tinha um planejamento.*

A experiência de Guma, assim como a de Tieta, na ótica hermenêutica de Heidegger desvela a aproximação desses colaboradores para o seu existir autêntico, pois denotam a suspensão dos conhecimentos que foram construídos diante de uma realidade machista, sexista, misógina e patriarcal para o contemplar o novo olhar para o fenômeno que se mostra no horizonte da universidade.

Categoria 4: No horizonte da ouvidoria

A ouvidoria esteve presente em 5 dos 7 relatos coletados, e, partindo do pressuposto que é um dispositivo democrático que não agrada todos os membros da universidade, buscou-se nesta categoria apontar as divergências e as convergências acerca da compreensão dos entrevistados diante da ouvidoria no campus FCLAr-UNESP.

Dona Flor afirma que a ouvidoria oferece a devida atenção a todos os casos que são registrados nesse canal de denúncia. Afinal, todas as notificações de violência contra a mulher que ocorrem no âmbito da universidade são prontamente respondidas: *tiveram alguns casos na universidade nesse sentido, que inclusive foram encaminhados à ouvidoria e que foram prontamente respondidas, dando toda atenção e resposta necessária. A pessoa não saiu sem resposta ou foi ignorada, não foi deixada de lado e não fecharam os olhos para o que aconteceu, sendo ela realmente atendida.* – Fala de Dona Flor.

O relato de Guma é convergente ao de Dona Flor e ele cita o tratamento dado a um caso recebido através da ouvidoria, de modo a exemplificar a atenção do dispositivo diante da

mulher violentada nesse contexto: *uma estudante de um curso nosso que escreve para a ouvidoria e depois para o centro acadêmico dizendo que ela foi ameaçada, ela foi ameaçada praticamente de morte no banheiro da faculdade. E aí? Eu tento identificar o banheiro, faço um registro e mando apagar uma coisa horrorosa dessa, até porque era nominal e depois digo: estudante não ande desacompanhada por um tempo e peço para ela me responder se ela tem ideia do que pode ser isso, sei lá, de onde a gente pode começar mediante alguma evidência que ela tenha. Além disso, informo que o registro do boletim de ocorrência é fundamental porque é um problema de polícia em investigar. Claro que eu posso criar uma comissão de apuração se for necessário ou uma sindicância para apurar a responsabilidade de uma coisa que eu já saiba, mesmo que em parte. Mas eu falei claramente, pois se isso evolui, precisa estar em contato, porque a gente vai precisar da ajuda da polícia. Eu pedi para ela também naqueles dias voltar para casa dela por alguns dias para se acalmar junto da família. E depois de voltar ao campus, evitar alguns espaços vazios, não andar sozinha por aí. Fiz um levantamento no sistema de câmeras, claro que a gente não encontrou nada porque a pichação no banheiro é uma coisa quase tecnicamente impossível da gente pegar.*

Outrossim, Guma enaltece a estrutura do dispositivo ao afirmar que: *a gente tem uma ouvidoria central e uma ouvidoria local; cada unidade da UNESP tem a sua ouvidoria local.* De maneira convergente, ela relata: *tanto que recentemente houve uma reunião que determinou que casos dessa natureza fossem centralizados na ouvidoria central e não mais na local, apesar de ainda ser resolvido localmente, mas que eles querem ser envolvidos em razão da complexidade e importância desse tema.*

Então é isso, além do registro na ouvidoria local será também encaminhado à ouvidoria central, mas para isso eu acredito que precisamos de mais mulheres denunciando e eu acredito que o número de notificações é bem menor do que as situações de violência e de assédio aqui no campus. Até porque é algo que precisa ser melhor divulgado, muitas alunas não sabem desse canal de comunicação e que elas podem denunciar de maneira anônima. Nesse caso, depois é claro que será solicitado para que a pessoa se identifique para que de fato ocorra a apuração, pois não tem como dar tratamento sem que a pessoa se identifique. Mas é isso, falta reforço dessa informação ao longo do ano, é falado aos alunos no seu ingresso, mas depois acredito que não mais, aí não sei se esquecem ou perdem essas informações – expressa Dona Flor.

Todavia, nota-se a ambivalência de Dona Flor acerca do dispositivo. Para ela, a mesma ouvidoria que é eficiente ao oferecer a devida atenção aos casos de violências notificadas e registrados na FCLAr é, ao mesmo tempo, deficitária em razão da falta de

continuidade e de intensificação da publicidade ao longo do ano letivo, resultando na limitação do conhecimento e da compreensão das alunas sobre o dispositivo, assim, contribuindo para o baixo número de denúncias e para a prevalência do medo que permeia essa questão; evidenciando também a divergência entre as falas de Dona Flor e de Guma.

Diante do exposto por Dona Flor, a falta de publicidade da ouvidoria na universidade foi evidenciada por outros dois colaboradores, denotando a convergência de Pedro Bala e Gabriela que também apontam para a falta de publicidade da ouvidoria. Gabriela alega: *falta publicidade dos processos da ouvidoria, por exemplo, que todo mundo saiba o que a ouvidoria está recebendo e conforme ela recebe ela coloca no sistema que chega na Ouvidoria Central.*

Corroborando com ela, Pedro Bala sinaliza: *para te falar a verdade eu nem sei se tem um canal que possa informar as alunas e realizarem essa denúncia formal, pelo no período que eu estudei, eu nem sabia que tinha ouvidoria para tratar desses assuntos. (...) só agora eu fui descobrir a ouvidoria, mas talvez seja porque eu também nunca precisei ou nunca senti a necessidade de fazer nenhum tipo de denúncia, mas no geral eu acho que não, acho que é um dispositivo pouco divulgado para os alunos.*

Além disso, Pedro Bala chama a atenção para a importância de maior visibilidade do funcionamento da ouvidoria não apenas para as estudantes, mas também para os professores e outros profissionais da comunidade universitária, a fim de auxiliá-los na atenção e no acolhimento à mulher vítima de violência: *então eu acho que também precisaria de uma divulgação da importância da ouvidoria para a gente poder resolver. Eu não sei qual é o funcionamento da denúncia na ouvidoria, mas acho que seria bom. Assim, fazer também uma divulgação em salas para que elas saibam da existência da ouvidoria e da possibilidade de denúncia nesses casos. E até para nós enquanto professores e coordenadores, é importante considerar essa divulgação, esse trabalho pra que possamos de fato orientá-las, até porque é muito mais estreita a relação professor-aluno, do que aluno com a ouvidoria.*

Esse colaborador também critica a mecanicidade da ouvidoria ao narrar sobre a importância, inclusive, de divulgar o engajamento dos profissionais que estão responsáveis pelo dispositivo frente à temática da violência, de maneira a oferecer maior confiança à mulher vítima de violência e garantir o acolhimento e o respeito: n*esse ponto, penso a ouvidoria como um dispositivo mecânico e não se sabe ao certo quem estará por de trás para tratar e acolher, dando o tratamento respeitoso e adequado para essa situação* – expressa Pedro Bala.

Gabriela e Tereza Batista convergem ao acusarem a ouvidoria como negligente e desdoura ao lidar com a violência contra a mulher na universidade. *Eu acho que as ouvidorias locais, pra mim, têm sido negligentes na média, tá? Pois numa determinada situação eu falei com as alunas: Mas vocês mandaram para a ouvidoria? Elas olharam assim pra mim e falaram: aí professora, você acha que a ouvidoria resolve alguma coisa? A ouvidoria só recebe, né? Não dá encaminhamento* – relato de Gabriela.

Tereza Batista sinaliza a falta de encaminhamento da ouvidoria perante o fenômeno e aponta para a importância do acompanhamento emocional da mulher: *do ponto de vista ouvidoria, eu ainda a percebo de maneira muito básica, né? Eu não vejo medidas muito efetivas que tenham partido da ouvidoria no sentido de cobrar efetivamente uma situação dessa natureza. Então, acho que tem até aquela coisa dos procedimentos da ouvidoria. Chama, ouve as pessoas, mas os encaminhamentos no sentido de efetivamente mudar as práticas na universidade, eu percebo que a gente ainda precisa avançar muito. Agora eu penso que tem uma diferença entre a gente ter os canais de denúncia, por exemplo, e a gente ter ações de acompanhamento. Porque não basta a gente ter só os canais em que as pessoas possam fazer as denúncias se você não tiver um acompanhamento depois e um suporte a essas pessoas.*

É de suma importância o acompanhamento da mulher vítima de violência durante o período de movimentação e de apuração do caso, de modo a promover maior acolhimento e segurança à ela, sobretudo, auxiliar na garantia da sua integridade física e no cuidado da sua saúde psíquica durante o caminhar desse processo, a fim de minimizar os danos de outras violências que podem emergir do agressor, de colegas e da própria instituição após a formalização da denúncia (Trigueiro *et al*., 2018; Montrone *et al*., 2020).

Então a ouvidoria tem que fazer o registro na ouvidoria local da unidade, fazendo a UNESP levar isso para a Ouvidoria Central, entendeu? Que se tenha um registro quase que simultâneo, um acompanhamento, um encontro de ouvidorias, levantamento de violências, o que tem em comum, o que não tem em comum, né? Implicar mais os ouvidores nesses processos, né? Por exemplo, eu acho que tem que além de aumentar o sistema de controle de ouvidoria para garantir que as ouvidorias façam realmente um trabalho e não só recebam. Então eu acho que essa coisa da ouvidoria, ela é importante para que essas pessoas se sintam meio que cercadas por conta das consequências. Obviamente vai ter sempre aquela pessoa que escapa, mas eu acho que dar publicidade a isso, tipo, eu sei que isso já vai cair na ouvidoria, a ouvidoria vai dar a visibilidade nisso e vai dar retorno, pois essa história de que eu caí lá e depois não vira nada, só fortalece o agressor também, né? - conclui Gabriela.

Cabe expor que não há nenhuma lei específica que visa amparar a mulher vítima de violência na universidade, pois independentemente do contexto, há o acionamento da Lei Maria da Penha que possui o intento de prevenir, punir e erradicar a violência contra ela. Não obstante, é de suma importância o posicionamento da universidade e dos agentes de transformação que a compõem, de modo a auxiliar no enfrentamento e na prevenção do fenômeno no espaço universitário (Maito *et al*., 2019; Benatti *et al*., 2023).

Ainda assim, não é isso que vem acontecendo em nossa sociedade, pois muito se vê, se sabe e se estuda sobre o silêncio das universidades diante da temática (Belline; Mello, 2018). Esse axioma contribui para a não punição dos agressores, para o fortalecimento do ciclo da violência e para a identidade do homem alicerçada na normatização do masculino inalcançável, desafiador e indestrutível (Dotoli; Leão, 2016; Callou *et al.*, 2016).

Parafraseando Saffioti (2004), destaca-se a relevância da sensibilização e da mobilização dos homens, inserindo-os nessa luta de maneira conjunta, mas de modo algum como protagonistas, pois é de suma importância garantir o protagonismo das mulheres nas lutas e nos movimentos políticos e sociais de e sobre elas.

> É evidente que esta luta não pode (nem deveria), ser levada a cabo exclusivamente por mulheres. O concurso dos homens é fundamental, uma vez que se trata de mudar a relação entre homens e mulheres. Todavia, é a categoria dominada-explorada que conhece minuciosamente a engrenagem patriarcal, no que ela tem de mais perverso. Tem, pois, obrigação de liderar o processo de mudança (Saffioti, 2004, p. 138).

Por fim, Tereza Batista converge com Pedro Bala sobre a publicidade deficitária desse dispositivo para os profissionais e docentes da universidade: *E ainda no exemplo da ouvidoria que a gente também não sabia, a gente que eu estou falando, é a grande maioria das pessoas que fazem parte da comunidade universitária, que alegavam não saber da existência da ouvidoria ou que a ouvidoria existia para esse tipo de assunto e situação.*

Desse modo, 4 dos 5 relatos convergem sobre a importância de aumentar a publicidade e a divulgação deste dispositivo. Sendo necessário abranger essa divulgação não só para os alunos, mas também para os professores e outros profissionais da comunidade universitária, conforme expressado por 3 colaboradoras(os) que denunciaram a falta de conhecimento sobre o funcionamento e a eficácia desse canal, contribuindo para o desacolhimento e o tratamento inadequado por parte desses profissionais nos casos e situações de violência contra a mulher na universidade.

A partir do paradigma de Heidegger, vale ressaltar que a ouvidoria existe para cada colaborador de modo singular e a compreensão que cada entrevistado possui, é mediada pela sua própria experiência a partir do que foi vivido na sua espacialidade e temporalidade (Cunha; Dutra, 2019; Souza *et al*., 2019). Nesse sentido, Guma e Dona Flor demonstram maior aproximação e compreensão sobre o dispositivo, diferentemente de Gabriela, Pedro Bala e Tereza Batista.

Sobretudo, evidencia-se nesta categoria a importância do olhar da universidade para o horizonte da ouvidoria, no intento de se ater a necessidade de melhorar e/ou otimizar a publicidade desse canal de denúncia, bem como divulgar o seu funcionamento na FCLAr de maneira contínua, a fim de romper com o silêncio da universidade e contribuir para que mais mulheres possam fazer valer a sua voz, denunciando as violências cometidas contra elas nesse contexto, ainda que no primeiro momento de forma anônima.

Por fim, frisa-se a relevância desse dispositivo para auxiliar na identificação e no enfrentamento da violência contra a mulher nesse contexto por meio da notoriedade que ele pode oferecer ao fenômeno que incide na universidade.

Categoria 5: A angústia como combustível para o enfrentamento

A angústia no paradigma heideggeriano representa a abertura para o novo através da interpretação e da fala, que constitui na sua imparcialidade enquanto posição fundamental por meio da possibilidade de ser livre e autêntico. “O angustiar-se abre, de maneira originária e direta, o mundo como mundo” (Heidegger, 2015, p. 254).

Doravante, a angústia é representada pela estranheza que metaforicamente significa “não se sentir em casa”, fazendo referência ao modo existencial, pois à medida em que a pessoa vai existindo para o mundo e o mundo vai existindo para ela, pode emergir a estranheza sobre o mundo e sobre a maneira como ela está lançada nele e, a partir disso, gera a abertura para os desejos, as aspirações, as vontades e as transformações (Heidegger, 2015, p.255).

Bruns e Trindade (2011) advogam que a angústia é o único estado de ânimo capaz de permitir que a pessoa busque a transformação do seu habitar no mundo mediado pela sua não satisfação. Sendo assim, essa categoria tem a finalidade de expor as convergências e as divergências referentes aos desejos, as aspirações e as vontades esboçadas pelos colaboradores, pensando no enfrentamento da violência contra a mulher na universidade.

Jubiabá, por exemplo, manifesta o desejo acerca da universidade e dos colegas docentes de construírem e transmitirem a educação pautada no princípio da igualdade e da

liberdade, caso contrário, as mulheres continuarão vítimas do discurso e de condutas machistas, enquanto os homens fazem valer o privilégio masculino no contexto universitário.

Ademais, ele aponta para os nocivos impactos da política de extrema direita de postura religiosa para à temática: *Eu diria que hoje, no clima que nós estamos vivendo, não apenas no Brasil, mas no mundo, em torno de uma política de extrema direita, onde há uma postura religiosa que se deseja participar da política de uma forma ativa, que deseja fazer política pública, né? Eu diria que essas discriminações elas estão tendendo a se mostrar de uma forma mais arrojada, né? E um pouco mais livre no comportamento diário, né? (...) a igualdade foi politicamente despotencializada, neutralizada, de certa forma, quase que eliminada da vida social. A igualdade é um valor de imensa importância, que sempre se manifesta na existência humana tal qual como a fome e a fome sempre se está presente em nossas vidas (risos). E hoje na universidade, enquanto instituição pública, eu vejo que se manifesta o desejo de igualdade que reflete na questão do respeito e da tolerância. Com isso, se gera importância da universidade ajudar os nossos colegas docentes a educar nossos jovens sobre o princípio da igualdade junto do princípio da liberdade, pois é de suma importância para contermos e revertermos esse quadro que se manifesta de formas muito terríveis com palavras e condutas de ódio.*

Cabe reforçar o quanto a igreja contribuiu e ainda contribui para a fomentação do machismo em nossa sociedade, supervalorizando a dominação e os privilégios do masculino, a inferiorização e a submissão do feminino (Ribeiro, 1990; Leão *et al.*, 2015). De fato, causando danos ao princípio da igualdade incitado por Jubiabá que aponta para a importância do Estado, da educação pública e da universidade frente a questão: *então, é dizer que isso aqui não está apenas na universidade, pois a universidade é o terminal de um processo de uma sociedade complexa. Tanto que Hegel, filósofo de origem alemã, dizia que a educação é um elemento fundamental para uma sociedade complexa para a era moderna. Então, o estado, a educação pública, é encarregada de olhar para os cidadãos para além da sua formação profissional, e conduzi-los no processo de tornar-se um bom cidadão ou cidadã, adquirindo virtudes cívicas e uma dessas virtudes na modernidade é a igualdade que implica na questão de ceder privilégios e isso é difícil para quem sempre teve ao longo do processo civilizatório, né?!*

Nessa linha, Dona Flor expressa acerca da importância e da necessidade da universidade melhorar a divulgação e a publicidade da ouvidoria para auxiliar no enfrentamento da violência contra a mulher que ocorre nesse contexto, bem como, para a relevância da universidade atuar de maneira conjunta com o Centro de Referência da Mulher,

no intento de promover ações afirmativas dentro do espaço universitário, a fim de contribuir para a coibição de qualquer tipo de violência e promover a garantia do atendimento psicológico à mulher violentada: *é isso, além da divulgação dos canais de denúncia e da importância da ouvidoria, a universidade tem que auxiliar, tem que saber acolher essas mulheres por parte dos professores e da direção. Usar também as psicólogas do CEMPE ou até mesmo o pessoal da UNAMOS e se necessário, encaminhar para o pessoal especializado do Centro de Referência da Mulher daqui da cidade, dando todo o suporte necessário.*

Dona Flor também reforça a importância da Psicologia e dos seus profissionais para o enfrentamento do fenômeno, desse modo, ela aponta para as psicólogas do Centro de Pesquisas da Infância e da Adolescência Dante Moreira Leite (CENPE) e da Seção Técnica de Saúde (STS), antiga UNAMOS, que são unidades auxiliares da UNESP e oferecem apoio psicológico e especializado, no intuito de auxiliar no acolhimento e no encaminhamento da mulher vítima de violência na universidade.

Tereza Batista converge com Dona Flor e destaca a importância do acompanhamento dessa mulher: *agora eu penso que tem uma diferença entre a gente ter os canais de denúncia, por exemplo, e a gente ter ações de acompanhamento. Porque não basta a gente ter só os canais em que as pessoas possam fazer as denúncias se você não tiver um acompanhamento depois e um suporte a essas pessoas*.

Ela menciona o Núcleo de Atenção Psicossocial (NTAPES) da UNESP de Bauru, responsável pela realização de intervenções e estratégicas que contribuem para a promoção da saúde mental e para as condições psicossociais da população acadêmica do campus, podendo, inclusive, auxiliar no acolhimento e no encaminhamento da mulher vítima de violência. *Aqui por exemplo no campus, eu vejo que agora a gente está tendo um trabalho que tem sido feito pelo NTAPES que é núcleo de atendimento psicossocial que inicialmente surge aqui em Bauru por conta do curso de Psicologia e depois ele vai ganhando um pouco mais de espaço na universidade. Mas ele surgiu inicialmente com uma preocupação com a questão da saúde mental e agora ele tem ampliado os focos de atenção*.

Então, é de suma importância enaltecer a Psicologia como ciência e profissão pautada na liberdade, na igualdade e na integridade da mulher através do seu compromisso ético e profissional, orientado para a promoção da saúde mental e da qualidade de vida, visando contribuir para o enfrentamento de quaisquer formas de violência, negligência e discriminação que a mulher venha sofrer em razão do machismo enraizado em nossa sociedade (Andrade *et al*., 2013; Zanello, 2018).

Por fim, Tereza Batista expressa o seu desejo perante a necessidade de melhorar a publicidade tanto da ouvidoria quanto dos serviços de apoio que existem dentro da universidade, de modo a corroborar para o combate e prevenção do fenômeno: *acho que deve ter esse trabalho de onde estão esses canais e eles estarem sempre indicados porque às vezes a gente não sabe muito bem como é que se chega neles. Eu penso que há uma necessidade de tornar público, dar publicidade a esses canais de denúncia, também esses canais de suporte que eu mencionei anteriormente.*

De maneira convergente, Pedro Bala expõe a sua vontade sobre a ouvidoria: *assim, fazer também uma divulgação em salas para que elas saibam da existência da ouvidoria e da possibilidade de denúncia nesses casos. E até para nós enquanto professores e Coordenadores, é importante considerar essa divulgação, esse trabalho, pra que possamos de fato orientá-las, uma vez que é muito mais estreita a relação professor-aluno do que aluno com a ouvidoria.*

Dito isso, ele cita a importância de mais engajamento por parte dos profissionais universitários e sobre a necessidade de dar maior visibilidade do fenômeno nesse contexto, utilizando o exemplo de disciplinas optativas, de modo a intensificar a discussão sobre o tema na universidade, pensando na sua erradicação: *inclusive, acho que precisamos de mais professores e colaboradores engajados nesse assunto, até mesmo, disciplinas optativas sobre esse tema que possa conscientizar melhor a comunidade universitária em geral.*

Heidegger (2015) salienta que a angústia singulariza a presença da pessoa no seu próprio ser-no-mundo, de modo que a sua compreensão desvela outras possibilidades de se lançar nesse mundo. Atrelado a isso, Amatuzzi (2011) aponta para a relevância do encontro entre o pesquisador-colaborador durante a entrevista, considerado um ambiente propício para promover o autoquestionamento da(o) entrevistada(o), desvelando a sua abertura para as possibilidades do seu vir-a-ser mediados pela consciência.

Nesse ínterim, Pedro Bala manifesta: *parando agora para pensar, inclusive eu tenho medo de uma menina chegar e eu ter que falar pra ela assim: "filha eu não sei o que fazer", até porque eu não sei o que fazer, sabe? É complicado demais isso porque imagina: eu tenho uma situação, em que tem dois alunos, um aluno e uma aluna na mesma sala e a aluna me fala que ele abusou e aí só que eu não posso fazer nada porque não há nenhuma medida jurídica e também não posso destratar o aluno e dar zero pra ele porque ela me confidenciou isso. Então assim, é uma situação que é difícil, eu acho que precisa de uma regulamentação, uma clareza melhor do que os professores, os coordenadores precisam fazer para que a gente possa fazer algo nesse sentido. Porque senão a gente fica meio perdido, né? A não ser que*

você tem pelo menos uma denúncia formal aí já é uma outra história. Porque isso, você já procura a UNESP você pode solicitar do que deve fazer principalmente né, caso contrário você acaba ficando meio sem chão, mas eu acho importantíssimo e eu acho inclusive que os professores têm um papel importante ao transmitir confiança pra alunas se sintam acolhidas né?

De acordo com a hermenêutica heideggeriana, é relevante destacar o horizonte da experiência mediada pelo vivido para o desvelar do fenômeno, pois nota-se que Pedro Bala ainda não foi atravessado por nenhuma situação ou ocorrência de violência contra a mulher na universidade, divergindo-se de Guma, que tomado pelas suas experiências expõe: *fui vendo também como agente e colaborador universitário, que vamos aprendendo do zero, né? Pois eu nunca tinha lido uma cartilha específica para gestores e coordenadores universitários para lidarem com situações de violência contra a mulher.*

Guma descreve alguns dos seus aprendizados, considerados nessa pesquisa, de expressiva relevância para o tratamento da mulher vítima de violência na universidade: *em contato com esses casos, eles me levaram a pensar o quanto eu desconhecia como é lidar com essas coisas e hoje sabendo um pouco como lidar com as coisas que é acolher a vítima, ouvir com respeito, não colocar em dúvida ou em contradição a pessoa que desesperadamente te procura, ter uma testemunha junto com você sempre, chamar uma mulher que possa também ajudar nesse processo de acolhimento e empatia ou consultar a vítima pra saber se ela quer falar com você por ser homem ou se ela gostaria de conversar com uma professora, por exemplo. Instruí-la a formalizar o boletim de ocorrência, esclarecendo que não é culpa dela e que essa violência infelizmente existe e que a forma de combater essa violência é o registro policial. Enfim, aprendi muita coisa e espero não colocar em prática essa aprendizagem, né?*

Ele também expressa o seu desejo de não colocá-los em prática e aponta para a importância de cartilhas informativas sobre a temática, na finalidade de auxiliar na transformação da atual conjuntura: *então, eu acho que o que podemos fazer é potencializar iniciativas de cartilhas, mas não numa perspectiva só de empoderar os membros da comunidade, como os estudantes e as estudantes, mas também empoderar os gestores em declarar que a gente tem que ter tolerância zero com esse tipo de abordagem, de fato, né?*

Inclusive, Guma apresentou durante a sua entrevista, a segunda edição de uma cartilha publicada em 2020 que tem o objetivo de oferecer aos profissionais universitários esclarecimentos para lidar com a violência contra a mulher na universidade: *Foi publicado em dois mil e vinte a segunda edição de uma cartilha para assédio que foi pioneira aqui no*

sentido de dizer coisas do tipo: se você é professor?! A sua atuação é especialmente importante, ou seja, de responsabilizar os membros da comunidade. Se você acha que tem pessoas sobre seus cuidados e responsabilidades e que estão nessa situação de fragilidade, o que fazer? E aí quais normativas existem para amparar essa questão, porque são vítimas de assédio e violência na universidade. Olha que interessante, ele vai nos dizer que no ambiente universitário tem a resolução tal e as ouvidorias, no ambiente federal tem a lei Maria da Penha, lei do racismo, lei do assédio sexual, lei estadual que pune a prática de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, enfim, cita até a constituição. Esse material circulou por aí por um tempo e ele continua circulando, tendo agora as várias reedições, né?

Vale destacar que apenas 1 dos 7 gestores entrevistados, mencionaram esse material na universidade. Com isso, Carvalho e Rabay (2015) e Maito *et al.* (2019) evidenciam a falta de atenção das universidades brasileiras para mulher vítima de violência nesse contexto, também a baixa visibilidade e notoriedade do fenômeno emergindo a necessidade da construção ou da otimização de diretrizes para orientar as ações institucionais em casos de violência de gênero.

Em consonância, Gabriela relata a sua angústia perante o silêncio da universidade em relação às violências contra a mulher que incidem nesse espaço: *foi algo bem emblemático e de muita repercussão, mas e aí? Eu não sei hoje do desfecho desse caso, eu perdi. Não vi na mídia se houve alguma punição ou algum processo judicial*. Bem como, destaca a falta de atenção da ouvidoria para os casos: *eu acho que tem que além de aumentar o sistema de controle de ouvidoria para garantir que as ouvidorias façam realmente um trabalho e não só recebam (...) me lembro de várias denúncias que alunas fizeram à ouvidoria com detalhamento de informações e que não deram em nada.*

Gabriela denuncia companheirismo institucional vigente nas instituições que invisibiliza as situações de violência e negligenciam a vítima no âmbito da universidade*: eu costumo achar complicadíssimo essas sindicâncias que se abre, em que um colega acaba avaliando os fatos de outro colega, assim, eu acho que deveriam serem feitas por membros completamente externos para não envolver as relações que estão estabelecidas previamente, né?! Aí me parece que essas sindicâncias não dão em nada.*

De sorte, ela expressa o desejo de que as sindicâncias para avaliar casos dessa natureza não sejam mais compostas, na maioria, por homens: *ainda acho que não dá para abrir uma sindicância para apurar o assédio sexual com a maioria homens. Não dá né. E isso eu já vi e não dá para gente continuar assim.* Gabriela também sinaliza a importância de aumentar a discussão sobre o tema na universidade: *e isso, dar visibilidade e também ter mais debates*

sobre violência na universidade, né? Dentro da universidade. E ainda assim, discutir isso entre nós, entre nós professoras.

De modo convergente, Tieta aspira sobre a importância de aumentar a visibilidade e o espaço para debates sobre à temática na universidade de maneira contínua: *na minha visão o caminho foi esse, em que as alunas sensibilizaram professoras, que se articularam com reitorias para abrir esses espaços, mas eu acho que falta mais, pois eu acho que é uma questão contínua. Acho que não é uma questão de vamos fazer uma campanha agora. Acho que é contínuo o trabalho.*

Tieta disserta acerca da importância de dialogar com todas as gerações, em especial, os homens professores de 45 anos mais para sensibilizá-los e mobilizados: *Acho que é contínuo o trabalho até porque acho que muitos professores aí entre seus quarenta e sessenta e cinco anos vem de uma geração onde seduzir é muito natural. Não vou dizer que é natural, mas para muitos desses homens é natural, pois é o jeito como eles cresceram, o jeito como eles viveu nas suas famílias, nas suas escolas, nos seus trabalhos, né? Paquerar é natural, né? Então eu acho que não muda, pelo menos não de uma hora para outra. Acho que inibe um pouco, mas não muda na essência. Eu acho que a mudança na essência nessa relação poder do homem com a mulher só com gerações novas. Eu acho que nas gerações mais velhas um ou outro pode mudar na essência. Ele pode ter o seu comportamento inibido por medo de uma represália. Mas realmente para entender as coisas diferentemente, eu acho que é um ou outro só, né? Porque são quarenta e cinco anos pensando de um jeito, né?*

Saffioti (1987) destaca a importância de inserir os homens nessa discussão, a fim de mostrar a eles a educação que lhe foi dada para exercer o papel do macho, que também tem o preço pago por eles, afinal, os homens também são vítimas do patriarcado. Sendo assim, mostrar que os homens podem e devem reivindicar os seus direitos humanos, igualmente as mulheres tem feito, afinal, conquistar a posição de liberdade é um direito equânime e válido para homens, mulheres, negros, brancos, ricos e pobres.

Por fim, Tieta destaca a relevância da construção de centros acadêmicos envolvendo alunas e docentes que vivem a realidade e as dores do campus que estão inseridas, de modo a atuarem e promoverem campanhas eficientes de enfrentamento acerca da violência contra a mulher de forma contínua: *eu acho que tem que fazer campanhas, eu acho que o trabalho tem que ser contínuo, eu acho que tem que conversar com todas as gerações, mas eu acho que tem de conversar e não incriminar logo de saída, né? Outro ponto, é construir centros sobre essa temática na universidade juntamente das alunas, com a presença de docentes que vivem o cotidiano da unidade daqui e que possam se engajar dessas campanhas, desse*

assunto. Eu por exemplo, atuo na coordenação daqui de Araraquara, mas venho para cá para resolver questões administrativas e outras questões que são pontuais, eu não vivo a realidade das estudantes daqui eu vivo a realidade de lá. Então, também precisamos pensar nisso e colocar pessoas certas para atuar no lugar e de maneira certa. Enfim, é isso.

Na perspectiva hermenêutica-ontológica de Heidegger, a angústia revelada nesta categoria desvela a possibilidade do poder-ser no mundo livre das contingências, normas e morais sociais impostas pelo patriarcado, mediante os desejos ou as vontades de transformar o mundo e o seu modo de habitá-lo, mas que fique claro, esse movimento de transformação promove, ao mesmo tempo, a responsabilidade desse ser no mundo.

> A angústia revela o ser para o poder-ser mais próprio, ou seja, o ser livre para liberdade de escolher e acolher a si mesma. A angústia arrasta a presença para o ser-livre para a propriedade de seu ser enquanto possibilidade de ser aquilo que já sempre é. A presença como ser-no-mundo entrega-se, ao mesmo tempo, à responsabilidade desse ser (Heidegger, 2015, p. 254).

Nota-se nesta categoria o desejo e a vontade de transformação da atual conjuntura que tanto violenta mulher em nossa sociedade, dentro e fora das instituições de ensino superior do país, reforçando a importância de aumentar a publicidade da ouvidoria na universidade, de modo a promover o aumento das denúncias e romper com o medo e com o silêncio das mulheres nesse contexto.

Além disso, aponta-se para a importância do acolhimento e do encaminhamento da mulher vítima de violência através dos núcleos de apoio e de atenção psicossocial existentes na universidade. Assim como, a relevância da parceria entre as universidades e os serviços de apoio à essas mulheres, exemplo, a Delegacia de Defesa da Mulher e do Centro de Referência da Mulher, de modo a auxiliar no enfrentamento e na prevenção.

Também emerge a necessidade de possibilitar espaços para mais debates na universidade sobre a temática de maneira contínua, por meio da participação dos centros acadêmicos compostos tanto por estudantes, quanto docentes engajadas(os) com a temática e que vivem e conhecem a realidade do campus. Ademais, é preciso o oferecimento de disciplinas optativas, a promoção e a circulação de cartilhas informativas e afirmativas, a fim de sensibilizar e instruir tanto as(o) estudantes quanto as(os) docentes, no intento de acolher, de forma adequada, à mulher vítima de violência na universidade.

Sobretudo, desvela-se a urgência de romper com o silêncio da universidade, dando e cobrando notoriedade dos casos de violência contra a mulher que ocorrem nesse espaço,

também, acompanhar as sindicâncias e os processos administrativos da instituição para acusar o companheirismo institucional vigente que pode implicar na minimização da violência e contribuir para a absorção ou redução da punição do agressor, por fim, denunciar as sindicâncias compostas pela maioria homens para avaliar casos dessa natureza.

Assim, a angústia dos colaboradores acerca do que foi vivido por eles na universidade, deve ser considerada de profundo valor para o desvelar do fenômeno indagado, pois, à medida que os profissionais universitários se abrem para fazer valer as suas e as experiências dos mais jovens, no caso as estudantes, cria-se a possibilidade de instaurar a democracia nas relações estabelecidas no espaço da universidade (Saffioti, 1987).

SEÇÃO 7

APONTAMENTOS FINAIS – O HORIZONTE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA UNIVERSIDADE

A violência contra a mulher é um assunto que envolve também a responsabilidade dos homens, pois é necessário que eles tenham a consciência sobre o seu modo de estar lançado no mundo, isto é, munido dos privilégios que lhe foram atribuídos ao longo do processo civilizatório e colonizador, reforçando e mantendo as assimetrias de poder entre os gêneros e a violência contra a mulher em diferentes espaços, dentre eles, o universitário.

De tal modo, essa dissertação representa a abertura e a aproximação do próprio pesquisador frente à temática, através da apresentação de uma possibilidade sonhada de contribuir reflexões para que outros homens reconheçam os seus privilégios, também o processo discriminatório e de violência que incide sobre a mulher na universidade, em razão do poder que é macho, branco e hétero.

Outrossim, subsiste a importância de enaltecer a luta e os movimentos feministas em sua pluralidade e de igual relevância, em especial, a trajetória e a militância acadêmica de Heleieth Saffioti, grande expoente para os estudos de gênero e de violência contra a mulher. Assim como, a importância da Psicologia enquanto ciência e profissão comprometida com os princípios éticos pautados na dignidade, na integridade e na igualdade do ser humano, a fim de contribuir de maneira ativa para o enfrentamento das implicações na saúde mental advindas do machismo presente na sociedade brasileira.

A universidade é um espaço em que a sociedade se revela, isto é, um espaço atravessado pelo o preconceito, o machismo, o sexismo e a misoginia. Diante deste cenário, ponderar acerca da universidade desvela a importância das vivências e dos significados de profissionais universitários que desfrutam de postos e cargos de gestão, expressando ou não a abertura e a aproximação da instituição acerca da violência contra a mulher.

Então, o desvelar do fenômeno indagado pelos colaboradores de pesquisa perante ao que foi vivido e/ou experienciado por eles à luz da hermenêutica-ontológica de Heidegger, contribuiu para a seguinte compreensão da violência contra a mulher na universidade de forma suficiente, já que o fenômeno não se esgota:

A violências psicológica e moral representam maior incidência nesse contexto, se manifestando, muitas vezes, de forma simbólica por meio das pichações nos banheiros da universidade e pelo discurso de gênero, de modo a desqualificar a mulher com justificativas biologizantes relacionadas ao corpo, a maternidade e a sexualidade feminina. Também se nota

a ausência do espaço de fala que a mulher enfrenta nesse espaço durante as reuniões departamentais e o tratamento que as alunas recebem nos trotes universitários ao terem os seus corpos expostos e sendo forçadas a beijar veteranos, também, outras formas de violências e de assédio sexual e psicológico que acontecem dentro dos muros da universidade, por exemplo, os professores homens que apresentam confusão do vínculo profissional através de diversos mecanismos de captura das alunas.

Todavia, o acometimento da mulher na universidade está em diferentes horizontes da relação, sendo entre estudantes, docentes homens e alunas, entre docentes homens e docentes mulheres e entre as docentes mulheres, pois também há violência de uma mulher para outra, em razão do companheirismo institucional vigente e das influências da igreja e da política de extrema direita que contribuem para o machismo. Dentro desse recorte, considerou-se a presença do fenômeno no espaço independentemente do nível acadêmico, idade e classe social da mulher, também, o cargo ou a função exercida por ela na universidade, mas com acometimento predominante das alunas em razão das relações de poder estabelecidas na universidade.

O espaço universitário desvelado neste estudo, demonstra a não delimitação da universidade pelos muros – o espaço físico do campus - pois foi denunciado pelos gestores universitários as violências que ocorrem nas festas e nos eventos acadêmicos e nas relações íntimas e afetivas entre os alunos, mas que reflete no cotidiano da universidade em razão do vínculo acadêmico, assim, revelou-se também a incidência da violência do tipo físico.

Diante dessas violências que tocam a universidade, esse espaço ainda é marcado pelo silêncio e a negligência que a mulher vítima de violência sofre, fazendo valer os estigmas sociais que foram atribuídos à universidade ao longo dos anos e prevalecendo nesse âmbito o machismo, os privilégios e dominação do masculino em razão da predominância dos homens nos cargos e postos de gestão.

Ainda que muito se caminhou ao longo dos anos para a transformação desse cenário diante das influências dos movimentos sociais e políticos de caráter feministas fora e dentro da universidade, resultando na acrescência das mulheres na educação superior, por conseguinte, criando mais espaços de debates e de barulho com utilização da internet e das redes sociais como aliadas para dar maior visibilidade à temática e aumentar as notificações acerca do fenômeno na universidade.

A ouvidoria, assim como a universidade, foi considerada como um dispositivo desdouro para lidar com as situações de violência contra a mulher nesse âmbito, em razão dos

estigmas ancorados num pré-conceito histórico, evidenciado a omissão e desatenção da universidade e dos seus canais de notificações, culminando no medo e no silêncio da mulher.

Além disso, revelou-se nesse estudo a importância e a necessidade da intensificação e da otimização da publicidade desse dispositivo na universidade ao longo do ano letivo, possibilitando maior visibilidade sobre a existência desse canal e tornar claro o seu processo de funcionamento para a comunidade universitária. Com isso, é necessário implicar mais ouvidores e pessoas engajadas com a temática, pois a ouvidoria é um instrumento fundamental na universidade para auxiliar no conhecimento e na identificação das violências que incidem na nesse contexto.

Também é um dispositivo de suma relevância para a notoriedade do fenômeno no intento de fortalecer a voz feminina e conscientizar os homens, bem como auxiliar os docentes e outros profissionais universitários a instruírem, acolherem e encaminharem as mulheres vítimas de violência, pensando na prevenção e combate desse fenômeno.

Outrossim, desvela a importância do acompanhamento e do acolhimento da mulher vítima de violência por meio dos núcleos de saúde mental que existem dentro da própria universidade para auxiliar no encaminhamento adequado dessa mulher aos serviços especializados como: a Delegacia de Defesa e o Centro de Referência da Mulher. Então, é de suma importância a atuação conjunta da universidade com tais serviços, possibilitando campanhas, debates e ações afirmativas, a fim de coibir qualquer tipo de violência e garantir o atendimento psicológico e social da mulher violentada com o objetivo de orientá-la e encaminhá-la juridicamente.

Vigora-se também a importância de ampliar as discussões e a conscientização acerca do tema por meio de ações educativas como: a elaboração e a circulação de cartilhas informativas e afirmativas, disciplinas optativas e o envolvimento dos centros acadêmicos compostos tanto por estudantes, quanto docentes engajados com a temática que vivem e conhecem a realidade do campus para acolher a vítima, ouvindo-as com respeito e não colocando em dúvida ou em contradição a pessoa que desesperadamente procura por ajuda, assim, aproveitando para instruí-la a formalizar a denúncia, esclarecendo que a culpa, em hipótese alguma, é dela.

Sendo assim, é imprescindível habilitar os profissionais universitários para auxiliar no acolhimento e no encaminhamento das vítimas de violência. Também acompanhar as sindicâncias e os processos administrativos da instituição, em razão da urgência de romper com o silêncio da universidade, cobrando notoriedade dos casos de violência e das medidas e punições adotados aos agressores. Bem como, denunciar o companheirismo institucional

vigente e as sindicâncias compostas pela maioria homens para avaliar casos dessa natureza, de modo a combater a impunidade do agressor, a invisibilidade da mulher violentada e a redução da violência cometida contra ela.

Atrelado ao exposto, recomenda-se mais estudos sobre a violência contra a mulher que incide na universidade em diferentes horizontes, pois somente assim, caminhar-se-á para a transformação da realidade feminina para que, de fato, a universidade possa vir-a-ser um espaço equânime e equitativo no qual a mulher venha usufruir dos seus direitos, estando salvaguardada de qualquer tipo de violência.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo**. Sociedade & Estado, Brasília, v. 15, n. 2, p. 303-330, 2000.

AKOTIRENE, Carla. **O que é intereseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Alessandra *et al*. Gênero e Direitos Humanos: por um Psicologia para todos e todas. In: ANDRADE, Darlane Silva Vieira; SANTOS, Helena Miranda (Org.) **Gênero na Psicologia: articulações e discussões**. Salvador: Conselho Regional de Psicologia, p. 35-57, 2013.

ALMEIDA, Suely Souza. **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

AMADO, Jorge. **Bahia de todos os Santos**. 22ª Edição. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1970.

AMATUZZI, Mauro Martins. Psicologia fenomenológica: uma aproximação teórica humanística. **Estudo de Psicologia**. Campinas, v. 26, n. 1, p. 93-100, 2009.

AMATUZZI, Mauro Martins. Pesquisa Fenomenológica em Pesquisa. In.: BRUNS, Maria Alves de Toledo Bruns; HOLANDA. Adriano Furtado (Org**.) Psicologia e Fenomenologia: reflexões e perspectivas**. 2ª Edição, Editora Alínea, Campinas. 2011.

AMATUZZI, Mauro Martins. **O resgate da fala autêntica na psicoterapia e na educação**. 1ª Edição, Editora Alínea, Campinas. 2014.

ANACLETO, Adilson *et al*. Meninas e adolescentes e a autopercepção sobre a vulnerabilidade e riscos: uma revisão sistemática. **Sociedade em debate**. Pelotas, v. 35, n. 3, p. 182-196, 2021.

ANDRADE, Darlane Silva Vieira *et al*. Algumas reflexões sobre gênero e participação feminina no mundo do trabalho e na Psicologia. In: ANDRADE, Darlane Silva Vieira; SANTOS, Helena Miranda (Org.). **Gênero na Psicologia: articulações e discussões**. Salvador: Conselho Regional de Psicologia, p. 75-92, 2013.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à Filosofia**. 4ª Edição, São Paulo: Editora Moderna, 2009.

ARARAQUARA, Câmara Municipal. **Atendimento no CRM é detalhado em resposta enviada à Câmara,** 2022. Disponível em: https://cmararaquara.sp.gov.br/noticias/atendimento-no-crm-e-detalhado-em-resposta-enviada-a-camara,10-05-2022. Acesso em: 12/06/2023.

AUGUSTIN, Luiza Wille; BANDEIRA, Célia Cristina de Albuquerque. A postura e intervenções do Gestalt-Terapeuta frente à violência psicológica contra a mulher por parceiro íntimo. **Phenomenological Studies - Revista da Abordagem Gestáltica**. Goiânia, v. 26, p. 449-459. 2020.

AVON, Instituto. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. Pesquisa Instituto Avon/Data Popular. 2015. Disponível em: http://devinstitutoavon.adttemp.com.br/uploads/media/1523997913813pesquisa%20instituto%20avon_2015%20(universidade).pdf. Acesso em 14/02/2021.

BADALOTTI. Tatiana Stürmer *et al.* O enfrentamento ao fenômeno discriminatório em uma população de adultos. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n.4, p. 1-23. 2019.

BARBOSA, Luara de Carvalho *et al*. Violência obstétrica: revisão integrativa de pesquisas qualitativas. **Avances em Enfermeía.** Bogotá, n. 2, v. 35, p. 109-207. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. RETO, Luís Antero; PINHEIRO, Augusto. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASTOS, Athena de Oliveira Nogueira. Boca calada! o silenciamento das mulheres como forma de violência na anulação do sujeito de direitos feminino. In: **Coleção Não há lugar seguro: estudos e práticas sobre violências contra as mulheres com ênfase no gênero**. BAGGENSTOSS, Grazielly Alessandra *et al.* (Org). Edição Eletrônica, Florianópolis: Editora Centro de Estudos Jurídicos, 2019.

BEDIN, Regina Célia; MUZZETI, Luci Regina. **A história do Núcleo de Estudos da Sexualidade e sua participação na trajetória do conhecimento sexual na UNESP**. 2016. 154 p. Tese (Doutorado em Educação Escolar) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2016. Disponível em: http://wwws.fclar.unesp.br/agendapos/educacao_escolar/3798.pdf. Acesso em 26/10/2021.

BELLINI, Daniela Mara Gouvêa; MELLO, Roseli Rodrigues de **Violência contra mulheres nas Universidades: contribuições da produção científica para sua superação. 2018. 137 p.** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9942/BELLINI_Daniela_2018.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em 21/07/2022.

BENATTI, Igor Felipe *et al*. Angústia, Sensualidade e Enfrentamento do Feminino em Gabriela Cravo e Canela. **Revista TEL**, Irati, v. 13, n.2, p. 217-229, 2022.

BENATTI, Igor Felipe *et al*. 2023. Violência contra a mulher: uma revisão bibliográfica no contexto universitário. **Diversidade & Educação**, Rio Grande do Sul, v. 10, n. 2, p. 144–159, 2023.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. Estudos de Psicologia, Natal, v. 4, n. 2, p. 315-329, 1999.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, abr. 2002.

BORTOLOZZI, Ana Cláudia. **Questionário e Entrevista na Pesquisa Qualitativa**. Editora Pedro e João Editores, São Carlos, SP, 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Lei Maria da Penha (nº 11.340/06)** Brasília: Ministério da Justiça, 2006. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10868630/inciso-ii-do-artigo-7-da-lei-n-11340-de-07-de-agosto-de-2006. Acesso em 14/002/2021.

BRUNS, Maria Alves de Toledo Bruns. Psicologia e Fenomenologia: a redução fenomenológica em Husserl a possibilidade de superar impasses da dicotomia subjetividade-objetividade. In.: BRUNS, Maria Alves de Toledo Bruns; HOLANDA. Adriano Furtado (Org.) **Psicologia e Fenomenologia: reflexões e perspectivas**. 2ª Edição, Editora Alínea, Campinas, São Paulo. 2011.

BRUNS, Maria Alves de Toledo Bruns; TRINDADE, Ellika. Metodologia Fenomenológica: as contribuições da ontologia-hermenêutica de Martin Heidegger. *In*.: BRUNS, Maria Alves de Toledo Bruns; HOLANDA. Adriano Furtado (Org.) **Psicologia e Fenomenologia: reflexões e perspectivas**. 2ª Edição, Editora Alínea, São Paulo, 2011.

CALLOU, Isabela Cristina *et al*. Regras descritivas ocidentais e violência contra a mulher por parceiro íntimo. **Acta Comportamentalia**, Guadalajara, v. 24, n. 1 p. 79-94, 2016.

CARDOSO, Barros Silva Alves Cardoso; BUCHER-MALUSCHKE, Júlia Sursis Nobre Ferro. O casal face às finanças: revisão da literatura. **NUFEN: phenomenology and interdisciplinarity**. Belém, n. 9, v. 3, p. 177-187, 2017.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 23(1): 119-136, 2015.

CASELLATO, Thaís Fernanda Leitão. A participação de mulheres na produção do conhecimento em ciências: revisão de literatura. **Revista Faculdade do Saber**. São Paulo, n. 6, v. 13, p. 972-978. 2021.

COLLIN *et al*. **O livro da Psicologia**. Trad.: HERMETO, Clara; MARTINS, Ana Luísa. 2ª Edição, São Paulo: Globo Livros, 2016.

COLPO, Marcos Oreste. O método fenomenológico de investigação e as práticas clínicas em Psicologia. **Psicologia Revista**. v. 22 n. 1, p. 101-118, 2013.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo**: Edição Especial de 20 anos da Resolução CFP 01/99. São Paulo: CFP, 2019.

CORDEIRO, Débora Cristina da Silva. Por que algumas mulheres não denunciam os seus agressores? **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 27, p - 1-17, 2018.

CORTÊS, Gisele Rocha. Violência Doméstica: centro de referência da mulher "Heleieth Saffioti". **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.17, n. 32, p.149-168, 2012.

CUNHA, Gabriela Gibson; DUTRA, Elza Maria Do Socorro. Um olhar fenomenológico para mães de crianças vítimas de abuso sexual: uma revisão da literatura. **Revista da Abordagem Gestáltica**. Goiânia, v. 25, n. 1, p. 103-110, 2019.

DAVI, Edmar Henrique Dairell; BRUNS, Maria Alves de Toledo. Compreensão Fenomenológico-Existencial da Vivência Travesti. **NUFEN: phenomenology and interdisciplinarity**, Belém, v. 9, n. 3, p. 57-77, 2017.

DORLIN, Elsa. **Sexo, Gênero e Sexualidades: introdução à teoria feminista.** São Paulo: Ubu Editora/Crocodilo, 2021.

DOTOLI, Flávia Saletti Grecco; LEÃO, Andreza Marques de Castro. Violência doméstica contra o homem: de agressor a agredido. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. Araraquara, v. 10, n. esp2, p. 1641–1660, 2016,

FERREIRA, Acylene Maria Cabral. Linguagem e Cultura. **Corporeidade & Educação**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 153-172, 1997.

FERREIRA, Acylene Maria Cabral. A Linguagem Originária e o Silêncio. Discurso. **Revista de Filosofia**. São Paulo, n. 30, p. 101-130, 1999.

FERREIRA, Acylene Maria Cabral. Afinitude do tempo em Heidegger. In: SALLES, João Carlos (Org.). **Filosofia e Consciência Social**. Salvador: Quarteto Editora, 2003.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu**. Campinas, v. 44, p. 199-228, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade do saber**. 13ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GODINHO, Carla Christina Pereira da Silva *et al.* A violência no ambiente universitário. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, n. 31 p. 1-8, 2018.

GOMES, William Barbosa; CASTRO, Thiago Gomes de. Clínica Fenomenológica: do método de pesquisa para a prática psicoterapêutica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, p. 81-93, 2010.

GONÇALVES, Renata; BRANCO, Carolina. Entrevista Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de "A mulher na sociedade de classes". **Lutas Sociais**, São Paulo, n.27, p.70-81, 2011.

HAGOPIAN, Ellen Maria *et. al*. Assédio moral no trabalho em enfermagem. **Revista Baiana de Enfermagem**. Salvador, v. 31, n. 1, p. 1-8, 2017.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Trad. CAVALCANTE, Márcia Sá. 10ª Edição. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2015.

INCERPE, Patrícia Regina Bueno; CURY, Vera Engler. Atendimento a mulheres em situação de violência: a experiência de profissionais de um CREAS. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 919-939, 2020.

KLEIMAN, Paul. **Tudo o que você precisa saber sobre Psicologia**. Trad. ABRAMIWICZ, Leonardo. São Paulo: Editora Gente, 2015.

LEÃO, Andreza Marques de Castro *et al*. Ideologia Judáico-Cristão: a violência simbólica contra a mulher transmitida historicamente e produzida pelos agentes escolares. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**. Araraquara, v. 10, n. 3, p. 986-1006, 2015.

LEÃO, Andreza Marques de Castro. Prefácio: As vozes pela inclusão na defesa dos direitos humanos. In: HUMMEL, Eromi Izabel Hummel; DESIDÉRIO, Ricardo; OLIVEIRA, Isaias Batista. (Org.). **Educação, sexualidade e diversidade: políticas públicas educacionais: avanços ou retrocessos?** Londrina: Syntagma, p. 18-22, 2017.

LEIRO, Lúcia. **Reflexões sobre a leitora gendrada e leitora feminista**, 1999. Disponível em:https://alb.org.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais13/arquivos/seminarios/leiro_lucia.htm. Acessado em: 10/11/2022.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista** / Petrópolis: Vozes, 1997.

MAITO, Deíse Camargo *et al*. Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. **Interface Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu, Botucatu, v.1, p. 1-25, 2019.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª Edição, São Paulo: Editora Atlas S. A., 2010.

MICHETTI, Miqueli; METTENHEIM, Sofia Leonor Von. Gênero e Violência Simbólica em Eventos Esportivos Universitários Paulistas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 56, p. 1-19, 2019.

MOLINA, Karina da Silva; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Mulheres Indígenas Universitárias: problematizando ações afirmativas. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande do Sul, v. 9, n. Especial, p.287-313, 2021.

MONA, Maíra Kubík Taveira; SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Heleieth e as diferentes gerações de feministas do NEIM/UFBA. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 1, 2021.

MONTRONE, Aida Victoria Garcia *et al.* Violência de gênero numa universidade pública brasileira: saindo da visibilidade. **Gênero**. Niterói, v. 1, n. 1, p. 6-13, 2 sem, 2020.

MOTTA, Daniela Cordeiro. BEZERRA, Elaine Maurício. A força de Heleieth Saffioti 50 anos depois. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 1. 2021.

MOTTA, Daniela Cordeiro. A contribuição de Heleieth Saffioti para a análise do Brasil: gênero importa para a formação social? **Caderno CRH**, Salvador, v. 33, p. 1-14, 2020.

NEGREIROS, Dayara Araújo; ANDRADE Aldair Oliveira. Olhar do Discente de Graduação Sobre a Violência Doméstica. **REVES Revista Relações Sociais**. Amazonas, n. 1 p. 133-144, 2019.

NEIM, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. **Apresentação**, 2022. Disponível em: http://www.neim.ufba.br/wp/apresentacao/. Acesso em: 02/11/2022.

NOGUEIRA, Conceição. Análise(s) do Discurso: Diferentes Concepções na Prática de Pesquisa em Psicologia Social. **Psicologia: Teoria e Pesquisa. Moinho,** v. 24 n. 2, pp. 235-242, 2008.

OLIVEIRA, Ridiney Santos *et. al*. A questão de gênero na percepção do processo saúde-doença de pessoas privadas de liberdade em delegacias. **Interface**, Botucatu, v. 25: e200199, p. 1-17, 2021.
OXÓSSI, Mãe Stella de. **Provérbios**. Salvador: Editora Brasil, 2007.

PARAÍSO, Marclucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. **Currículos, gêneros e sexualidades para fazer a diferença**. In: PARAÍSO, Marclucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva (Orgs.). Pesquisas Sobre Currículos, Gêneros e Sexualidades. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021.

PEDROSA, Mariana; ZANELLO, Valeska. (In)visibilidade da violência contra as mulheres na saúde mental**. Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 32, p. 1-8, 2016.

POMPEIA, João Augusto; SAPIENZA, Bilê Tatit. Na Presença do Sentido: **Uma aproximação fenomenológica a questões existenciais básicas.** 1ª Edição. São Paulo: Editora PUC, 2004.

PRAUN, Andréa Gonçalves. Sexualidade, Gênero e suas Relações de Poder. **Revista Húmus**, São Luís do Maranhão, n. 1, p. 55-66, 2011.

REIF, Karina Schuh; MARCO, Martín Hernán Di. Biografias de homens e mulheres autores de violência: uma revisão bibliográfica sobre o uso de métodos com trajetória para o entendimento do fenômeno sociológico. **Conversas & Controvérsias**, Rio Grande do Sul, v. 6, n. 2, p. 1-16, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro**? 1ª Edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Educação Sexual Além da Informação**. 1ª edição. São Paulo, EPU. 1990.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Os momentos históricos na Educação Sexual no Brasil. In. RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal (Org.) **Sexualidade e Educação: aproximações necessárias**. São Paulo: Arte e Ciência, 2004, p. 15-25.

ROSA, Lucia Cristina dos Santos; CAMPOS, Rosana Teresa Onocko. Etnia e gênero como variáveis sombra na saúde mental. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, p. 648-656, 2012.

SÁ, Celso Pereira de. Sobre a psicologia social no Brasil, entre memórias históricas e pessoais. **Psicologia & Sociedade**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 7-13, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão popular, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Posfácio: Conceituando Gênero**. SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; MUÑOZ-VARGAS, Mônica (Org.). Mulher Brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosas dos tempos, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SAMPAIO, Rosana; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**. São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez *et al.* **Metodologia de Pesquisa**. 3ª edição. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, Rosita Barral; BRUNS, Maria Alves de Toledo. **Homens com câncer de próstata: um estudo de sexualidade à luz da perspectiva heideggeriana**. 2006. 256 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006. Disponível em: http://wwws.fclar.unesp.br/agendapos/educacao_escolar/3798.pdf. Acesso em 10/06/2022.

SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e Ciências Sociais**. 1ª Edição, São Paulo: Editora Unesp. 2004.

SEGATO, Rita Laura. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. 1ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Rio Grande do Sul, v. l5, n.2, jul./dez.1990.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Uma homenagem a Heleieth Saffioti: minha maior mestra. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 27, p.101-107, 2011.

SOUZA, Larissa Medeiros de *et al*. Impedimento? Possibilidades da relação entre a mulher e o futebol. **Phenomenological Studies - Revista da Abordagem Gestáltica,** Goiânia, v. 25, n. 3, p. 282-293, 2019.

SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo *et al*. Violência contra mulher no namoro: percepções de jovens universitários. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 10, n. 3, set. /dez., 2018.

STEIN, Leila de Menezes *et al.* Homenagem a Heleieth Saffioti. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 3, n. 2, 2011.

TAVANO, Vinícius; LEÃO, Andreza Marques de Castro. A ideologia da ideologia de gênero: seus discursos e (des)construções. **Gênero**, Niterói, v. 21, n. 1, p. 311-326, 2020.

TELES, Maria Amélia Almeida; MELO, Mônica. **O que é violência contra a mulher**. 1ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

TRIGUEIRO, Tatiane Herreira *et al*. Não adesão ao surgimento ambulatorial por mulheres que experienciaram a violência sexual. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 27, n. 1, e6490015, p. 1-9, 2018.

UNESP, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. **Chácara Sapucaia**, 2019. Disponível em: https://www.fclar.unesp.br/#!/centro-cultural/mario-e-chacara/. Acesso em: 10/11/2022.

UNESP, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. **Inauguração da Biblioteca Heleieth Saffioti**, 2015. Disponível em: https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/18857/inauguracao-da-biblioteca-heleieth-saffioti/. Acesso em: 10/11/2022.

UNESPA, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. **Unidade Auxiliar CENPE**, 2022. Disponível em: https://www.fclar.unesp.br/#!/unidade-auxiliar/apresentacao/. Acesso em: 05/06/2023.

UNESPB, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. **Seção Técnica de Saúde - STS (antiga UNAMOS),** 2022. Disponível em: https://www.feg.unesp.br/#!/sts. Acesso em: 05/06/2023.

VALLS, Rosa *et al*. ¿Violencia de género también en las universidades? Investigaciones al respecto. **Revista de Investigación Educativa**. Barcelona, vol. 25, n, 1, p. 2019-231. 2007.

ZANELLO, Valeska *et al*. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 27, n. 3, p. 238-246. 2015.

ZANELLO, Valeska. **Saúde Mental, Gênero e Dispositivos: cultura e processo de subjetivação**. 1ª edição. Curitiba: Appris, 2018

ZANELLO, Valeska; MIRANDA, Priscilla. **Dispositivo Amoroso**. 1ª Edição, Brasília: Edição das Autoras. 2022.

ZERBINATI, João Paulo; BRUNS, Maria Alves de Tolede. Sexualidade e Educação: revisão sistemática da literatura científica nacional. **Travessias**, Cascavel. v. 11, n.1, p. 76 – 92, jan./abr. 2017.

WHITAKER, Dulce. **Mulher & Homem: o mito da desigualdade**. São Paulo. Editora Moderna, 1997.

YOUNG, Fernanda. **Pós-F: para além do masculino e do feminino**. Rio de Janeiro. Leya, 2018.